Povos Indígenas do Rio Negro

A parceria FOIRN/ISA inclui atividades nas áreas de capacitação técnica, comunicação e informação, transporte, alternativas econômicas, expressão cultural, educação, direitos coletivos, demarcação, proteção e fiscalização de terras. O ISA mantém uma equipe permanente de técnicos em São Gabriel da Cachoeira, onde estabeleceu uma subsede em 1994.

A **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro** (FOIRN) é uma associação civil, sem fins lucrativos, sem vinculações partidárias ou religiosas, fundada em 1987 para defender os direitos dos povos indígenas que habitam a região do Rio Negro, no estado do Amazonas, Brasil. Compõe-se de 70 organizações de base, que representam as comunidades indígenas distribuídas ao longo dos principais rios formadores da bacia do Rio Negro. São cerca de 750 aldeias, onde habitam mais de 35 mil índios, compreendendo aproximadamente 10% da população indígena do Brasil, pertencentes a 22 grupos étnicos diferentes, representantes das famílias lingüísticas Tukano, Aruak e Maku, numa área de 108.000 km^2 no Noroeste Amazônico brasileiro. A FOIRN foi reconhecida como entidade de utilidade pública estadual pela Lei nº 1831/1987.

Diretoria (2005 a 2008)

Domingos Sávio Borges Barreto - Tukano (presidente); André Fernando - Baniwa (vice-presidente); Élio Fonseca Pereira - Piratapuia; Renato Matos - Tukano; Erivaldo Almeida Cruz - Piratapuia

O **Instituto Socioambiental** (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

Para saber mais sobre o ISA consulte

www.socioambiental.org

Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Sérgio Mauro [Sema] Santos Filho (vice-presidente), Adriana Ramos, Beto Ricardo, Carlos Frederico Marés

Secretário executivo: Beto Ricardo

Secretário executivo adjunto: Enrique Svirsky

Programa Rio Negro:
Carlos Alberto (Beto) Ricardo (*coordenador*), Geraldo Andrello *(coordenador adjunto)*, Adeilson Lopes da Silva, Aloisio Cabalzar, Andreza Andrade, Antonio Araújo Aguiar, Carla de Jesus Dias, Elizabete Moraes, Fernando Luís de Freitas Vicente, Francimar Lizardo dos Santos, Francis Miti Nishiyama, Gustavo Tosello Pinheiro, Izabel Camargo, Laise Lopes Diniz, Lucia Alberta Andrade de Oliveira, Ludivine Eloy, Maria Luisa Dourado, Marina Antogiovanni da Fonseca, Marta Azevedo, Masayuki Futagawa, Mauro Lopes, Melissa Santana de Oliveira, Natalie Unterstell, Pieter van der Veld, Renata Alves, Renata Eiko Minematsu

FOIRN

Av. Álvaro Maia, 79
Caixa Postal 31
69750-000 São Gabriel da Cachoeira - AM - Brasil
tel/fax: 0 xx 92 3471-1632 / 3471-1254
foirn@foirn.org.br

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

São Paulo (sede)
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: 0 xx 11 3515-8900
fax: 0 xx 11 3515-8904
isa@socioambiental.org

Brasília
SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530 Brasília – DF – Brasil
tel: 0 xx 61 3035-5114
fax: 0 xx 61 3035-5121
isadf@socioambiental.org

S. Gabriel da Cachoeira
Rua Projetada 70 - Centro Caixa Postal 21
69750-000 São Gabriel da Cachoeira – AM – Brasil
tel: 0 xx 97 3471-2182/1156/2193
fax: 0 xx 97 3471-1156
isarn@socioambiental.org

Manaus
Rua 06, nº 73, Conjunto Vila Municipal, Adrianópolis
69057-740 Manaus – AM – Brasil
tel/fax: 0 xx 92 3648-8114/3642-6743
isamao@socioambiental.org

Eldorado
Residencial Jardim Figueira, 55 - Centro
11960-000 Eldorado – SP – Brasil
tel: 0 xx 3871-1697
isaribeira@socioambiental.org

O selo “Rio Negro Socioambiental”, baseado em desenho feito em pedra do rio Içana, será usado pelo ISA e FOIRN em publicações e outras iniciativas que valorizem os direitos coletivos e a diversidade socioambiental na bacia do rio Negro.

SUMÁRIO

POVOS INDÍGENAS DO RIO NEGRO
uma introdução à diversidade socioambiental
do noroeste da Amazônia brasileira

© FOIRN/ISA, 2006

edição de texto: Aloisio Cabalzar

edição de imagens: Beto Ricardo

contribuições ao texto (por capítulo): Aloisio Cabalzar (apresentação, II, III e IV); Beto Ricardo (apresentação e IV); Dominique Buchillet (III e IV); Eduardo Neves (III); Geraldo Andrello (I e III); Jorge Pozzobon (I e II); Márcio Meira (II e IV); e Robin Wright (II e IV).

capa: petróglifo em Iauaretê, Alto Uaupés, AM. Foto: Sonia Lorenz/ISA.

fotos entre os capítulos: textura de ralador de mandioca (pág. 12); água e areia do rio Negro (pág. 13); trançado de arumã (pág. 28); petróglifo (pág. 54); telhado de palha de caranã (pág. 72). Beto Ricardo/ISA.

fotos: Ana Laura Junqueira, Beto Ricardo, João Paulo Capobianco, Luís Antônio dos Santos, Lula Marques, Paulo Santos, Pedro Martinelli, Vincent Carelli, Arquivo Koch-Grünberg, Arquivo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira.

iconografias: petróglifos registrados por Koch-Grünberg; esquemas e plantas de Christine e Stephen Hugh-Jones; Arquivo Público do Pará.

mapas: Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto e Banco de Dados das Comunidades do Médio e Alto Rio Negro, ISA.

design e editoração eletrônica: Vera Feitosa

design capa: Sylvia Monteiro

revisão técnica: Dominique Buchillet e Flora Cabalzar

revisão ortográfica e de estilo: Flora Cabalzar

tiragem desta edição: 2.000 exemplares

1ª edição: 1988

2ª edição: 2000

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Povos Indígenas do Rio Negro : uma introdução à socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira / Aloisio Cabalzar, Carlos Alberto Ricardo editores. -- 3. ed. rev.. -- São Paulo : ISA - Instituto Socioambiental ; São Gabriel da Cachoeira, AM : FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

Bibliografia.

1. Cultura - Amazônia 2. Ecologia - Amazônia 3. Povos Indígenas - Amazônia 4. Rio Negro (Amazonas, Brasil) I. Cabalzar, Aloisio, 1969- II. Ricardo, Carlos Alberto, 1950-

06-6563 CDD-306.089980811

Índices para catálogo sistemático:
1. Amazônia : Brasil : Rio Negro : Povos Indígenas : Diversidade Socioambiental : Sociologia 306.089980811
2. Povos Indígenas : Rio Negro : Amazônia : Brasil : Diversidade Socioambiental : Sociologia 306.089980811

ISBN 85-85994-39-8

APRESENTAÇÃO: O QUE CONSTA DO MAPA-LIVRO

Esta publicação é uma introdução à diversidade socioambiental da região do alto e médio rio Negro, no noroeste da Amazônia brasileira. É composta pelo mapa *Terras e Comunidades Indígenas no Alto e Médio Rio Negro*, e por este livro de textos com fotos, iconografia e mapas temáticos. Trata-se de uma publicação de referência que se destina, prioritariamente, a um público local de multiplicadores indígenas (lideranças, professores e agentes de saúde) e profissionais de instituições de serviços, públicas ou privadas, que atuam na região.

Dado o grau de escolarização e domínio da leitura do português por parte da população indígena da região, a primeira edição dessa publicação (quatro mil exemplares esgotados em duas tiragens, em 1997 e 2000) também tem sido utilizada como material de apoio em atividades escolares. Segundo a Secretaria de Educação de São Gabriel da Cachoeira (município que cobre quase toda essa área), no ano letivo de 2005, 6148 estudantes indígenas estavam matriculados em 188 escolas do município; mais 2220 nos seis colégios estaduais de ensino fundamental e médio; sem contar colégios e alunos da sede do município, a maioria também indígena. São 296 professores indígenas trabalhando nas escolas municipais. Dentro das terras indígenas, dos colégios estaduais, cinco contam com ensino fundamental completo (Pari-Cachoeira, Taracuá, Foz do Querari, Assunção e Maturacá) e um com ensino fundamental e médio (Iauareté).

Este mapa-livro trata apenas da parte brasileira de uma região cultural e ecológica que se estende também pelas cabeceiras do rio Negro e seus formadores, nos departamentos colombianos de Vaupés, Guainia e Amazonas, e em parte do estado venezuelano do Amazonas.

A região do alto e médio rio Negro é habitada há pelo menos três mil anos por um conjunto diversificado de povos indígenas. Atualmente, aí convivem vinte e dois povos indígenas, que falam idiomas pertencentes a quatro famílias lingüísticas distintas: Aruak, Maku, Tukano e Yanomami. Esta área é drenada pelo curso alto e médio do rio Negro, que recebe as águas de inúmeros rios e igarapés, entre os quais destacam-se o Uaupés, Içana, Curicuriari, Marié, Padauiri, Uneiuxi, Cauaburi, Marauiá, Xié e outros, que fazem parte da maior bacia de águas negras do mundo.

A maior parte da região é constituída por terras da União (Terras Indígenas e um Parque Nacional). Embora os mais de dois séculos de contato e comércio entre os povos nativos e os "brancos" tenha forçado a ida de muitos índios para o baixo rio Negro ou para as cidades de Manaus e Belém, e levado pessoas de outras origens a

A **bacia do alto rio Negro** se estende pela Colômbia e Venezuela. Assim como no Brasil, nestes países também foram demarcadas áreas indígenas e de proteção ambiental. São contíguas às Terras Indígenas Alto Rio Negro, Rio Apapóris e Yanomami e ao Parque Nacional Pico da Neblina.

Na Venezuela existe a Reserva de la Biósfera Alto Orinoco–Casiquiari, com 83.830 km^2, no sudeste do estado Amazonas. Nessa reserva estão incluídos os Parques Nacionales Parima-Tapirapecó, Duida-Marahuaca e La Neblina.

Na Colômbia existem vários "resguardos indígenas" que acompanham a fronteira com o Brasil, nos departamentos de Guainia, Vaupés, Guaviare e Amazonas. Só no Departamento do Vaupés, a população indígena é de 17.833 (segundo "Bases de datos sobre Régimen Territorial Indígena", de 1993).

Sub-regiões	**População (2005)**
Uaupés (incluindo Traíra)	10.808
Içana	5.486
Rio Negro (Alto) e Xié	3.281
Rio Negro (a jusante da foz do Uaupés, incluindo sedes municipais de S. Gabriel e Sta. Isabel)	23.200
Yanomami (representados no mapa)	2397
Comunidades na estrada São Gabriel-Cucuí	263
Total	45.435

se estabelecerem aí, a população indígena atual é majoritária, constituindo pelo menos 90% do total. A presença de nordestinos, paraenses e pessoas de outras partes do Brasil e do estado do Amazonas se concentra em alguns dos poucos centros urbanos regionais.

Os povos indígenas da região desenvolveram, ao longo de milênios, formas sofisticadas de adaptação a seu meio ambiente, conhecido como o mais pobre de toda a Amazônia, pela baixa fertilidade e acidez de seus solos.

A partir de uma compilação de dados de várias fontes (que formam o *Banco de Dados das Comunidades do Alto e Médio Rio Negro* do Instituto Socioambiental, que incorporou dados de 2005 do Distrito Sanitário Especial Indígena do Rio Negro, DSEI-RN/FOIRN), no alto e médio rio Negro existem atualmente 732 povoações indígenas, desde pequenos sítios habitados por apenas um casal até grandes povoados com mais de mil pessoas. O total da população desta região é de cerca de 45 mil habitantes, incluindo as sedes municipais. A maior parte da população mora em povoados e sítios espalhados pelos rios da região.

Trata-se de uma região da Amazônia cuja unidade socioambiental – uma bacia hidrográfica habitada e manejada tradicionalmente por um conjunto de povos indígenas articulados entre si – apresenta enorme diversidade. O melhor roteiro para a compreensão dessa unidade-diversidade é seguir o curso dos seus principais rios e sub-bacias.

O rio Uaupés tem cerca de 1.375 km de extensão. Das cabeceiras até o limite Colômbia/Brasil são 845 km. Serve de fronteira com a Colômbia por mais 188 km e daí até a boca, são mais 342 km em território brasileiro. Navegando no Uaupés, H. Rice (1910) contou 30 cachoeiras maiores e 60 menores.

O **rio Uaupés** é, depois do rio Branco, o maior tributário do rio Negro. No encontro das águas do rio Negro com as do Uaupés, a vazão desse rio chega a ser comparável à do Negro. Atualmente, o nome Uaupés é o mais usado (no Brasil, já que na Colômbia fala-se mais em Vaupés), mas também é conhecido como Caiari. Em seu curso o Uaupés recebe as águas de outros grandes rios, como o Tiquié, o Papuri, o Querari e o Cuduiari.

De sua foz no rio Negro até a desembocadura do rio Papuri, o Uaupés está situado em território brasileiro; entre este ponto e a foz do Querari, serve de fronteira entre o Brasil e a Colômbia; e a partir daí até suas cabeceiras se situa em território colombiano. Os principais núcleos de povoamento do rio Uaupés são a cidade de Mitú, capital do departamento colombiano do Vaupés, e Iauaretê. Iauaretê, além de ser um centro de ocupação tradicional dos Tariana e dos Tukano, abriga também um grande colégio estadual de ensino fundamental e médio e um pelotão de fronteira do Exército. Existem ainda outros dois colégios, formados a partir de antigas missões salesianas,

na bacia do Uaupés: um em Taracuá (na confluência deste rio com o Tiquié) e outro no alto Tiquié, em Pari-Cachoeira. Também há um destacamento do Exército na confluência do Querari com o Uaupés e outro em Pari-Cachoeira.

No rio Uaupés e em seus afluentes existem atualmente mais de 200 povoados e sítios, entre assentamentos dos índios TUKANO e dos MAKU. O total da população é de 10.808 (incluindo o ria Traíra). Esta região é habitada por um significativo número de povos indígenas, que falam mais de quinze línguas diferentes e, em alguns casos, desenvolveram técnicas e práticas diversas e complementares de subsistência. Dentre estes povos, destacam-se os de fala TUKANO e os Tariana e, distintos destes, os MAKU. Os primeiros vivem principalmente nas margens dos rios e igarapés maiores e são bons agricultores e pescadores. Dependem da canoa como meio de transporte.

Os Tariana, como foi mencionado, ocupam um trecho do rio Uaupés entre as cachoeiras de Ipanoré e Periquito. No centro desta área se encontra Iauaretê. Embora atualmente falem mais a língua dos Tukano, são de outra origem, parentes mais próximos dos Baniwa do rio Içana (como estes, também são um povo de origem ARUAK). Os Tariana estão no Uaupés há muito tempo, onde se casam com os povos TUKANO.

Diferentes dos TUKANO e dos Tariana são os povos de fala MAKU, que vivem tradicionalmente nas áreas mais interiores, próximos aos pequenos cursos d'água. Têm grande mobilidade. Conhecem como ninguém a floresta e seus caminhos e são exímios caçadores.

Os TUKANO e os MAKU freqüentemente mantêm relações de troca, cada um entrando com os bens que mais dispõem: no caso dos TUKANO, farinha, beiju, tapioca e outros alimentos derivados da mandioca cultivada; já os MAKU oferecem caça moqueada ou frutas coletadas no mato. Os MAKU também costumam trabalhar para os "índios do rio" em troca de outros artigos (fósforos, fumo, ipadu, roupas, redes, etc). Esta colaboração entre os TUKANO e MAKU já existe há muito tempo. Freqüentemente os MAKU se afastam, indo embora para seus povoados quando a relação passa a não lhes interessar mais.

Como o Uaupés, outra bacia hidrográfica importante que compõe a região do alto rio Negro é a do **rio Içana**. Também com suas nascentes na Colômbia, o Içana logo em seguida passa a delimitar a fronteira entre Brasil e Colômbia, mas é apenas por um trecho, pois à medida que seu curso vai tomando a direção sudeste, adentra em território brasileiro. Em suas nascentes, o Içana é um rio de água branca e vai mudando sua cor para avermelhada e preta após receber as águas do igarapé Iauaretê (ou Iauiali, como chamam os Baniwa e Kuripako) e outros. Os maiores afluentes do Içana são os rios Aiari, Cuiari, Piraiauara e Cubate, todos eles rios de água preta. O Içana deságua no rio Negro acima da foz do rio Uaupés.

[1] TUKANO *(escrito com letras maiúsculas) é usado como sinônimo da família lingüística Tukano Oriental, a qual inclui vários povos que falam língua aparentada, entre os quais os Tukano.* MAKU *e* ARUAK *(em maiúsculas) também se referem a famílias lingüísticas.*

O rio Içana tem cerca de 696 km de extensão. Das cabeceiras até o limite Colômbia/Brasil são 76 km. Serve de fronteira com a Colômbia por mais 110 km e daí até a foz, no rio Negro, são mais 510 km. No Brasil, apresenta 19 cachoeiras.

O Içana e seus afluentes são principalmente ocupados pelos Baniwa e Kuripako, residentes em mais de 90 povoados, entre comunidades e sítios. No Brasil, os povoados Baniwa estão localizados no baixo e médio Içana e nos rios Cubate, Cuiari e Aiari; os Kuripako somente no alto Içana. Atualmente, os Baniwa que vivem nos povoados do baixo Içana falam a Língua Geral. Já acima de Assunção do Içana, onde existe uma missão salesiana desde 1952, os Baniwa falam sua própria língua. A língua dos Kuripako é muito parecida à língua Baniwa e são freqüentes casamentos entre os dois grupos. A população total do Içana é de cerca de 5.486 indivíduos.

Além da missão salesiana de Assunção, há outras quatro bases missionárias ao longo do rio Içana, todas elas mantidas pela Missão Novas Tribos do Brasil: Boa Vista, localizada na foz, Tunuí, no médio curso, São Joaquim e Jerusalém, na parte alta do Içana entre os Kuripako. Em Tunuí e em São Joaquim existem pelotões de fronteira do Exército.

O rio Xié tem cerca de 314 km de extensão.

A área formada pelo **rio Xié** e **alto curso do Negro**, acima da foz do Uaupés, é ocupada principalmente pelos Baré e Werekena, sendo muito falado o *nheengatu* ou Língua Geral. São 140 sítios e povoados, onde residem cerca de 3.281 pessoas. Os principais povoados são Cucuí, Vila Nova e Cué-Cué. Acima de Cucuí, o rio Negro deixa o Brasil, passando a ser o limite entre Venezuela e Colômbia. À montante do canal do Casiquiari, que o liga ao Orinoco, na Venezuela, o rio Negro é denominado de Guainia.

O curso do próprio **rio Negro**, entre a foz do Uaupés até a cidade de Santa Isabel, é a área que atualmente concentra o maior contingente populacional de todo o noroeste amazônico, com mais de vinte mil habitantes. As cidades de Santa Isabel e, sobretudo, São Gabriel da Cachoeira, atuam como pólos de atração de populações que antes viviam mais no interior, nas margens dos formadores do rio Negro.

O rio Negro tem cerca de 1.901 km de extensão. Das cabeceiras até o limite Colômbia/Venezuela/Brasil são 557 km e daí até a foz em Manaus são mais 1.344 km. Entre Cucuí e São Gabriel são 242 km. De São Gabriel a Santa Isabel, 275 km, daí até Barcelos, 290 km, e de Barcelos a Manaus, 537 km.

O fluxo populacional dos povoados do interior do município em direção à cidade de São Gabriel se caracteriza pela busca de complementação do estudo escolar, trabalho remunerado, serviço militar e comércio com preços mais acessíveis que os praticados pelos regatões e barcos de comerciantes que se deslocam pelos rios.

O mapa *Terras e Comunidades Indígenas no alto e médio Rio Negro*

Aqui são apresentadas algumas informações sobre o processo de elaboração e sobre os temas representados no mapa avulso. Este mapa apresenta a situação das Terras e comunidades indígenas da região do alto e médio rio Negro em 2006. Foi elaborado pelo *Laboratório de Geoprocessamento* do Instituto Socioambiental (ISA),

em São Paulo, com base em informações de diversas fontes e instituições ou coletadas diretamente em campo, como parte das atividades da parceria FOIRN/ISA, entre 1994 e 2006, contando com a colaboração de vários pesquisadores que trabalham na região.

Mapa base, escala e municípios

Esta região está localizada no noroeste do estado do Amazonas, dentro da Amazônia brasileira, entre os meridianos 70^0 20' WGr. e 64^0 40' WGr., e os paralelos 1^0 45' S e 2^0 15'N, com extensão total de cerca de 200.000 km^2. Cobre integralmente o município de São Gabriel da Cachoeira (extensão de 109.668 km^2) e, parcialmente, os de Santa Isabel do Rio Negro, Japurá e Barcelos.

O mapa está impresso na escala 1:630.000. Isso quer dizer que cada centímetro no mapa equivale a 6.300 metros na terra. As informações básicas, como a linha internacional entre o Brasil e os países vizinhos, a hidrografia (rios e igarapés) e as ilhas, foram retiradas dos mapas 1:250.00 elaborados pelo Projeto RadamBrasil, na década de 70. As informações sobre o relevo (altimetria), foram obtidas do Modelo de Elevação de Terreno e sombreamento, elaborado e disponibilizado por U.S. Geological Survey - EROS Data Center, Sioux Falls, SD, via Internet. A cobertura vegetal da região foi obtida do Mapa de Vegetação que faz parte da publicação Levantamento de Recursos Naturais, Radam-Brasil, escala 1:1.000.000, volumes Içá, Pico da Neblina e Manaus.

Terras indígenas

Os limites das Terras Indígenas foram obtidos dos documentos oficiais. São apresentados em diferentes cores: as cinco terras indígenas contíguas, que somam 106 mil km^2 e foram reconhecidas oficialmente pelo governo federal entre 1995 e 1996, demarcadas fisicamente entre 1997 e 1998 e homologadas pelo presidente da República em abril de 1998 (ver no final do livro os fac-símiles dos decretos publicados no *Diário Oficial da União*).

Outras terras indígenas que aparecem no mapa: Terra Indígena Uneiuxi, onde vivem Maku-Nadöb, com extensão de 4.050 km^2 e já homologada; parte da Terra Indígena Yanomami, que se estende por Roraima, totalizando 96.649 km^2, homologada em 1992; e a Terra Indígena Balaio, identificada e aprovada pela Funai em 2002 com 2.558 km^2, mas ainda não delimitada por portaria do Ministro da Justiça e demarcada.

Terra Indígena	População (2005)	Extensão (km^2)
Alto Rio Negro	17.341	79.993
Médio Rio Negro I	2.224	17.761
Médio Rio Negro II	765	3.162
Rio Apapóris	206	1.069
Rio Téa	201	4.118
Balaio	263	2.558
Yanomami (parcial, o que aparece no mapa)	**2397**	15.685
Totais	**23.397**	**124.346**

A Terra Indígena Marabitanas-Cué-Cué, porção definida pelos tributários da margem esquerda do rio Negro entre Cucuí e São Gabriel da Cachoeira, para a qual a Funai iniciou estudo de identificação em 2003, aparece delimitada no mapa segundo perímetro definido em minuta de mapa, sujeito a alteração, referente à portaria nº 776/PRESS/2003, FUNAI/2004. Há outras terras não reconhecidas oficialmente ocupadas por comunidades indígenas nas proximidades de São Gabriel, Santa Isabel e Barcelos.

Comunidades, sítios e centros urbanos

Constam do mapa 340 comunidades – com seus respectivos nomes, representadas com círculos em cinco tamanhos, de acordo com o número de habitantes – e 392 sítios representados por círculos menores roxos. A localização foi georreferenciada por equipes FOIRN/ISA, com a utilização de aparelhos de GPS ou diretamente nos mapas. As comunidades que estão fora de terras indígenas já demarcadas aparecem na cor amarela e as que estão dentro de terras demarcadas, na cor vermelha. Estão simbolizadas as comunidades que são sede de organização indígena, missão, pelotão do exército, escola, posto da Funai e pólo-base de saúde do DSEI/FOIRN. Os dados sobre comunidades (em cinza) e resguardos indígenas da Colômbia foram obtidos da Fundación Gaia Amazonas (2005).

O principal centro urbano regional é São Gabriel da Cachoeira, cuja população em 2003 era de 13.792, segundo levantamento realizado por ISA/FOIRN (segundo censo IBGE de 2000, eram 12.373 habitantes); estima-se que em 2005 sua população tenha atingido 15.000 pessoas. A cidade de Santa Isabel do Rio Negro tem 4.220 (IBGE/2000). Em ambos os casos, a maioria da população urbana é indígena. Outro centro urbano é Iauaretê, na margem esquerda do rio Uaupés, na fronteira com a Colômbia, dentro da TI Alto Rio Negro, com 2.659 habitantes indígenas em 2002, divididos em dez comunidades-bairro, segundo pesquisa realizada por ISA/FOIRN; em 2005 havia 2972 pessoas (DSEI/FOIRN).

A cidade de São Gabriel da Cachoeira teve um aumento significativo de população nos últimos trinta anos, devido a um conjunto de fatores: (a) o fluxo migratório das comunidades indígenas do interior; b) a entrada de pessoas de fora da região que chegaram para trabalhar nas obras de abertura de duas estradas (trecho da Perimetral Norte e BR307), empreendimento que fazia parte do Plano de Integração Nacional levado a efeito pelo Governo Federal na década de 70; c) o estabelecimento de contingentes militares, através da instalação, a partir de 1973, da 1ª Companhia do 1º Batalhão de Engenharia e Construção (1ª do 1º BEC) e, a partir de 1984, de um Batalhão de Infantaria da Selva (5º BIS); (d) o incremento do comércio e outros serviços.

Rios, ilhas, montanhas, cachoeiras e vegetação

Como se pode observar no mapa, constam apenas os nomes dos rios, igarapés, cachoeiras e ilhas principais. A maioria dos igarapés e ilhas não aparece nomeada no mapa, devido à escala reduzida. A maioria desses igarapés e ilhas tem nomes conhecidos das populações nativas, os quais não constam dos mapas oficiais. Além do mais, há vários igarapés e ilhas que não foram representados porque não constam dos mapas oficiais. O mesmo acontece com as cachoeiras e corredeiras, apenas algumas são indicadas. Essa nova versão do mapa, com altimetria (SRTM-NASA, 2003) de toda a região, inclui ainda as serras, várias delas nomeadas no mapa. A vegetação é representada segundo levantamento de recursos naturais (Radam-Brasil, 1979), na escala 1:1.000.000.

Unidades de Conservação

Há duas unidades de conservação ambiental representadas no mapa: (1) o Parque Nacional do Pico da Neblina (criado pelo Decreto n° 83.550, de 05/06/79, com extensão de 22.000 km^2) tem parte significativa da sua extensão sobreposta com as Terras Indígenas Yanomami, Balaio e Médio Rio Negro II; (2) A Reserva Biológica Estadual dos Seis Lagos, criada pelo Decreto n° 12.836, de 09/09/90, com extensão de 369 km^2, está totalmente incidente no Parque Nacional e na Terra Indígena Balaio identificada. As 11 Florestas Nacionais (Flonas), criadas casuisticamente pelo governo federal no final da década de 80, apesar de não terem sido anuladas com a recente demarcação e estarem superpostas à Terra Indígena Alto Rio Negro, não aparecem no mapa, mas podem ser visualizadas no croquis da página 102.

A partir do início dos anos 90, o Exército passou a recrutar indígenas da região do médio e alto rio Negro, os quais em 1998 compunham a maior parte da base da tropa em São Gabriel e nos pelotões de fronteira.

Presença militar

Estão sinalizados no mapa os pelotões de fronteira (em Cucuí, Maturacá, Tunuí, São Joaquim, Querari, Iauareté, Pari-Cachoeira e Vila Bittencourt) e uma área destinada pela União ao uso especial das Forças Armadas (Decreto 95.859, de 22/03/88, com extensão de 10.163 km^2), totalmente sobreposta à Terra Indígena Médio Rio Negro I. Na cidade de São Gabriel da Cachoeira estão localizados os quartéis do Exército (5° BIS e 1ª do 1° BEC) e as bases da Aeronáutica/Sivam. Decreto presidencial de n° 5.107 (de 16/06/04) transfere para São Gabriel da Cachoeira o Comando da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada de Niterói (RJ), subordinando-a diretamente ao Comando Militar da Amazônia (Manaus). Essa decisão, deve implicar, a médio prazo, no incremento do efetivo militar na bacia do Rio Negro – sobretudo em Barcelos e Santa Isabel.

REFERÊNCIAS

ISA, 2002, Levantamento Sócioeconômico, Demográfico e Sanitário de Iauaretê/Centro.

ISA/FOIRN/OCIARN/AIDCC, 2004, Levantamento Sócioeconômico, Demográfico e Sanitário de Cucuí.

ISA/FOIRN, 2005, Levantamento Sócioeconômico, Demográfico e Sanitário da cidade de São Gabriel da Cachoeira.

MAPAS TEMÁTICOS

Alto e médio rio Negro:
famílias lingüísticas

Alto e médio rio Negro:
etnias

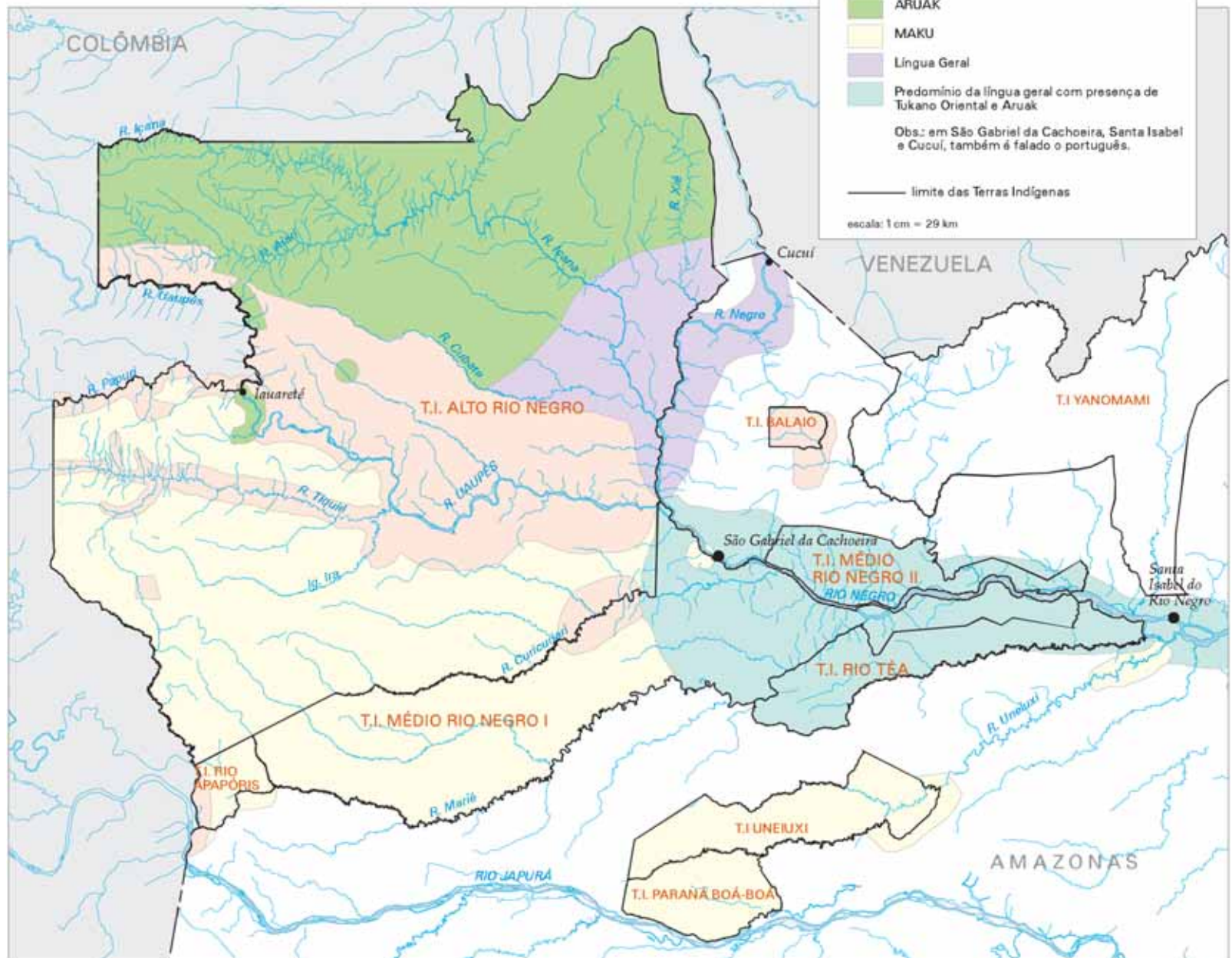
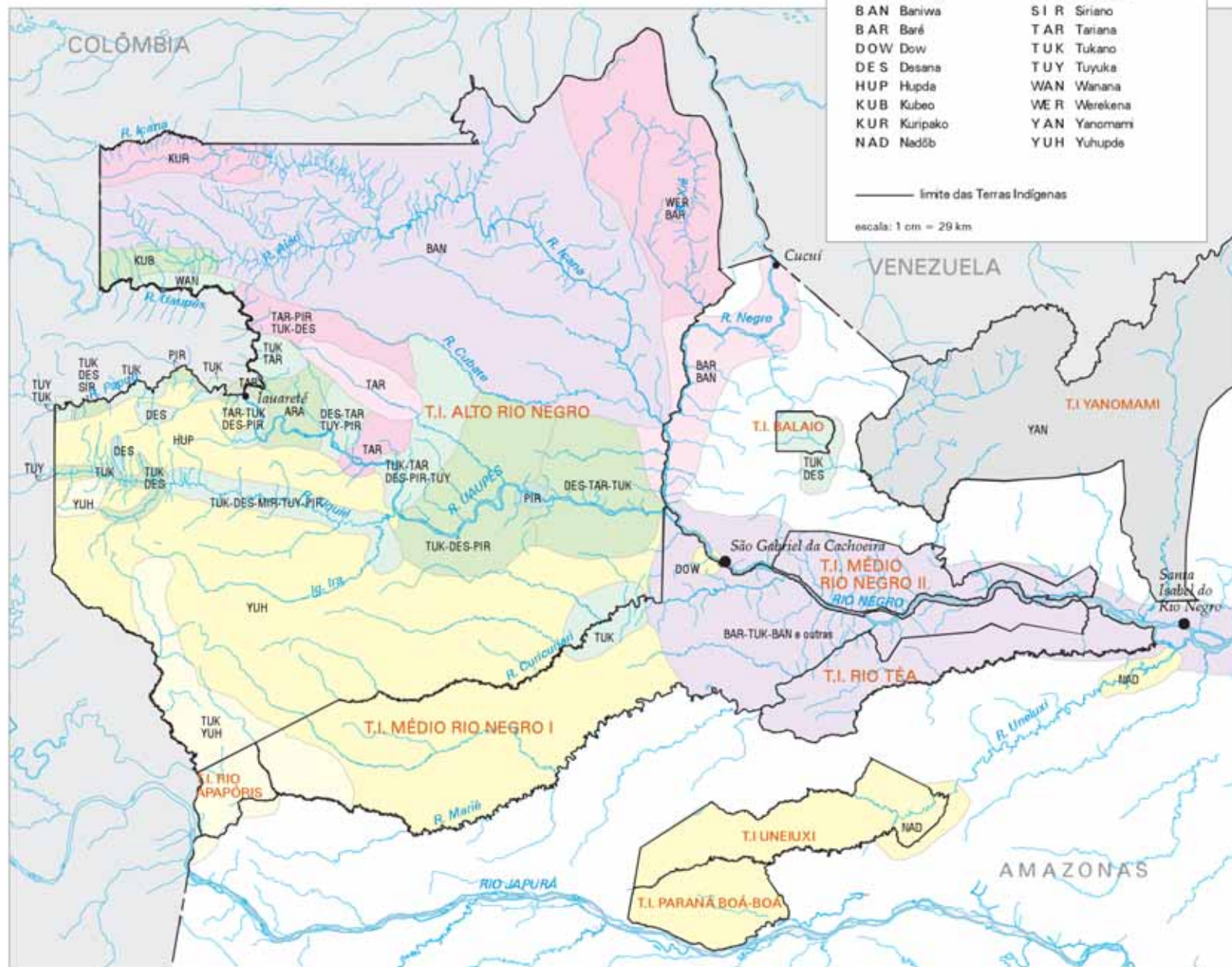
Alto e médio rio Negro:
classes de solo e
povoados

Alto Içana e Aiari:
paisagens florestais

Alto Içana e Aiari:
classes de solo

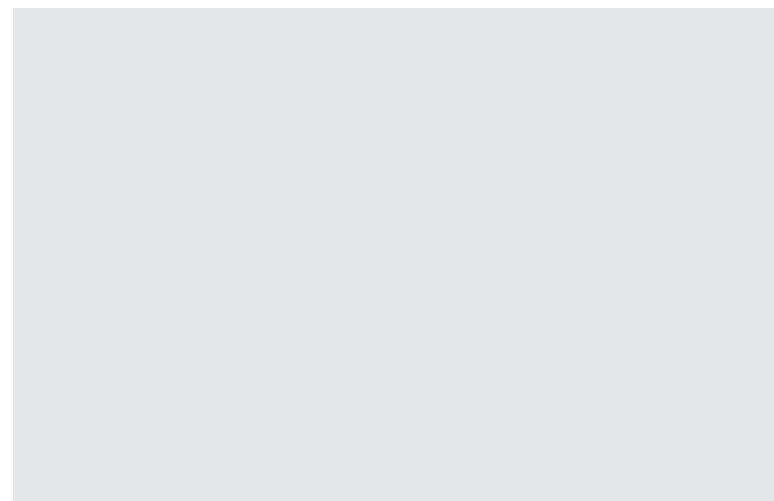
Região de ocupação
Hupda-Maku:
interflúvio dos rios
Papuri, Tiquié e Uaupés

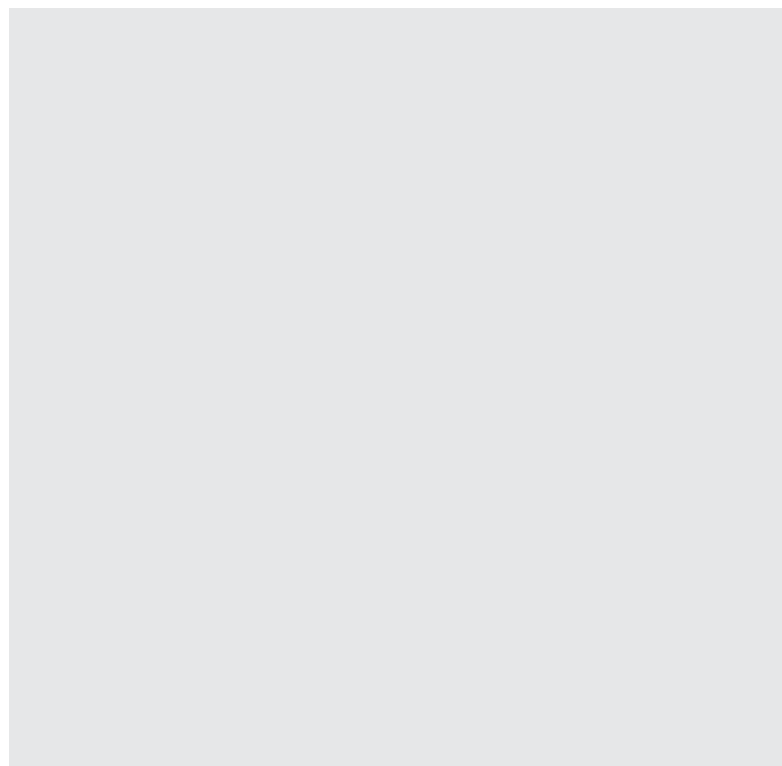
& FOTOS

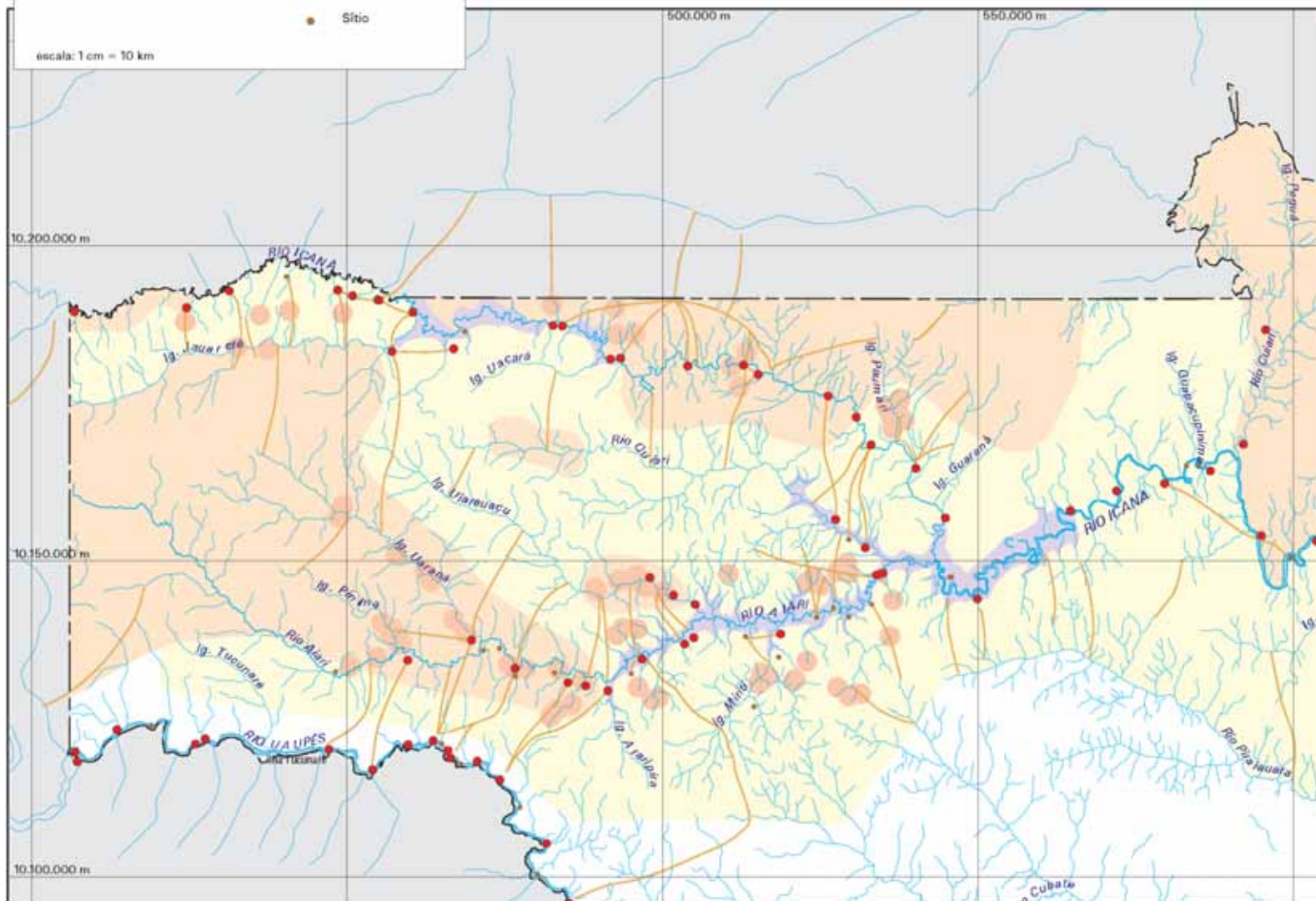
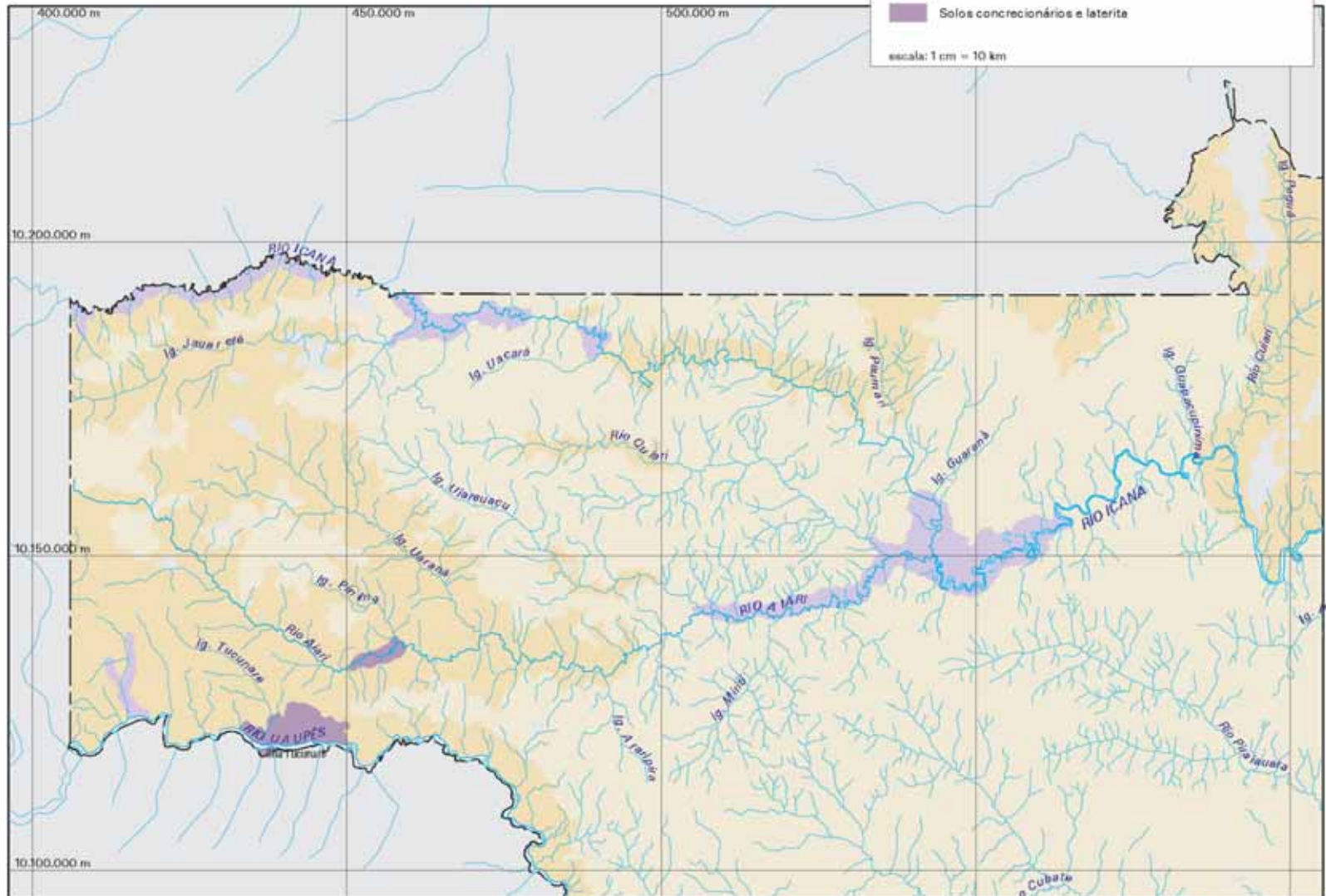
ALTO E MÉDIO RIO NEGRO: FAMÍLIAS LINGÜÍSTICAS

ALTO E MÉDIO RIO NEGRO: ETNIAS

Alto e médio rio Negro: famílias lingüísticas

e

Alto e médio rio Negro: etnias

Os mapas das duas páginas anteriores são uma representação da diversidade lingüística e étnica do médio e alto rio Negro. Devido às características socioculturais da região, no entanto, não há como fazê-lo sem simplificações. Muitos povoados são ocupados por várias etnias, que algumas vezes utilizam não só línguas distintas, como também línguas pertencentes a diferentes famílias. É o caso de povoados divididos por povos Tukano e Maku, relativamente comuns nos rios Tiquié, Papuri e afluentes. Em vista disto, várias áreas (definidas no mapa pelo uso de cores diferentes) são indicadas como de ocupação de várias etnias. Outro problema são as áreas interfluviais ao sul do rio Uaupés, de ocupação Maku, mas que também são usadas eventualmente pelos Tukano.

Alto e médio rio Negro: classe de solos e povoados

O mapa ao lado mostra a relação entre a localização dos povoados indígenas e os diferentes tipos de solos existentes na região. Os tipos de solo correspondem a um resumo das classes indicadas em mapas do Projeto Radambrasil (Levantamento de Recursos Naturais, vol. 11, Folha NA-19, DNPM, 1976). Simplificando, trata-se de solos onde se desenvolvem os seguintes tipos de vegetação: (1) florestas de terra firme; (2) campinarana ou caatinga amazônica; (3) igapó; e (4) vegetação característica de serras (ver mais detalhes no Capítulo III). Também podem ser vistos os limites das terras indígenas e unidades de conservação. A principal vantagem deste mapa é permitir a visualização de grandes áreas inadequadas para a agricultura (em amarelo claro) e, em decorrência, também impróprias para a permanência de maiores contigentes populacionais. As áreas de maiores densidades demográficas são justamente aquelas onde há maior disponibilidade de terra firme (em marrom claro). Observa-se também, acompanhando alguns trechos dos rios da região, a presença de igapós (em verde claro), áreas que ficam inundadas durante parte do ano e que também não propiciam o estabelecimento de povoados (é o caso, por exemplo, do baixo Uaupés, baixo Tiquié e rio Ira), contribuindo para a baixa densidade populacional. Por último, podem ser vistas as áreas de solos associados às serras da região (em roxo claro). As manchas que aparecem ao sul de São Gabriel, por exemplo, correspondem à Serra do Curicuriari.

ALTO E MÉDIO RIO NEGRO:
CLASSES DE SOLOS E POVOADOS
Fonte: Mapa Exploratório de Solos, Projeto Radambrasil, escala 1:1.000.000, folhas NA19, NA20, SA19 e SB20, 1976
CLASSES DE SOLOS
(compilação baseada na capacidade de uso para agricultura)
Solos profundos típicos de relevo plano e solos menos profundos, argilosos, típicos de relevo suave ondulado a ondulado. Suportam uso agrícola mais intensivo pela maior capacidade de retenção de nutrientes.
Solos desenvolvidos, tendendo a argilosos-arenosos, com baixa capacidade de retenção de nutrientes, sendo pouco férteis para uso agrícola.
Solos argilosos, porém não agricultáveis por serem típicos de áreas baixas ou alagadas.
Solos bem rasos, argilosos, pouco férteis, que ocorrem em situação de relevo fortemente ondulado a montanhoso.
Comunidade
Sítio
limite das Terras Indígenas
escala: 1 cm = 29 km
COLÔMBIA
VENEZUELA
AMAZONAS
Cucuí
Iauaretê
São Gabriel da Cachoeira
Santa Isabel do Rio Negro
R. Içana
R. Aiari
R. Uaupés
R. Papuri
R. Tiquié
R. Uaupés
R. Cubate
R. Içana
R. Xié
R. Negro
RIO NEGRO
Ig. Ira
R. Curicuriari
R. Uneiuxi
R. Marié
RIO JAPURÁ
T.I. ALTO RIO NEGRO
T.I. BALAIO
T.I YANOMAMI
T.I. MÉDIO RIO NEGRO II
T.I. RIO TÉA
T.I. MÉDIO RIO NEGRO I
T.I. RIO APAPÓRIS
T.I UNEIUXI
T.I. PARANÁ BOÁ-BOÁ

Estes dois mapas representam a área do alto Içana e Aiari. O mapa abaixo foi produzido a partir de informações coletadas em campo por uma equipe do Instituto Socioambiental (ISA) e da Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) em julho de 1995, nas comunidades Baniwa que aparecem plotadas ao longo dos rios; o mapa da página seguinte apresenta as classes de solos existentes na região, tal como identificadas pelos estudos do Projeto Radambrasil (1976). Como se pode observar há uma nítida correspondência entre os dois mapas: as matas de terra firme coincidem aproximadamente com os limites dos latossolos; a grande extensão de campinarana com os solos podzólicos e as matas inundáveis de igapó com os solos hidromórficos. De fato, os Baniwa têm um minucioso conhecimento das variações existentes no ecossistema (veja na parte final do capítulo III), e ainda são capazes de localizar em mapas suas grandes unidades.
Em todas as comunidades visitadas em 1995 foram tomadas medidas de GPS, registrados os ...

... nomes dos igarapés mais próximos (que não aparecem no mapa por uma questão de escala) e assinalados, em mapas de trabalho, os varadouros (trilhas que em geral possuem uma orientação norte-sul e que ligam diferentes sub-bacias). Com base na localização das comunidades, na identificação dos igarapés e no posicionamento dos varadouros, anotou-se a distribuição das matas de terra firme, de igapó e campinarana. A análise posterior destas anotações permitiu traçar sobre a base cartográfica os limites de cada uma dessas formações. Assim, o mapa da página anterior permite visualizar como uma comunidade situada em uma formação natural específica pode, através da malha de rios, igarapés e varadouros, acessar os recursos existentes nas outras formações.

Região de ocupação Hupda-Maku: interflúvio dos rios Papuri, Tiquié e Uaupés

O mapa ao lado é uma representação da ocupação que os Hupda fazem desta área de interflúvio, de acordo com as variações dialetais. O território de um dialeto é uma aglomeração de territórios de caça contíguos. No mapa aparecem três grandes zonas dialetais (oeste, centro e leste), sinalizadas por linhas amarelas.

As áreas de caça e coleta aparecem hachuradas com pontilhado vermelho e as suas extensões foram estimadas com base no tempo médio das caçadas diárias, registrado por antropólogos (Jorge Pozzobon, 1989, em Pidn Bu' e em Pan Kokot, e por Howard Reid, 1974, em Tah Deh e Veh Deh). Para representar os territórios usados por comunidades com até vinte e cinco habitantes (padrão tradicional Maku), foram traçados círculos de sete quilômetros de raio. Para as aldeias com trinta ou mais habitantes, os círculos têm dez quilômetros de raio.

Alguns grupos locais, independente do tamanho da comunidade, não seguem a tendência de caçar num raio de sete a dez quilômetros em torno da aldeia. É o caso de Pupu Wau Deh e Veh Deh. Os caçadores de Pupu Wau Deh caçam a oeste de Pupu Wau Deh, ao passo que os caçadores de Veh Deh caçam ao sul de Veh Deh. Isto se deve ao fato de que as duas aldeias se encontram na zona limítrofe entre dois dialetos, o de rio acima e o do centro, separados pelo Igarapé Umari Sul. Eles alegam que uma caçada do outro lado seria menos proveitosa porque eles não conhecem os detalhes do terreno, as dobras dos caminhos, as árvores onde as pacas vão se alimentar, os lugares preferidos pelos tatus, etc.

O mesmo não acontece com aldeias vizinhas do mesmo dialeto. Com os círculos traçados no mapa, a primeira coisa que salta aos olhos são as intersecções de territórios de caça. Isso não deve causar surpresa, pois os Maku têm um sentimento muito tênue de propriedade. Habitantes de aldeias vizinhas do mesmo dialeto usam os acampamentos de caça uns dos outros sem nenhum problema. Muitas vezes esquecem quem fez qual acampamento.

Alterações recentes no padrão tradicional de ocupação Maku podem ser atribuídas principalmente aos efeitos da ação deliberada dos missionários salesianos iniciada na década de 70, voltada para a concentração dos grupos em aldeias maiores para facilitar os serviços de assistência. Até hoje essa prática persiste e tem apoio entre os índios do rio, principalmente entre os professores, imbuídos da ideologia salesiana segundo a qual é preciso civilizar os Maku para que não sejam mais inferiorizados; e também por decorrência de mudanças culturais mais amplas, como a atração exercida sobre os índios pelos centros missionários de Pari-Cachoeira, Taracuá e Iauareté, ou por São Gabriel da Cachoeira.

O território do dialeto do centro apresenta um "vazio" entre o Urucu, de um lado, e os igarapés Cucura e Pahsá, de outro. Isso se deve à atração exercida pela missão de Piracuara, que atraiu cerca de 50 Hupda e pela missão de Pari-Cachoeira, cujos missionários concentraram os Hupda de algumas aldeias menores em Nova Fundação.

Um processo semelhante estaria ocorrendo no território do dialeto de rio acima (oeste), com o deslocamento de Pan Kokot para a Boca do Umari Norte, com o deslocamento de boa parte de Doh Deh para Deh Pgon, por causa de uma escola mantida pelos missionários colombianos neste último local, e com o deslocamento de Tah Deh e várias outras aldeias menores para Waguiá e Nenonhá, por influência de missionários e professores ribeirinhos.

A concentração espacial e a sedentarização dos Maku, promovida pelos missionários, não parece ter tido efeitos semelhantes na forma de ocupação dos grupos do dialeto de rio abaixo (leste): apesar do tamanho da população de Santo Atanásio, não surgiram vazios significativos, a não ser o espaço existente entre Fátima e o restante das aldeias deste dialeto. Mas é bem possível que Fátima tenha surgido mais por influência da própria Iauareté do que pela ação de missionários e professores.

Os Maku costumam se estabelecer por períodos relativamente longos em aldeias ribeirinhas, a fim de poupar suas pequenas roças de um rápido esgotamento. Se um grupo doméstico é suficientemente grande, tendo mais de duas pessoas adultas de cada sexo, um dos moços solteiros pode decidir passar algum tempo agregado individualmente a uma aldeia ribeirinha, para adquirir bens industrializados de segunda mão entre os índios do rio, a fim de se apresentar como alternativa matrimonial atraente para as mulheres maku. Em princípio, todas essas alternativas são costumeiras entre os Maku do Uaupés e não devem ser vistas como alteração ou quebra dos padrões nativos de mobilidade e ocupação espacial. O importante é saber se essas situações, que são tradicionalmente provisórias, arriscam ou não se tornar mais duradouras, devido a influências externas.

REGIÃO DE OCUPAÇÃO HUPDA-MAKU:
interflúvio dos rios Papuri, Tiquié e Uaupés
POVOADOS
mais de 150 habitantes
de 51 a 150 habitantes
menos de 51 habitantes
povoado Hupda
povoado ribeirinho onde há Hupda agregados e/ou por onde passam caminhos Hupda.
povoados Yuhupde
antigos povoados Hupda referidos no texto
outros povoados
caminho Hupda (localização precisa)
caminho Hupda (localização imprecisa)
limite aproximativo entre os dialetos Hupda
área de caça e coleta
escala: 1 cm = 6 km
São Gabriel da Cachoeira
COLÔMBIA
AMAZONAS
PAPURI
UAUPÉS
TIQUIÉ
Piracuara
Monfort
São José de Anchieta
Uirapixuna
Melo Franco
Jandiá
Pathisha
Doyn Deh
São Fernando
Waguiá
Santa Cruz
São João
Wã Deh
Saracura
Santa Marta
Sempe Dihtára
São Pedro
São Sebastião
Abacate
Santa Cruz do Turi
Esteio
Iauaretê
Fátima
Santo Atanásio
Novo Sítio
Boca do Traíra
Piracema
Jacaré Banco
Jacamim
Vila Nova
Cabari Santa Cruz
Araci Ponta
Juquira Ponta
Paraná Jucá
Cabari
Piracema II
Tocandira 2
Tocandira I
Urubú Lago
Ponho Igarapé
Mercês
Santa Rosa
Jabuti Cachoeira
Coração de Maria
São Sebastião
Bihpubu
Umari Norte
São Domingos Sávio
Pari Cachoeira
Cucura São João
Templo do Diabo
Nova Fundação
Cucura Manaus
Cruzeiro
Santa Luzia
Barreira II
São Luís
São José 1
São José 2
Kayá Deh
Nova Esperança
Iraiti
Tamacuá
Tapira Ponta
Boca da Estrada
São Tomé
Castanha
Samaúma

fotos: Beto Ricardo/ISA

Centro comunitário, Comunidade Nazaré, alto Içana (out/97).

Comunidade Betel, alto Içana (out/97).

Comunidade Taperera, Terra Indígena Médio Rio Negro II (jan/98).

Transportando palha de caranã, Sítio Tamanduá, alto Içana (out/97).

Barco de uma associação filiada à FOIRN, no porto de São Gabriel (jan/98).

fotos: Beto Ricardo/ISA

Porto da Comunidade Nazaré, rio Cubate, afluente do baixo rio Içana (out/97).

Charles Bentley (1835/39)

Em meados do século XIX, em São Gabriel estava localizado um forte português, uma vila com duas dezenas de casas de soldados, uma igreja coberta de palha e uma capela, implantados desde o século anterior numa região de ocupação Baré (Wallace, 1979 [1853]). No início do século XX, virou sede da missão salesiana. A partir dos anos 70, progressivamente, passou a ser um ponto focal para o Exército e a Aeronáutica na Amazônia brasileira. Com a população majoritariamente indígena, São Gabriel é o local da sede da FOIRN.

Beto Ricardo/ISA

São Gabriel da Cachoeira (jan/98).

Ana Laura Junqueira/ISA

Assembléia na maloca da sede da FOIRN (dez/96).

Beto Ricardo/ISA

Sede da FOIRN em São Gabriel da Cachoeira (abr/97).

Beto Ricardo/ISA

São Gabriel da Cachoeira (jan/98).

II – DIVERSIDADE CULTURAL E LINGÜÍSTICA

As línguas

No alto e médio rio Negro existe uma grande riqueza cultural e lingüística, sendo faladas atualmente mais de vinte línguas, de quatro grandes famílias lingüísticas: Tukano Oriental, Aruak, Maku e Yanomami. Algumas delas, como o tukano e o baniwa, são usadas por alguns milhares de pessoas, e outras, como o tariana e o dow, são faladas por poucas dezenas. Freqüentemente os índios da região falam várias línguas indígenas, além do português e do espanhol. Algumas etnias, ou partes delas, deixaram de falar suas línguas de origem, adotando outros idiomas indígenas, como é o caso dos Tariana no Uaupés, que atualmente falam tukano; ou dos Tukano que foram para o médio rio Negro e adotaram o *nheengatu*.

Existem pelo menos dezesseis diferentes línguas classificadas como Tukano Oriental, todas elas faladas por povos que habitam o noroeste do estado brasileiro do Amazonas e o departamento colombiano do Vaupés. No Brasil, os Tukano habitam toda a bacia do rio Uaupés e o trecho do rio Negro entre a foz daquele rio e as imediações da cidade de Santa Isabel, incluindo aí a cidade de São Gabriel. No rio Negro, convivem com populações Baré e Baniwa e têm como língua franca o *nheengatu*. Diz-se Tukano Oriental para diferenciá-los dos Tukano Ocidentais, que são povos que habitam a região do rio Napo, nas fronteiras entre Colômbia, Equador e Peru. Dentre estes povos, podemos citar os Siona e Secoya.

A principal língua da família Tukano Oriental é o tukano propriamente dito. Ela é usada não só pelos Tukano, mas também pelos outros grupos do Uaupés brasileiro, e em seus afluentes Tiquié e Papuri. Na medida em que há várias línguas distintas, em muitos casos não inteligíveis entre si, o tukano passou a ser empregado como língua franca, permitindo a comunicação entre povos com línguas paternas bem diferenciadas. Em alguns contextos, o tukano passou a ser mais usado do que as próprias línguas locais. A língua tukano também é dominada pelos Maku que vivem nesta bacia, já que necessitam dela em suas relações com os índios Tukano. Considerando o significativo número de pessoas da bacia do Uaupés que estão residindo no rio Negro e nas cidades de São Gabriel e Santa Isabel, estima-se que cerca de vinte mil pessoas falem o tukano.

As outras línguas desta família são faladas por populações menores, predominando em regiões mais limitadas. É o caso do wanana e kubeo no alto Uaupés, acima de Iauareté; do pira-tapuya no médio Papuri; do tuyuka e bará no alto Tiquié; e do desana de comunidades localizadas no Tiquié, Papuri e afluentes.

fotos: Beto Ricardo/ISA

Povos e línguas indígenas do alto e médio rio Negro

Grupos étnicos/lingüísticos	Família lingüística	Principais áreas de ocupação
Tukano Desana Kubeo Wanana Tuyuka Pira-tapuya Miriti-tapuya Arapaso Karapanã Bará Siriano Makuna Tatuyo* Yurutí* Barasana (Panenoá)* Taiwano (Eduria)*	TUKANO ORIENTAL (TUKANO)	• rio Uaupés • rio Tiquié • rio Papuri • rio Querari • curso alto do rio Negro (principalmente entre Santa Isabel e a foz do rio Uaupés, inclusive na cidade de São Gabriel da Cachoeira) • povoados em trecho da estrada que liga S. Gabriel a Cucuí • rio Curicuriari • rio Apapóris e seu afluente Traíra • Departamento do Vaupés e Guaviare (Colômbia)
Baniwa Kuripako Baré Werekena Tariana	ARUAK	• rio Içana • rio Aiari • rio Cuiari • rio Xié • curso alto do rio Negro (a montante da cidade de Santa Isabel, sobretudo acima da foz do Uaupés) • médio curso do rio Uaupés, entre Ipanoré e Periquito • Departamento de Guainia (Colômbia) • Estado Amazonas (Venezuela)
Hupda Yuhupde Dow Nadöb Kakwa* Nukak*	MAKU	• região entre o Tiquié, Uaupés e Papuri • afluentes da margem direita do rio Tiquié (principalmente os grandes igarapés Castanha, Cunuri e Ira) • rios Apapóris e Traíra • proximidades da cidade de São Gabriel (do outro lado do rio) até a foz do rio Curicuriari e do rio Marié • rio Uneiuxi e no paraná Boá-Boá (médio Japurá) • rio Téa • Departamento do Vaupés e Guaviare (Colômbia)
Yanomami	YANOMAMI	• região das bacias dos rios Padauiri, Marauiá, Inambú, Cauaburi (ao norte do rio Negro)

(*) Etnias que moram em território colombiano. Os TUKANO desenvolvem relações de troca - comercial, ritual e matrimonial - com seus parentes no Brasil.

Os ARUAK, representados principalmente pelos Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena e Tariana, ocupam a bacia do rio Içana, o rio Xié e o rio Negro, desde o canal do Casiquiari até o Padauiri. Estão presentes, representados pelos Tariana, também no médio Uaupés, onde falam principalmente o tukano, em conseqüência do convívio de séculos com os povos TUKANO nesta área.

Os Baré não falam mais sua língua original, da família ARUAK. Com o contato com missionários e a colonização, adotaram a Língua Geral ou *nheengatu*. Atualmente, esta língua representa uma marca de sua identidade cultural. A Língua Geral ou *nheengatu* é uma forma simplificada do Tupi antigo, falado em grande parte do Brasil nos primeiros séculos da colonização portuguesa, e que foi adaptado e amplamente difundido pelos missionários jesuítas. Com o tempo e o predomínio do português como língua nacional, a Língua Geral foi perdendo terreno. Porém, continua viva e muito usada na calha do rio Negro, em seu curso médio e alto, inclusive em São Gabriel, e em alguns de seus afluentes, como no baixo Içana e no rio Xié.

A designação MAKU se refere a quatro línguas distintas de povos que ocupam o território mais extenso do alto rio Negro, visto que vivem principalmente da caça e da coleta de frutos silvestres, recursos que estão muito dispersos espacialmente. Eles habitam a bacia do rio Uaupés mas, ao contrário dos outros povos, preferem fazer suas aldeias mais no interior da floresta, afastados dos grandes rios. São encontrados também nas proximidades da cidade de São Gabriel, do outro lado do rio Negro (na margem direita); nos rios Uneiuxi, Téa e Marié e, por último, nos rios Traíra e Apapóris, perto da Vila Bittencourt.

O total estimado da população Yanomami é de 25 mil, dos quais 15 mil na Venezuela.

Os YANOMAMI vivem na região ao norte do rio Negro até a fronteira com a Venezuela e a Serra do Imeri. Esta área é drenada pelo alto curso de afluentes do lado esquerdo do rio Negro. O território yanomami no Brasil se estende a leste, até os cursos superiores dos tributários da margem direita do rio Branco, em Roraima.

Os povos indígenas

Cada uma das vinte e duas etnias que vivem no alto e médio rio Negro se diferencia de todas as outras, ainda que apenas em certos aspectos. Neste contexto de diversidade cultural encontra-se, porém, muitas características comuns entre as diversas etnias, principalmente no que diz respeito aos mitos, às atividades de subsistência, arquitetura tradicional e cultura material. Estas características comuns são mais evidentes entre os TUKANO, Baniwa, Tariana e Baré, por um lado, e os MAKU, por outro. Para simplificar, os primeiros serão agrupados sob a denominação "povos do rio" e os MAKU serão apresentados separadamente.

Os povos do rio

Apesar das diferenças de línguas e de algumas características culturais, os TUKANO e os Baniwa têm muitas coisas em comum. Comparando-os com os grupos de fala MAKU, os TUKANO, Baniwa, Baré e outros podem ser reconhecidos como os "índios do rio".

Os índios que ocupam as margens dos rios principais se organizam em "comunidades", nome dado há décadas pelos missionários católicos - e adotado também pelos protestantes - aos povoados que vieram a substituir as antigas malocas comunais, que eram grandes casas que serviam de moradia para várias famílias. Há cerca de três gerações os índios não vivem mais em malocas, presentes hoje apenas na memória e em poucos povoados. As malocas atuais foram construídas em algumas comunidades, no alto Tiquié, por exemplo, no âmbito de um processo de recuperação de tradições e como marca de identidade pelo movimento indígena, como é o caso da maloca na sede da FOIRN, em São Gabriel.

A comunidade compõe-se, geralmente, de um conjunto de casas com paredes de casca de árvore, pau-a-pique ou tábuas e cobertura de palha ou zinco, construídas em um amplo pátio aberto, uma capela (católica ou protestante), uma escolinha e, eventualmente, um posto de saúde. Há comunidades que possuem apenas as casas de moradia. Cada comunidade possui um capitão, sempre um homem, que tem o papel de reunir o grupo, "animando-o" para trabalhos comunitários e também respondendo às demandas gerais ligadas a tais tarefas. Não se trata, porém, de um chefe ou comandante todo-poderoso que dá ordens e aplica punições. Na maioria dos casos, ele apenas orienta, sem impor sua posição. Constitui-se, também, num interlocutor preferencial com os brancos.

A alimentação dos índios ribeirinhos provém basicamente dos derivados da mandioca "brava". Na região do rio Negro, a palavra mandioca designa as variedades tóxicas da espécie *Manihot esculenta* Crantz, as quais precisam ser processadas antes de consumidas. Os índios do alto rio Negro levaram a um estágio muito desenvolvido o processamento da mandioca, aproveitando-a ao máximo, como pode ser observado, adiante, no esquema na página 35. O esquema geral de processamento da mandioca é o seguinte: depois de arrancar, lavar, raspar a casca e ralar a mandioca, a massa resultante é lavada com força em uma grande cumatá. O líquido resultante, de aspecto leitoso, é colhido em um pote ou bacia e fica em repouso, para decantar o amido. A parte líquida que fica em cima é retirada, fervida até a eliminação das substâncias tóxicas, para se fazer manicuera e tucupi. O amido depositado no fundo é secado, usando-se para isto um pano, em cima do qual é colocada cinza de carvão que tem a propriedade de absorver a umidade. Com a tapioca resultante faz-se

137 variedades de mandioca "brava" foram diferenciadas por índios ribeirinhos de quatro comunidades do médio Uaupés, durante pesquisa antropológica realizada entre 1978 e 1983. A mandioca ocupava 91% de toda a área cultivada nas roças dessas comunidades, fornecendo entre 85 e 95% do consumo diário de calorias. Em geral, os indígenas do Uaupés, seguindo o padrão dos "índios do rio", têm três roças simultâneas: uma recém-derrubada; uma segunda com um ou dois anos e uma terceira com dois ou três anos. Praticam a policultura rotativa de uma grande variedade de plantas alimentícias e medicinais (Chernela, 1986a).

Outra pesquisa mais recente registrou, em cinco roças de um povoado do médio rio Negro, 61 variedades de mandioca. Essa diversidade é constantemente renovada, manejada através de intercâmbios entre famílias ou grupos ou através da incorporação de novas variedades oriundas de sementes. Vários fatores, como migração para a cidade e mudança de hábitos alimentares, contribuem para perda ou alteração da diversidade varietal (Emperaire et alli, 1998).

fotos: Beto Ricardo/ISA

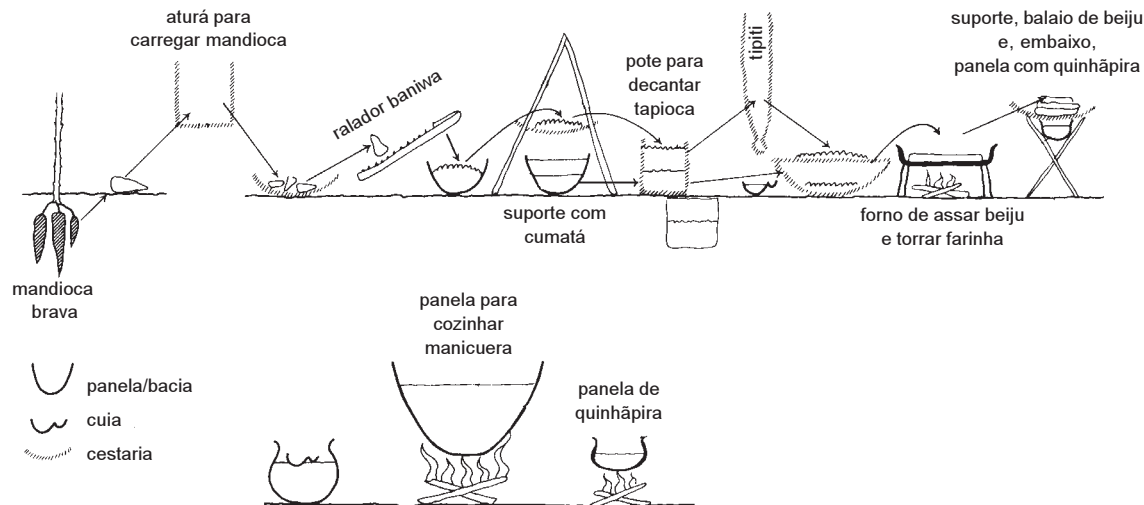
Prensando a massa da mandioca ralada no tipiti...

... peneirando,

e assando beiju. Comunidade Matapi, alto Içana, 1997.

beiju, mingau, farinha, etc. Quando se tem mais pressa ou mais gente para comer, dá para passar a massa, depois de ralada, direto no tipiti, onde é prensada ao máximo, para que todo veneno escorra, usando-se esta massa peneirada para fazer beiju.

(cf. C. Hugh-Jones, 1979: 175)

Representação esquemática de um dos processos culinários da mandioca brava, principal item da dieta dos índios do rio Negro. O desenho compreende desde a planta na roça até sua transformação em alimento (beiju, manicuera, etc).

Neste longo trabalho as mulheres gastam praticamente todo o dia. Depois de preparar a primeira refeição, vão à roça colher, fazer o replantio e limpar o terreno; às vezes vão às capoeiras das roças antigas, à procura de frutas que continuam produzindo depois que as roças são abandonadas. Em casa se desdobram entre ralar a mandioca, carregar água do rio para lavar a massa, buscar lenha para o fogo, preparar comida e cuidar e dar atenção para as crianças menores. Desde muito cedo as meninas ajudam sua mãe, no começo apenas entretendo seus irmãozinhos menores para que os adultos possam trabalhar, e depois ajudando em tudo.

Os homens costumam acompanhar suas mulheres na roça, ajudando-as na capina e a carregar a mandioca para casa. Muitas vezes, principalmente nos povoados mais antigos, as roças ficam bem distantes das casas, o que significa grande esforço no transporte da carga. Maior ajuda masculina é esperada quando a família se envolve na produção de um novo estoque de farinha ou de um excedente para venda, quando contribuem puxando maiores quantidades de lenha para torrar a farinha. Isto também acontece quando se faz muito caxiri para as grandes festas.

Farinha estocada em paneiros, maneira utilizada para transportá-la.

A atividade principal dos homens é contribuir com a outra parte da alimentação, o peixe ou a carne de caça. Em geral, os homens saem de canoa todos os dias ou

durante a noite para pescar ou caçar. Este trabalho requer um bom conhecimento do rio, dos melhores locais para a pesca, dos hábitos dos peixes e das técnicas de pescaria. Nas áreas de maior escassez de pescado, é fundamental um bom domínio destes conhecimentos e técnicas, caso contrário pouca coisa se consegue. Praticamente todos os homens têm pelo menos uma canoa, sendo bastante valorizada uma maior e melhor para viagens mais longas.

Algumas vezes eles saem para caçar a pé, percorrendo grandes distâncias à procura de algo com paciência e atenção. Quando um homem consegue abater um animal maior, como uma anta ou um veado, ele destina parte de sua carne para uma refeição comunitária, para a qual convida todas as pessoas de seu povoado. As refeições comunitárias, no entanto, não se restringem às oportunidades de comida boa e farta. Quase todos os dias elas acontecem pela manhã. Cada mulher leva seu cesto de beiju, uma panela de mingau e outra com peixe ou quinhãpira. Todos comem juntos e conversam, aproveitando para tomar decisões de interesse coletivo.

A cestaria de arumã mostrada nesta foto do início do século (arquivo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira)...

Ainda na divisão sexual das tarefas do dia a dia, o trabalho artesanal das mulheres restringia-se, tradicionalmente, à produção de cerâmica e cuias, fiação de tucum para cordas, enquanto aos homens cabia a produção dos objetos cerimoniais e toda a cestaria (com exceção dos aturás de cipó, trançados por mulheres maku).

Entre os povos Tukano, Tariana, Baré e Baniwa existem também outros pontos em comum, como os equipamentos e técnicas empregados diariamente nas atividades de subsistência (na agricultura, coleta, pesca e caça; nos deslocamentos cotidianos e a mais longa distância; nas atividades de processamento culinário e de conservação de alimentos, e assim por diante). Por exemplo, os artefatos usados na cozinha são os mesmos em toda a área: tipiti, cumatá, peneira e balaios de arumã; ralos baniwa, feitos no Içana e distribuídos por todas as partes; abanos trançados com talas de tucum ou de arumã ; além de recipientes para pimenta e jiraus feitos com os mais diversos materiais. Os cestos utilizados para carregar mandioca, frutas e outras raízes são variados, de acordo com o rio: na bacia do rio Uaupés predominam os aturás maku feitos de cipó, mais resistentes e produzidos em diferentes tamanhos, de acordo com a idade e a força do usuário; também são empregados outros tipos de aturá de cipó titica nos rios Negro e Içana, além de jamaxis e aturás de turi.

Por razões ecológicas, sociológicas e simbólicas, vigoram na região especializações artesanais (produção especializada de certos artefatos por diferentes etnias) que definem uma rede formalizada de trocas intercomunitárias. Os Tukano são conhecidos por seus bancos de madeira, os Desana e os Baniwa por seus balaios, estes últimos também pelos ralos de mandioca, os Kubeo pelas suas máscaras funerárias, os Wanana (dizem alguns) por seus tipitis, os Maku pelas flautas de pã, o curare e os aturás de cipó. No caso dos artefatos de arumã, também há especialistas. No rio Tiquié, os Tuyuka e Bará se destacam como os melhores construtores de canoas, artigo de primeira necessidade para todas as famílias e que alcançam um bom valor de troca.

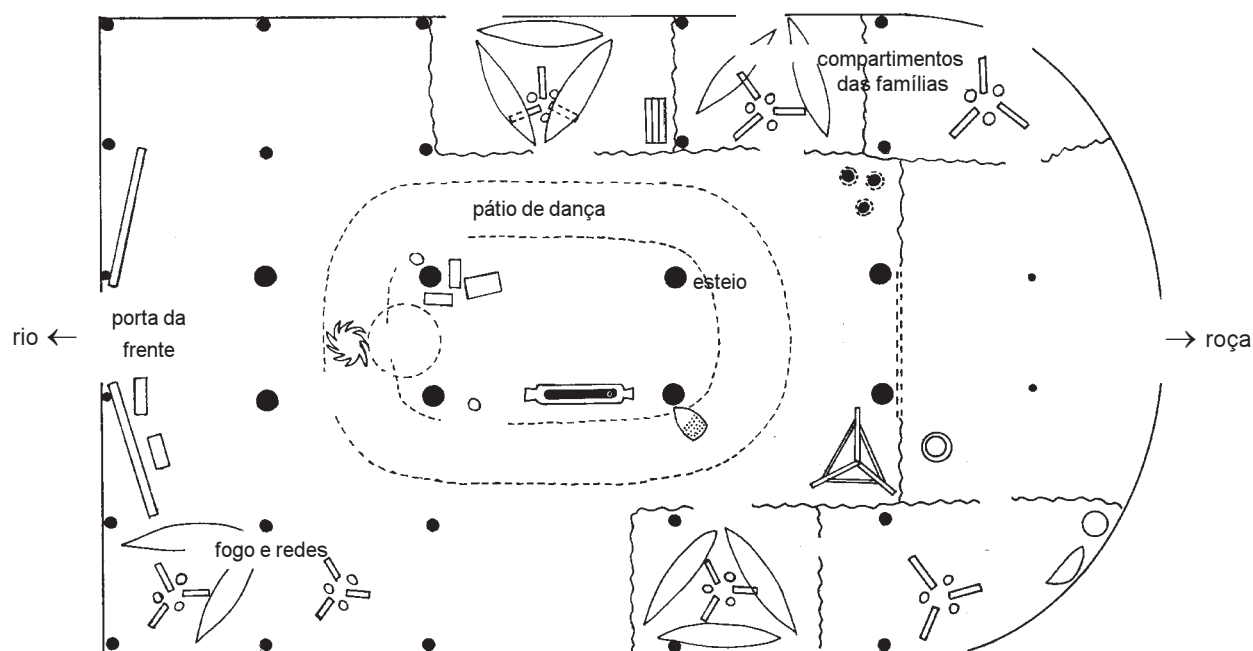
Hoje muitas comunidades também se dedicam à fabricação de artesanato para a venda ou troca por produtos industrializados. Com as missões salesianas, as mulheres passaram a se dedicar à fabricação de redes, tapetes e bolsas de tucum para venda, que aprenderam nos colégios com as freiras, ou com ex-alunas e professoras índias que dão aulas nas comunidades. No Içana há atualmente um aumento da produção de balaios e urutus para venda, muitas mulheres baniwa também se dedicam a esta atividade. Há outros locais onde se encontram especialistas na confecção de cerâmica, objetos de pau-brasil e bancos rituais.

Beto Ricardo/ISA (1997)

... continua a ser fabricada em toda a região.

Outro ponto de encontro entre as diferentes culturas do alto e médio rio Negro é a antiga tradição de construção das malocas. Durante muitos anos essas construções foram alvo de ataques por parte dos missionários, resultando em seu completo abandono pelas comunidades situadas no lado brasileiro da região. Atualmente vêm sendo recuperadas em alguns locais, como no alto Tiquié e no alto Uaupés. A maloca não é uma simples moradia comunitária, é também um espaço fundamental para a realização dos rituais. Seu desenho interno tem significados muito especiais, permitindo reviver, nas grandes cerimônias, a trajetória primordial dos antepassados, conhecida através dos mitos de origem destas sociedades.

O missionário salesiano Alcionilio Brüzzi fez uma descrição detalhada da maloca de São Pedro, no rio Tiquié, que ele encontrou em 1947, mas que pode ser generalizada para as malocas que antes existiam em grande número na região:

"*Era construída conforme os antigos costumes. Era retangular, medindo 27,60 metros de comprimento por 18 de largura. A cobertura era de duas águas, com declive bem pronunciado, para o rápido escoamento. Media internamente 7,30 metros de altura até a cumeeira, terminando a 90 cm do chão, de sorte que as paredes laterais mediam apenas 1,52 metro de altura. O telhado de caraná prolongava-se um pouco mais, na parte correspondente às portas, a fim de defendê-las das chuvas.*

Planta baixa de uma maloca típica do alto rio Negro. Muitas vezes a parte posterior é reta, não formando um semi-círculo. Na página ao lado, uma perspectiva destacando os esteios e o madeirame que sustenta a cobertura de palha. (S. Hugh-Jones e Carmichael, 1985: 81, 83).

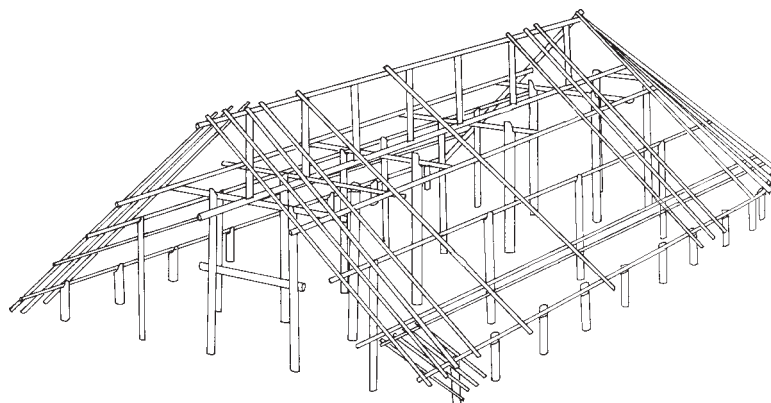
Maloca kubeo do rio Cuduiari, chamada Surubinóca, pintada com motivos coloridos. Era habitada por três irmãos com suas famílias (Koch-Grünberg, 1995 : 86).
A descrição de Brüzzi (1962) corresponde a um padrão de construção das malocas.

As paredes principais obedeciam ao estilo clássico, isto é, eram de casca de árvore até 2,5 metros de altura, e depois de trançado de açaí. As paredes laterais eram de pehé.

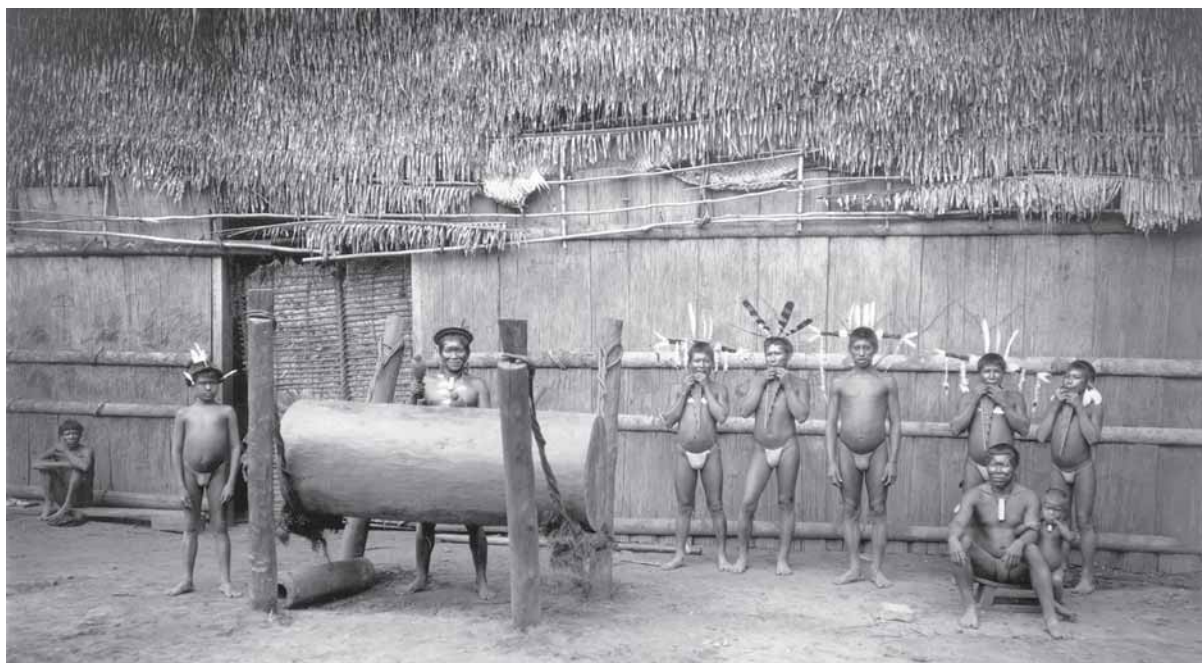
Estava construída solidamente sobre 5 pares de esteios [os três centrais e os outros dois que sustentam as paredes da frente e dos fundos da maloca], que delimitavam a nave central. Eram paus roliços, retilíneos, rústicos (sem descascar), porém bastante regulares e proporcionais, como o eram também as vigas e caibros.

Todo o madeirame era solidamente travado com cipó. Internamente, os esteios, todos eles bem alinhados, dividiam o espaço em 5 naves [no sentido da largura]. As três centrais para uso comum: passagem, reuniões, danças, visitas e trabalho. Aí ficavam, mais para o fundo, os utensílios de uso comum, como sejam os grandes vasos de barro cozido e os cochos de madeira para a fermentação dos caxiris, e o forno para o fabrico da farinha. É aqui que se desenvolvem as danças por ocasião das festas.

As duas naves mais externas, que correspondem à parte baixa do telhado, ao longo do beiral, eram destinadas à residência das famílias: cada nave tinha 4 divisões.

Na do tuxaua, casualmente, a separação era um pouco melhor; não bastando porém, para tolher a visão do interno. Em algumas malocas nenhuma separação existe

absolutamente. Pode-se, pois, dizer que são divisões imaginárias, correspondentes às traves e esteios da maloca" (1962: 175-177).

Portanto, a maloca era dividida em diversos compartimentos laterais. O número deles variava de acordo com o número de famílias residentes. A regra geral era que o chefe do grupo local morasse no compartimento mais próximo à parede dos fundos da casa, do lado esquerdo de quem entra, e seus irmãos mais novos, à medida que fossem casando, ocupassem os compartimentos contíguos, a partir dos fundos para a frente da casa. Os homens solteiros, já iniciados, deixavam o compartimento de seus pais e atavam suas redes do meio da casa para a frente. Por último, os agregados que estavam morando aí em caráter provisório ou excepcional e os visitantes permaneciam na parte da frente da casa.

Durante as festas e, sobretudo, nas cerimônias mais formais que contam com as danças dos homens adultos, eram usados os adornos de plumas e o espaço era rearranjado, passando a ser o centro da maloca a área mais importante, onde a dança tem lugar. "*Tanto a maloca inteira como as suas partes distintas estão de tal maneira ligadas ao mito e aos rituais, que é impossível tentar separar aqui o profano, e lá o sagrado; o significado religioso, o símbolo sobrepõe-se à visão apenas material da cultura*", escreveu o padre Casimiro Béksta (1988).

Trocano em frente à maloca tukano de Pari-Cachoeira, no rio Tiquié, fotografado em 1904 (Koch-Grünberg, 1995 : 263). Segundo o antropólogo alemão, esta maloca media 28,80 metros de comprimento, por 21 de largura e 10,20 de altura.

Os povos da bacia do rio Uaupés - O rio Uaupés, juntamente com seus afluentes Tiquié, Papuri, Querari e outros menores definem a região habitada pelos povos de línguas Tukano. Na Colômbia, além da bacia do Uaupés, vários grupos aparentados ocupam também uma parte significativa da bacia do rio Apapóris (tributário do Japurá), cujo principal afluente é o rio Pirá-Paraná. Existem pelo menos dezesseis grupos que podem ser considerados como falantes de uma destas línguas. Os maiores, em termos populacionais, são os Tukano, cuja língua é amplamente usada na região, funcionando como a língua franca, os Desana, Kubeo, Wanana, Tuyuka e Pira-tapuya.

As pessoas que fazem parte de cada um destes povos são estreitamente aparentadas e não se casam entre si, internamente ao seu próprio grupo étnico e lingüístico. Por exemplo, um homem desana não deve se casar com uma mulher desana, procurando sua esposa entre os Tukano ou outro grupo lingüístico. Deste modo, os homens vão buscar suas mulheres entre outros povos, que falam outras línguas. Isto não é um problema, porque é comum as pessoas falarem mais de uma língua, usando freqüentemente o tukano como língua franca. Com o casamento se dá uma maior aproximação entre as pessoas do grupo do homem e as pessoas do grupo de origem da mulher, que em geral vai residir no povoado do marido, estabelecendo-se assim uma intensa colaboração e ajuda mútua. Por exemplo, quando um homem tuyuka se casa com uma mulher tukano, os Tuyuka passam a fornecer canoas, que sabem fazer melhor, e recebem em troca bancos, especialidade dos Tukano, e outros artigos. Como foi visto acima, vários grupos lingüísticos se especializaram na confecção de certos itens da cultura material, fato que reforça as trocas entre os diferentes povos. Esta rede de comércio se estende por toda a região, envolvendo não só artigos manufaturados pelos próprios índios, mas também bens industrializados. Assim, entre índios que moram no lado brasileiro e aqueles que estão em território colombiano, panelas de alumínio colombianas de melhor qualidade são negociadas por sal, raladores baniwa e malhadeiras de origem brasileira.

Cada um destes povos é composto de vários grupos menores, freqüentemente chamados de *sibs* pelos antropólogos. Um *sib* é formado pelos descendentes de um mesmo avô antigo que se consideram irmãos próximos entre si. Mesmo nos casos em que não vivam juntos em um mesmo povoado hoje em dia, diz-se que antes moravam numa mesma maloca, formando um grupo unido. Os *sibs* que constituem um grupo lingüístico estão organizados de maneira hierárquica, o que quer dizer que respeitam uma ordem que vai do irmão maior para o irmão menor.

Uma etnia não ocupa necessariamente uma única área. Atualmente é comum encontrar representantes de uma mesma etnia em regiões diferentes e distantes entre si. Por exemplo, os Tukano são encontrados desde o médio rio Negro até o alto

As fontes dos dados de população que aparecem nas margens desta página até a página 48, estão no final do capítulo. Os dados por etnia no Brasil são bastante precários e inconsistentes.

curso dos rios Papuri e Tiquié. A seguir é feita uma breve descrição de cada um dos grupos lingüísticos presentes na bacia do Uaupés, considerando apenas a filiação lingüística, principais áreas em que habitam, suas divisões internas e as principais fontes escritas a respeito de cada qual.

Tukano (em tukano, autodenominam-se *Ye'pâ-masa* ou *Daséa*)

O total estimado da população Tukano é de 10 mil, dos quais 6.330 na Colômbia.

É o povo mais numeroso da família lingüística Tukano Oriental, em toda a região do alto rio Negro. Os Tukano estão concentrados principalmente nos rios Tiquié, Papuri e Uaupés; mas também estão morando no rio Negro, a jusante da foz do Uaupés, inclusive na cidade de São Gabriel. É possível que existam mais de trinta subdivisões entre os Tukano, cada qual com um nome e, idealmente, compondo um conjunto hierarquizado. Atualmente, com todas as dispersões ocorridas nos últimos séculos, as posições hierárquicas são razão de polêmicas e versões variadas.

Os Tukano são fabricantes tradicionais do banco ritual, feito de madeira (sorva) e pintado, na parte do assento, com motivos geométricos semelhantes àqueles dos trançados. É um objeto muito valorizado, obrigatório nas cerimônias e rituais, onde se sentam os líderes, *kumua* (benzedores) e *bayá* (chefes de cerimônia).

Fonte: Brüzzi (1962), Fulop (1954, 1956), Piedade (1997).

Desana (em sua língua, autodenominam-se *Ʉmʉkomasã*)

O total estimado da população Desana é de 3.500, dos quais 2.036 na Colômbia.

É outro povo Tukano Oriental bem populoso. Habitam principalmente o rio Tiquié e seus afluentes Cucura, Umari e Castanha; o rio Papuri (especialmente em Piracuara e Monfort) e seus afluentes Turi e Urucu e trechos do rio Uaupés e Negro. Também migraram e estão presentes no rio Negro e nas cidades da região. Existem aproximadamente trinta divisões entre os Desana, entre chefes, mestres de cerimônia, rezadores e ajudantes. Este número pode variar segundo a fonte.

Os Desana são especialistas em certos tipos de cestos trançados, como apás grandes (balaios com aros internos de cipó) e cumatás.

Fonte: Ribeiro (1995), Diakuru & Kisibi (1996), Buchillet (1983), Reichel-Dolmatoff (1968), Umusi Pãrõkumu & Tõrãmu Kehiri (1995).

Tariana (autodenominam-se *Taliaseri*)

O total estimado da população Tariana é de 1.800, dos quais 205 na Colômbia.

Diferentes dos outros povos da bacia do Uaupés, os Tariana são de outra origem, pertencente à família lingüística Aruak, a mesma dos Baniwa e Baré. Atualmente moram no médio Uaupés, baixo Papuri e alto Iauiari. O centro do povoamento fica entre as cachoeiras de Iauareté e Periquito. Especializados em implementos de pesca como caiá, cacuri, matapi.

Fonte: Oliveira (1981).

Tuyuka (autodenominam-se *Dokapuara* ou *Ʉtapinõmakãphõná*)

É outro povo da família lingüística Tukano Oriental. Estão concentrados principalmente no alto rio Tiquié, entre a Cachoeira Caruru e o povoado colombiano de Trinidad, incluindo os igarapés Onça, Cabari e Abiyú. Estão presentes também no trecho do rio Papuri próximo à fronteira Brasil/Colômbia e em seu afluente Inambú. Possuem cerca de quinze *sibs* nomeados.

O total estimado da população Tuyuka é de 1.100, dos quais 570 na Colômbia.

São exímios construtores de canoas e, antigamente, eram especialistas na confecção de redes feitas de fibras de buriti. Também são especializados na confecção do cesto urupema, trançado de finíssimas talas de arumã, usado para coar sumo de frutos.

Fonte: Cabalzar (1995).

Wanana (autodenominam-se *Kótiria*)

Trata-se de outro grupo Tukano Oriental, predominando no médio Uaupés, entre a cachoeira de Arara e Mitú. Entre Arara e Taracuá (do alto Uaupés), os Wanana são hegemônicos; acima daí, convivem em território onde a maioria é Kubeo. Há informações de que existem vinte e cinco divisões entre os Wanana.

O total estimado da população Wanana é de 1.600, dos quais 1.113 na Colômbia.

Sua especialidade no âmbito das relações de troca interétnica é o preparo do carajuru, um pó corante feito com as folhas de um cipó, muito usado na confecção de artefatos rituais e na pintura do banco tukano, bem como para a pintura corporal. Também são hábeis cesteiros e produtores de objetos de tururi.

Fonte: Chernela (1983; 1996a).

Bará (autodenominam-se *Waípinõmakã*)

É outro povo de fala Tukano Oriental, que habita principalmente as cabeceiras do rio Tiquié, acima do povoado de Trinidad, já na Colômbia; o alto igarapé Inambú (afluente do Papuri) e o alto Colorado e Lobo (afluentes do Pirá-paraná). Dividem-se em cerca de oito sibs.

O total estimado da população Bará é de 350, dos quais 296 na Colômbia.

São especialistas no preparo do aturá de turi, muito usado onde não são disponíveis os aturás de cipó maku. Também fabricam o carajuru. São hábeis também no fabrico de canoas. Atualmente são os principais especialistas na fabricação dos adornos de plumas usados nas grandes cerimônias.

Fonte: Jackson (1983).

Kubeo (autodenominam-se *Kubéwa* ou *Pamíwa*)

Formam outro grande grupo da família Tukano Oriental, que possui uma língua bem particular, algumas vezes classificada como Tukano Central, separada das outras línguas Tukano Orientais. Em sua grande maioria, se encontram residindo em território

O total estimado da população Kubeo é de 4.500, dos quais 4.238 na Colômbia.

colombiano, na região do alto Uaupés, incluindo seus afluentes Querari, Cuduiari e Pirabatón. No Brasil, ocupam três povoados no alto Uaupés e estão em pequeno número no alto Aiari. Estão divididos em aproximadamente trinta *sibs* nomeados. Estes *sibs*, por sua vez, estão agrupados em três conjuntos não nomeados que funcionam como unidades para trocas matrimoniais; em outras palavras, os Kubeo costumam casar-se entre si, pessoas que falam a mesma língua.

São especializados na fabricação das máscaras de tururi.

Fonte: Goldman (1963), Correa Rubio (1992).

Pira-tapuya (autodenominam-se *Waíkana*)

Povo cuja língua também pertence à família Tukano Oriental. Estão situados no médio Papuri (nas proximidades de Teresita) e no baixo Uaupés. Migraram e vivem também em localidades do rio Negro e em São Gabriel.

Total estimado de população por etnia:
Pira-tapuya = 1.300 (400 na Colômbia);
Miriti-tapuya = 120;
Arapaso = 300;
Karapanã = 450 (412 na Colômbia);
Makuna = 570 (528 na Colômbia).

Miriti-tapuya ou **Buia-tapuya**

Etnia que atualmente fala apenas o tukano. São habitantes tradicionais do baixo e médio Tiquié, destacando-se as comunidades de Iraiti, São Tomé, Vila Nova e Micura.

Arapaso

Outro povo de origem Tukano Oriental. Atualmente não falam mais sua língua, usando apenas o tukano. Vivem no médio Uaupés, abaixo de Iauareté, em povoados como Loiro, Paraná Jucá e São Francisco. Várias famílias também moram no rio Negro e em São Gabriel.

Karapanã (autodenominam-se *Mʉteamasa*, *Ʉkopinõpõna*)

Também um povo de fala Tukano Oriental. Vivem no Caño Tí (afluente do alto Vaupés) e alto Papuri, na Colômbia. No Brasil, se encontram dispersos em alguns povoados do Tiquié e Negro. É composto por cerca de oito subdivisões, sendo que provavelmente apenas quatro delas deixaram descendentes.

Fonte: Correa Rubio (1996).

Makuna (autodenominação *Yeba-masã*)

Outro grupo da família lingüística Tukano Oriental que vive principalmente no território vizinho da Colômbia, concentrando-se no Caño Komeya, afluente do rio Pirá-paraná, no baixo curso deste rio, e no baixo Apapóris. No Brasil, são encontrados no alto Castanha, afluente do Tiquié, no igarapé Onça (afluente do alto Tiquié) e no alto Tiquié. Estão divididos em cerca de doze *sibs*.

São especializados em zarabatanas e curare, hábeis fabricantes de canoas, além de fornecerem remos leves e muito bem acabados aos índios do alto Tiquié.

Fonte: Arhem (1981).

Tatuyo (autodenominam-se *Ʉmerekopinõ*)

Povo pertencente à família Tukano Oriental. Habitam uma área situada na Colômbia: o alto rio Pirá-paraná, o alto Tí e o caño Japú. No Brasil, encontra-se sobretudo mulheres casadas com homens de outras etnias. Existem cerca de oito subdivisões internas.

Fonte: Bidou (1976).

O Censo Indígena de Colômbia (1988) registrou 294 Tatuyo, 665 Siriano, 610 Yurutí e 19 Taiwano. As fontes disponíveis não permitem estimar a população dessas etnias no Brasil.

Siriano (autodenominam-se *Siria-masã*)

Falam uma língua pertencente à família Tukano Oriental. Moram no Caño Paca e Caño Viña, afluentes do alto Papuri, em território colombiano. No Brasil são encontrados dispersos em rios da bacia do Uaupés e no rio Negro. Há informações referentes a vinte e sete *sibs* siriano.

Yurutí (autodenominam-se *Yʉtabopinõ*)

Povo de língua Tukano Oriental. Ocupam o alto Paca (afluente do alto Papuri) e os caños Yi e Tui e áreas vizinhas do Vaupés onde estes igarapés desaguam (em território colombiano). Há informações que dão conta de nove *sibs*.

Fonte: Correa Rubio (1996).

Taiwano, Eduria ou Erulia (autodenominam-se *Ʉkohinomasã*)

Povo de língua Tukano Oriental que habita o Caño Piedra e Tatú, afluentes do rio Pirá-paraná, e o rio Cananarí, afluente do Apapóris. Todas estas áreas estão situadas em território colombiano. Há informações que dão conta de oito subdivisões internas.

Fonte: Langdon (1975) e Correa Rubio (1996).

Barasana (autodenominam-se *Hanera*)

Povo de língua Tukano Oriental que vive nos igarapés Tatú, Komeya, Colorado e Lobo, afluentes do Pirá-paraná, e no próprio Pirá-paraná, em território colombiano. Registra-se trinta e seis subdivisões nomeadas entre os Barasana.

Fonte: C. Hugh-Jones (1979), S. Hugh-Jones (1979), Laborde (1969).

O total estimado da população Barasana é de 1.000, dos quais 939 na Colômbia.

Os povos da bacia do rio Içana - Os Baniwa vivem nas fronteiras do Brasil, Venezuela e Colômbia, ao longo do rio Içana e de seus afluentes Cuiari, Aiari e Cubate e em várias comunidades do alto rio Negro. No Brasil, contando a bacia do rio Içana e aque-

les que foram morar no rio Negro, somam mais de cinco mil pessoas. Na Colômbia e na Venezuela, onde são chamados de "Kuripako" e "Wakuenai", moram em comunidades ao longo do rio Guainía e de seus afluentes e no alto Içana. O nome "Baniwa" também se refere a um outro grupo de língua Aruak distinta, localizado na vila de Marôa no Guainía, mas desde os tempos coloniais o nome é usado para todos os povos que falam línguas da família Aruak da referida região no Brasil.

A vida religiosa baseia-se tradicionalmente nos grandes ciclos mitológicos e rituais relacionados aos primeiros ancestrais e simbolizados pelas flautas e trompetes sagrados, na importância central do xamanismo (pajés e cantadores) e em uma rica variedade de rituais de dança, *pudali*, associados aos ciclos sazonais. Na segunda metade do século XIX, profetas baniwa instituíram uma nova forma de organização religiosa chamada "o canto da cruz", ou "a religião da cruz", que perdurou até o início deste século e cuja memória ainda se mantém viva em certas partes da região. A partir da década de 50, missionários evangélicos – seguindo a trilha da figura marcante de Sofia Müller – e católicos promoveram a conversão dos Baniwa e Kuripako, adicionando assim uma nova dimensão de complexidade à sua situação religiosa (ver Wright, 1981).

Nos anos que se seguiram, houve uma série de atritos entre os missionários católicos e evangélicos, e também entre comunidades que seguiam as diferentes orientações. Atualmente estes conflitos cessaram e há boa convivência entre as comunidades. Perdura, no entanto, a divisão religiosa: além da própria comunidade de Assunção, as comunidades católicas localizam-se principalmente no rio Aiari, ao passo que a maioria das comunidades situadas no médio e alto Içana são evangélicas.

Baniwa (autodenominam-se *Walimanai* ou *Wakuenai*) e **Kuripako**

O total estimado das populações Baniwa e Kuripako é de 17 mil, dos quais 6.790 na Colômbia e 3.236 na Venezuela.

Povos cujos idiomas pertencem à família lingüística Aruak. Ocupam toda a bacia do rio Içana. Formaram comunidades no rio Negro, estando presentes também nas cidades de São Gabriel, Santa Isabel e Barcelos; também migraram para a Colômbia e a Venezuela, espalhando-se pelos rios Inírida e Guainía. Os Kuripako falam a mesma língua dos Baniwa, com algumas variações. Habitam o alto Içana, acima da comunidade de Matapi.

Embora não existam grupos lingüísticos diferentes, os Baniwa também se subdividem, organizando-se em várias fratrias, que são conjuntos de grupos locais aparentados como irmãos entre si, como os *Oalipere-dakenai* e os *Dzauinai*. Geralmente as pessoas casam fora de sua fratria. Os Baniwa traçam descendência pela linha paterna e cada uma das fratrias consiste de quatro ou cinco *sibs*, como por exemplo os *Tuke-dakenai, Kutherueni* e outros que pertencem à fratria dos *Oalipere-dakenai;* ou

os *Kathapolitana* que pertencem à fratria dos *Dzauinai*. Os *sibs* de uma fratria estão ordenados como uma família de irmãos, de mais velho a mais novo, de acordo com a história de criação.

São excelentes artesãos. São os únicos fabricantes dos raladores de mandioca feitos de madeira e pontas de quartzo, que são distribuídos em toda a região, através das trocas inter-étnicas e dos comerciantes. Atualmente, são os principais produtores de urutus e balaios para venda, tecendo as peças nos mais diferentes tamanhos, tipos de desenho e coloração.

Fonte: Journet (1995), Wright (1981), Rojas Sabana (1997).

Os povos dos rios Negro e Xié - A maioria dos moradores do rio Xié e do alto rio Negro são Baré e Werekena. A população indígena do rio Xié costuma trabalhar na extração da fibra da piaçabeira. Normalmente, a partir do mês de outubro até fevereiro do ano seguinte, os índios iniciam um período preparatório, que se confunde com a época do ano em que as famílias permanecem nas comunidades ou sítios, dedicando a maior parte do tempo de trabalho às atividades agrícolas, de caça, pesca e coleta. Em seguida, há o deslocamento para as barracas de piaçava, situadas a montante, período que pode durar até dois meses, dependendo da distância entre a comunidade e o ponto da barraca. Nos meses da cheia, de maio a setembro, há o corte e o processamento da piaçava, posteriormente entregue ao patrão como pagamento de dívidas contraídas anteriormente. Trata-se, portanto, de um ciclo anual, em que a atividade extrativa não está dissociada das demais atividades cotidianas da vida Werekena e Baré, tais como as tarefas domésticas, a caça, a pesca, a coleta, o trabalho na agricultura e a confecção de objetos de trabalho. Desse modo, a atividade extrativa não está isolada, mas "encaixada" em um sistema maior de produção da vida econômica e social da população local.

A história de violência relacionada à exploração dos índios (como será descrita no Capítulo IV) atingiu também os Werekena e Baré, ora aqueles que moravam no Brasil, ora seus parentes e habitantes da Venezuela. Isso levou a longas migrações desses índios, ainda lembradas pela tradição oral. Uma testemunha desta época é o conde italiano Ermano Stradelli, que desceu o rio Negro, desde Cucuí, em 1881. Segundo ele, o Xié estava quase deserto. É possível que a população indígena estivesse vivendo nas cabeceiras e em pequenos igarapés, justamente para evitar o contato destrutivo com os brancos.

A partir do início deste século, muitas famílias que haviam debandado para a Venezuela retornaram para o lado brasileiro, motivadas não só pelas revoluções que ocorriam lá, mas também pela violência de comerciantes que exploravam a produção

extrativa dos índios no Guainia e Casiquiari. Uma vez no Brasil, os índios novamente tiveram que enfrentar a exploração dos comerciantes, em busca de piaçava, de borracha e de sorva, e também dos militares de Cucuí. Conta um velho Baniwa, morando atualmente no médio rio Negro, que seu patrão era um ex-comandante militar de Cucuí. Ele havia levado para os piaçabais do Padauiri várias famílias indígenas dos rios Xié e Içana, que jamais voltaram para casa, apesar de alguns terem conseguido escapar de seu cativeiro.

Total estimado de população das etnias:
Baré = 4 mil (1.210 na Venezuela);
Werekena = 900 (409 na Venezuela).

Baré

A língua original dos Baré pertence à família lingüística Aruak; no Brasil foi abandonada, dando lugar ao *nheengatu*, língua introduzida nos primeiros séculos da colonização pelos missionários jesuítas. Os Baré ocupam a calha do rio Negro, desde o canal do Casiquiari, na Venezuela, até o médio rio Negro, estando presentes também no baixo Xié e baixo Içana.

Fonte: Pérez (1988).

Werekena

Trata-se de outra língua da família Aruak. Os Werekena vivem sobretudo no rio Xié e no alto rio Negro do lado colombiano e venezuelano.

Fonte: Meira (1994).

O total estimado da população Maku é de 2 mil, sendo 786 na Colômbia.

Os Maku

Na região do Rio Negro, alguns grupos indígenas se diferenciam das outras etnias da região por habitarem o interior da floresta, longe das margens dos rios navegáveis. Esses índios são regionalmente conhecidos como Maku, uma denominação pejorativa de origem aruak, que eles mesmos rejeitam. Para os índios Tukano, eles são os *Peoná*, isto é, os donos dos caminhos - uma alusão ao fato de que não costumam viajar de canoa, pelos rios, mas a pé, pelas trilhas na mata.

No divisor d'águas entre os rios Tiquié e Papuri, eles se autodenominam de *Hup* (ou *Hupda*, no plural), o que em sua língua quer dizer "gente". Já os que moram nas matas situadas entre a margem sul do Tiquié e a foz do Traíra são os *Yuhupde*. Há um terceiro grupo nas imediações de São Gabriel, que costuma explorar o território entre a foz do rio Curicuriari e a foz do rio Uaupés. Os regionais os denominam *Kamã*, mas eles mesmos se chamam *Dow*. Um quarto grupo, regionalmente conhecido como *Guariba*, *Xiruai* ou *Cabori*, habita a região situada entre o rio Negro e o rio Japurá. Na verdade, eles se chamam *Nadöb*, palavra que também significa "gente". A esses quatro grupos no Brasil, somam-se dois grupos na Colômbia: os *Kakwa* (ou *Bara*), situados entre os rios

Papuri e Vaupés, e os *Nukak*, entre os rios Inírida e Guaviare. Ao todo, são seis grupos. As seis línguas que falam compõem uma família lingüística que se diferencia completamente das famílias TUKANO e ARUAK.

Os povos de fala MAKU dedicam grande parte de suas atividades econômicas à caça e à coleta, embora pratiquem a agricultura da mandioca, mas de forma bastante modesta em relação aos outros povos indígenas da região. Um outro traço cultural que os diferencia são suas aldeias. Elas se situam em pequenas clareiras na mata, distando de uma a três horas de caminhada dos rios e igarapés navegáveis. Essas aldeias não costumam reunir mais do que vinte e cinco a trinta pessoas (cinco ou seis famílias). Os homens de um grupo deste tamanho fazem suas caçadas diárias num raio de sete a dez quilômetros em torno da aldeia. Essas caçadas implicam em caminhadas de quatro a cinco horas diárias, contando a ida e a volta.

Uma outra estratégia de caça consiste no deslocamento de todos os habitantes da aldeia (ou a maioria deles) para os acampamentos de caça, situados em geral dentro do perímetro referido acima. Isto ocorre em média a cada dois meses. A estadia em um acampamento pode durar de alguns poucos dias a um mês. A decisão de partir para os acampamentos pode decorrer de vários fatores: necessidade de deslocar o ponto de onde partem diariamente os caçadores, devido a um esgotamento temporário da caça no entorno da aldeia; vontade de comerciar com os outros índios da região; problemas matrimoniais; disputas entre famílias da mesma aldeia ou simplesmente o desejo de fazer uma festa com muita comida. Nos acampamentos, não se abrem clareiras e as pessoas se juntam em tapiris diminutos. Em poucas horas, os caçadores obtêm muito mais carne do que eles e suas famílias são capazes de consumir. Então, a caça é moqueada (defumada), para consumo posterior ou para trocar com os vizinhos.

Quando a população ultrapassa a marca dos trinta ou trinta e cinco habitantes, o perímetro de sete a dez quilômetros não oferece mais condições de sustentá-la. As caminhadas diárias passam a consumir cada vez mais tempo, devido ao esgotamento progressivo das redondezas. Várias coisas podem acontecer: algumas famílias se retiram para aldeias menores ou fundam uma nova aldeia; outras se estabelecem temporariamente junto aos índios ribeirinhos, onde oferecem trabalho e carne de caça; outras passam longas temporadas nos acampamentos de caça. Todavia, seus deslocamentos estão restritos ao território de cada língua ou no interior dos territórios dialetais. Os Hupda, por exemplo, não vão caçar nas matas da margem sul do Tiquié, que é território Yuhupde.

Os caminhos que ligam uma aldeia à outra não têm apenas a função de conectar diferentes pontos do espaço. Os índios da floresta costumam semear alguns tipos de

plantas ao longo desses caminhos, incluindo fruteiras, ervas medicinais, venenos para caça e puçangas. Também cuidam de plantas nativas de utilidade, afastando parasitas, folhas secas e insetos. Os caminhos mais usados apresentam sinalização detalhada: folhas secas de palmeira no chão, por exemplo, indicam presença de formigas de fogo; quatro varas fincadas em retângulo na boca de um caminho indicam que conduz a um caranazal (caraná é a palmeira que fornece a cobertura das casas); uma forquilha na ponta de uma vara indica proximidade de aldeia. Os caminhos que conduzem aos locais de caça se reconhecem pelos galhos que o último passante quebrou com a mão, de três em três metros, aproximadamente, para indicar sua passagem. Dependendo da idade do caminho, que se calcula pela quantidade de musgo nas partes quebradas dos galhos, o próximo caçador pode decidir tomar outro rumo, para evitar locais muito batidos.

Os tipos de arma usados dependem do animal perseguido. Porcos do mato, tatus e pacas geralmente são mortos com porretes, mas também podem ser alvejados a flechadas. Cotias e outros pequenos roedores são pegos em armadilhas ou a flechadas. Antas e veados são mortos a flechadas. Aves em geral são mortas com dardos de zarabatana, untados com curare. Assim também os macacos. Os tipos de animais também influenciam no caráter individual ou coletivo da caçada. É melhor caçar porcos e antas em grupo. Veados são presas de caçadores individuais ou aos pares, assim como as aves, os macacos e os pequenos roedores. Hoje em dia, várias aldeias possuem espingardas, mas elas não são usadas indiscriminadamente. Um bando de macacos, por exemplo, foge ao primeiro tiro, ao passo que se os caçadores usarem suas zarabatanas, podem voltar para casa com três ou quatro deles.

O habitat florestal, afastado das margens dos rios e igarapés navegáveis, tem mantido esses índios à margem do processo de mudança cultural decorrente da presença dos brancos na região. Por esse motivo, eles conservaram alguns rituais importantes, como o Jurupari. Esses rituais eram comuns a todos os índios da área, mas entraram em desuso entre alguns deles que, por habitarem as margens dos rios navegáveis, estiveram mais sujeitos à ação de missionários católicos e protestantes.

Apesar dos rituais em comum com os índios do rio, os habitantes da floresta têm seus próprios mitos, diferentes dos mitos ribeirinhos. O mito principal relata as aventuras do Filho do Osso (*Kegn Teh*, *Kâ Teh*, *Idn Kamni*, conforme a língua), sobrevivente de um incêndio que pôs fim à criação anterior. Sozinho em meio a um mundo desolado, ele tenta repetidas vezes recriar seu clã e a humanidade. Nessa faina, comete uma série de trapalhadas, razão pela qual hoje em dia existem certos desconfortos, como

o trabalho nas roças ribeirinhas, os desentendimentos entre as pessoas, as doenças, a morte... Aliás, a morte de um adulto ou desavenças são fortes motivos para uma aldeia mudar de local ou se dispersar em aldeias menores, ou ainda em acampamentos de caça. Por outro lado, o trabalho nas roças ribeirinhas também pode resultar em dispersão espacial.

Na bacia do Uaupés, os Kakwa, Hupda e Yuhupde costumam caçar para os índios Tukano ribeirinhos e trabalhar em suas extensas roças, em troca de produtos cultivados. O motivo é que os índios da floresta não gostam de abrir roças grandes em torno de suas aldeias. Embora considerem prejudicial à saúde uma alimentação exclusivamente carnívora, suas roças são menores e menos produtivas do que as roças ribeirinhas. Assim, para não esgotarem rapidamente suas pequenas plantações, eles costumam se estabelecer temporariamente junto aos povoados ribeirinhos. A estadia pode durar de algumas semanas a um ano. A relação entre os dois povos é tradicionalmente hierárquica. Os índios ribeirinhos vêem os índios da floresta como seus irmãos menores, que lhes devem obediência e serviços, sempre que solicitados.

Durante os anos setenta, no intuito de estender a eles os benefícios da alfabetização e da assistência médica, os missionários lograram concentrar em alguns povoados uma série de aldeias anteriormente dispersas. Os exemplos mais conhecidos são Santo Atanásio, no igarapé Japu, com 240 habitantes, e Nova Fundação, no igarapé Cucura, com 164 habitantes. Outros exemplos podem ser encontrados no igarapé Taracuá, em Barreira, no igarapé Castanho, na foz do igarapé Umari Norte, em Nenoyá e Waguiá. ~~Se por um lado isto facilita o acesso à assistência médica e à implantação de escolinhas indígenas, por outro lado apresenta problemas de difícil solução. O primeiro deles é o problema alimentar~~. Os caçadores de uma aldeia de vinte e cinco habitantes caçam num raio de sete a dez quilômetros em torno da aldeia. Quando a população de uma aldeia aumenta, o raio de atuação dos caçadores também aumenta. Em vez de caminhar quatro horas por dia, eles são obrigados a caminhar cinco ou mais, a fim de encontrar caça suficiente para manter seus familiares. Com o tempo, isto se torna impraticável, sobretudo para os caçadores de povoados grandes como Nova Fundação e Santo Atanásio: eles teriam de caminhar vários dias para manter um nível razoável de abastecimento em caça. Em conseqüência, esses povoados atravessam crises periódicas de fome.

Para solucionar este problema, os missionários estimularam a formação de pasto e doaram gado. Mas, além de não produzir carne suficiente para substituir a caça, a bovinocultura reforça a concentração e a sedentarização desses índios. Por outro lado, como se viu, eles resolvem suas brigas internas espalhando-se em várias aldeias e acampamentos. Porém, nos povoados grandes, não querem abandonar o gado.

Ficam no local, a despeito dos desentendimentos. Em conseqüência, suas brigas costumam ser bem mais freqüentes do que nas aldeias menores.

Hoje em dia, os missionários reconhecem que os grandes povoados "não são muito boa coisa para esses índios". Atualmente, há um fenômeno de dispersão espacial em Waguiá, Nova Fundação e Santo Atanásio. Pequenos bairros estão se formando nestes povoados. Cada um corresponde aproximadamente a uma das várias aldeias que existiam antes da fundação dos povoados e tem seu próprio líder. Deste modo, as brigas internas se tornam menos freqüentes.

Um outro inconveniente dos povoados grandes é a dificuldade da coleta de cobertura para as casas (caraná). Um grande povoado esgota em pouco tempo os caranazais da redondeza. Em resposta, os missionários e a Prefeitura têm distribuído folhas de zinco, que aumentam sobremaneira o calor dentro das casas. Na época das chuvas, este calor contrasta fortemente com o frio noturno. A grande variação térmica facilita e agrava as doenças respiratórias, cuja disseminação é, aliás, incrementada pela própria concentração espacial. Se por um lado, os grandes povoados são mais acessíveis à assistência médica, por outro, propiciam epidemias e com isto necessitam de mais assistência do que as aldeias menores. De certa forma, é um ciclo vicioso.

Nos grandes povoados, o trabalho nas roças é muito penoso. Dada a sobre-exploração das clareiras e o esgotamento rápido do solo, as roças se situam cada vez mais longe. Isto obriga as mulheres a longas caminhadas pelas trilhas no centro da mata, carregando pesados cestos de mandioca.

Hupda

Trata-se do grupo Maku mais numeroso, habitante do interflúvio entre os rios Tiquié, Uaupés e Papuri. Dividem-se em três grupos dialetais: as aldeias do dialeto mais ocidental se situam nas matas entre o alto Tiquié e o alto Papuri; as do dialeto central, entre o médio curso dos rios Tiquié e Papuri; e as do dialeto oriental, nas matas a sudoeste de Iauareté e no igarapé Japu, afluente do médio Uaupés (ver Mapa da Região de Ocupação Hupda-Maku, no caderno de mapas temáticos).

Fonte: Reid (1979), Pozzobon (1983 e 1992), Silverwood-Cope (1990) e Athias (1995 e 1997).

Yuhupde

Este grupo Maku vive nos afluentes ao sul do rio Tiquié e nos rios Apapóris e seu afluente Traíra. Têm três dialetos: o mais ocidental se situa nos igarapés Castanha e Veneno; o mais oriental, nos igarapés Samaúma, Cunuri e Ira; ao sul de ambos, há um terceiro na foz do rio Apapóris.

Fonte: Pozzobon (1983 e 1992).

Nadöb

Este povo MAKU fala quatro dialetos: do rio Jurubaxi, do rio Uneiuxi, do Paraná Boá-Boá e do rio Téa.

Fonte: Münzel (1969-74) e Schultz (1959).

Dow

Trata-se do grupo MAKU atualmente menos numeroso. Habita o rio Negro nas proximidades da cidade de São Gabriel da Cachoeira, na margem oposta. São chamados pelos moradores da cidade de kamã, forma pejorativa. Não apresentam divisões dialetais.

Fontes dos Dados de População:

Censo Indígena Autônomo do Rio Negro, FOIRN (1992);
Censo Indigena de Venezuela (1992); Oficina del Censo Indigena - Caracas;
Censo Indigena de Colômbia (1988), Bogotá.
Censo Yanomami no Brasil/FNS (1997).

Leituras recomendadas:

CORREA RUBIO, François (1996) **Por el camino de la Anaconda Remedio: dinámica de la organización social entre los taiwano del Vaupés.** Santafé de Bogotá : Universidad Nacional de Colombia ; Colciencias.
DIAKURU & KISIBI (1996) **A mitologia sagrada dos Desana-Wari Dihputiro Põrã.** São Gabriel da Cachoeira : UNIRT/FOIRN. (Narradores Indígenas do Rio Negro, 2).
REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo (1968) **Desana. Simbolismo de los Indios Tukano del Vaupés**. Bogotá: Universidad de los Andes.
RIBEIRO, Berta G. (1995) **Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo**. São Paulo : Companhia das Letras ; Edusp.
RICARDO, Carlos Alberto (ed.) (1996) Noroeste Amazônico. In **Povos Indígenas no Brasil – 1991/1995.** São Paulo: Instituto Socioambiental.
SILVERWOOD-COPE, Peter (1990) **Os Makú. Povo caçador do noroeste da Amazônia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
UMUSI PÃRÕKUMU & TÕRÃMU KEHIRÍ (1995) **Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kehíripõrã.** São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN. (Narradores Indígenas do Rio Negro, 1).

A maior parte dos trabalhos de antropólogos sobre os povos indígenas do alto rio Negro foram escritos em línguas estrangeiras, sobretudo em inglês e francês (como pode ser observado na bibliografia no fim do livro), sendo de difícil acesso ao leitor brasileiro. Por este motivo, recomenda-se estas leituras acima para aqueles que desejarem se aprofundar no conhecimento da diversidade sociocultural da região.

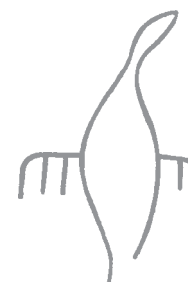
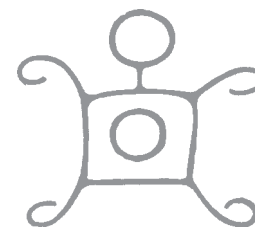
III – O AMBIENTE NATURAL E A OCUPAÇÃO TRADICIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

A região do alto e médio rio Negro apresenta várias características ecológicas que a diferenciam dentro do panorama da Bacia Amazônica. As pesquisas realizadas na região têm indicado que elas exerceram uma importante influência na história e nas formas de organização social das populações indígenas.

Neste capítulo ficará demonstrado como a antigüidade da ocupação indígena da região (assunto da primeira parte) levou ao desenvolvimento pelos índios de conhecimentos, práticas, técnicas e instrumentos aprimorados para o manejo dos recursos naturais. As principais características ecológicas da região são descritas na segunda parte do texto, seguida por um exemplo do conhecimento do meio ambiente em que vivem, por um dos povos da região, os Baniwa.

A antigüidade da ocupação

Na região do alto rio Negro foram feitas poucas pesquisas arqueológicas, mas sabe-se hoje que os índios já vivem nessa região há muito tempo. Uma das provas mais evidentes disso são os desenhos feitos nas pedras: desde Itapinima, no baixo Uaupés, passando por Ipanoré, Urubuquara, Iauareté, Umari, Santa Rosa até Caruru e muitos outros lugares, as pedras das cachoeiras e das beiras de rio no Uaupés possuem desenhos com diferentes temas feitos pelos antigos. Isso também acontece no rio Papuri, no rio Aiari e no Içana. Não se sabe exatamente quem fez esses desenhos nem quando eles foram feitos, mas o fato de eles estarem espalhados por uma área muito grande e de serem todos parecidos entre si indica que, no passado, já vivia muita gente na região.

O arqueólogo Eduardo Góes Neves, da Universidade de São Paulo, realizou pesquisas na região do atual povoado de Marabitana, no médio Uaupés, em 1993/94. Esta pesquisa indica que índios lá vivem há pelo menos 3.200 anos, ou seja, 1.200 anos antes do nascimento de Cristo. Esses antigos índios produziam uma cerâmica bastante fina e escura encontrada a mais de um metro de profundidade num lugar que fica perto do cemitério do povoado. Em alguns casos ela já está bem destruída por causa do tempo, mas mesmo assim foi possível estudá-la . É provável que existam outros lugares com sítios arqueológicos até mais antigos que Marabitana. Em Marabitana mesmo, no meio do pátio do povoado, foi encontrada uma cerâmica vermelha, diferente da cerâmica dos Tukano e dos Baniwa, também bastante antiga, que tem quase 2.500 anos. Na verdade, a Amazônia é a região do Brasil onde as cerâmicas são

Rio Içana

mais antigas. No estado do Pará, perto da cidade de Santarém, há cerâmicas que foram feitas há quase 8.000 anos.

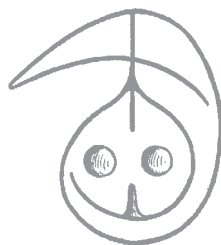
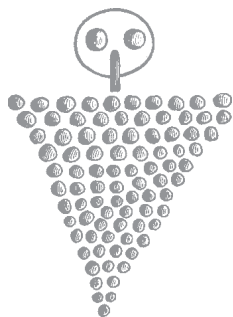
Essas evidências do alto rio Negro e de outras partes da Amazônia mostram que os índios já viviam há muito mais tempo na região, milhares de anos, antes da chegada dos colonizadores europeus.

No Brasil, a arqueologia é o melhor caminho para que possamos entender a história das populações indígenas que aqui viviam antes da chegada dos europeus. Em alguns casos, ela funciona também como uma fonte de informações privilegiada para o entendimento da história dos grupos indígenas depois do contato com os europeus. A razão para isso é simples: não existem documentos escritos sobre a vida dessas sociedades que tenham sido produzidos antes da colonização. Embora a tradição oral indígena seja bastante rica em informações históricas, nem sempre é possível compreender com precisão o período em que os episódios narrados nessas histórias ocorreram.

Mas o que é arqueologia? Em linhas gerais, a arqueologia pode ser definida como a ciência que busca entender a história das sociedades do passado através do estudo dos seus restos materiais encontráveis. No Brasil, na maioria dos casos, esses restos materiais são compostos por cacos de cerâmica ("alguidares" ou "camotis") ou por instrumentos de pedra, como machadinhas ou colares. Em alguns casos, é possível também encontrar restos de plantas queimadas, carvão e ossos. Todos esses materiais são importantes para o estudo arqueológico, mesmo que eles representem apenas um pedaço do conjunto de objetos fabricados pelos antigos índios.

Geralmente, os materiais arqueológicos, depositados há muito tempo, são encontrados enterrados. É comum então, na região do rio Negro, encontrar esses materiais quando, por exemplo, se vai abrir uma nova roça ou mesmo uma nova aldeia. No rio Uaupés os índios de hoje costumam, por razões diversas, reocupar os mesmos lugares onde os antigos viviam no passado. É comum aparecer, depois de uma chuva forte, cacos de pote. Esses cacos indicam que essas aldeias já foram habitadas no passado. Isso acontece, por exemplo, nos povoados de Marabitana e Santa Maria, no rio Uaupés, mas é provável que aconteça também em muitos outros povoados da região. Em São Gabriel mesmo, na antiga praça localizada em frente à igreja, há muitos cacos de cerâmica que indicam que ali, antigamente, havia um povoado.

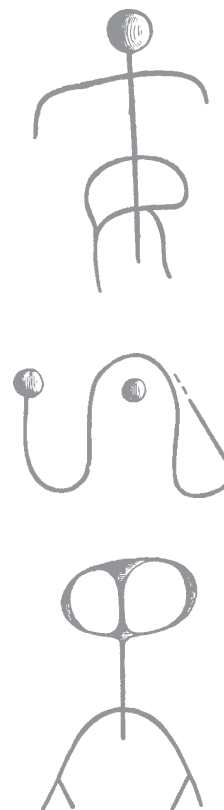
Rio Aiari

Em arqueologia, chama-se sítio arqueológico todo lugar onde se encontram esses restos de materiais que indicam que outras pessoas viveram ali no passado. No alto rio Negro, e também em quase todo o resto do Brasil, chove muito e faz muito calor. Por causa disso, nem sempre é possível encontrar nos sítios arqueológicos objetos que eram importantes para os antigos índios. Esses objetos difíceis de se encontrar são feitos geralmente de madeira, osso, palha, casca de árvore, penas, etc. Sabe-se

que a madeira, por exemplo, não agüenta muito tempo enterrada porque apodrece rapidamente. É por isso que é difícil encontrar nos sítios arqueológicos do alto rio Negro os grandes tambores ("trocanos"), os enfeites de pena, os escudos de couro e tantos objetos que os antigos costumavam fazer para se enfeitar, divertir, comunicar, guerrear, enfim, para viver a sua vida. Também é difícil encontrar vestígios das antigas malocas.

Para dar um exemplo, um sítio arqueológico pode ser comparado às pegadas deixadas pelos animais no chão da floresta. Em muitos casos não se vê o animal, mas através da observação das pegadas, sua forma, sua profundidade, sua "idade", pode-se saber que animal passou por aquele lugar e quando ele fez isso. O mesmo vale para a arqueologia: é através do estudo de restos materiais, como cacos de cerâmica deixados pelos antigos índios, que pode-se saber um pouco sobre sua história, quantos eram, como viviam, o que comiam e assim por diante.

Se a arqueologia tem mostrado que a região do rio Uaupés já era habitada há milhares de anos, não dá para saber ainda quem eram esses antigos habitantes. Eram eles os ancestrais dos índios que vivem hoje na região, como os Tukano, Wanana, Tariana, Pira-tapuya, Arapaso, etc? Ou eram eles outros índios, que desapareceram sem deixar descendentes? A resposta a essas perguntas não é simples, mas ao menos algumas pistas já foram levantadas. Na verdade, somente depois da realização de mais pesquisas na região que será possível saber se essas conclusões tiradas a partir das pistas já encontradas estão mesmo corretas.

Assim, parece claro que os Tariana não são os habitantes mais antigos do rio Uaupés, mas que mesmo assim eles já vivem na região há séculos, desde antes da chegada dos brancos. Perto do povoado de Santa Maria, na boca do rio Papuri, há um lugar que fica no meio do mato, em cima de uma serra chamada serra do Jurupari. No alto dessa serra existe uma antiga maloca dos Tariana, tão antiga que o lugar está todo coberto por uma capoeira muito alta. Hoje em dia é difícil saber que esse lugar é um sítio arqueológico, mas alguns velhos Tariana vêm contando a história desse lugar de geração a geração e, assim, os mais velhos de Santa Maria sabem chegar lá.

Algumas versões da história antiga dos Tariana dizem que tiveram que construir essa maloca no meio do mato porque eles fizeram uma guerra contra os Tukano e os Wanana quando eles chegaram no rio Uaupés. Os Tariana vieram do rio Aiari, no lugar onde fica a cachoeira de Uapuí. Saíram de Uapuí, atravessaram um varadouro, chegaram no Uaupés e foram para Iauareté. Dizem que naquela época, muito antes dos salesianos chegarem, Iauareté ficava do outro lado do rio, onde hoje fica o povoado de Santa Maria. No caminho para Iauareté, os Tariana foram brigando com os índios

Rio Caiari-Uaupés

que já moravam por ali, como os Wanana e Tukano. Os Tariana tinham nessa época um chefe que se chamava Buopé. Chegando em Iauareté, ele resolveu fazer uma maloca no alto da serra do Jurupari para poder se defender. Essa maloca era protegida por duas valas cavadas ao redor dela. Nessas valas, os guerreiros Tariana colocaram umas varas pontudas para aumentar ainda mais a defesa da maloca.

Machado de pedra

Esta versão da história dessa guerra é contada ainda hoje por alguns velhos Tariana. No século passado, um homem de Manaus chamado Antonio Brandão de Amorim, que era amigo do conde italiano Ermano Stradelli, viajou pela região e escreveu um livro contando o que ele ouviu. Nesse livro, há uma narrativa da história dessa guerra. O importante é que, depois que a guerra acabou, os Tariana desceram para o rio Uaupés e começaram a se casar com as mulheres Tukano, como eles fazem até hoje.

Em 1993 foi feita uma pesquisa arqueológica em Jurupari. Muitos cacos de cerâmica foram encontrados. Eles foram estudados em laboratório para saber há quanto tempo haviam sido fabricados. As análises de laboratório mostraram que essa cerâmica também é bem antiga, que ela foi feita há quase 600 anos. Assim, pode-se imaginar que essa foi mais ou menos a época na qual os Tariana chegaram na região de Iauareté.

Os resultados das pesquisas arqueológicas têm mostrado que todos os índios que vivem hoje no Uaupés já moravam ali bem antes dos europeus chegarem ao Brasil. Na verdade, é provável que existisse mais índios no passado que hoje em dia, já que muita gente morreu por causa da exploração dos colonizadores e das doenças que eles trouxeram. Essas atrocidades continuaram em maior ou menor escala até o começo do século XX (ver próximo capítulo).

Os Arapaso, por exemplo, deviam ter no passado uma população mais numerosa que no presente. Hoje eles vivem em apenas três povoados – Jibari, Loiro e São José. Seu antigo território, que incluía uma boa parte do trecho de rio entre Iauareté e Urubuquara, hoje é dividido com outros índios, como os Tariana e Pira-tapuya. No passado é provável que eles tivessem mais povoados nessa região.

Caruru Cachoeira
Pari-Cachoeira

Na verdade, o que acontece no antigo território dos Arapaso parece ser uma tendência na bacia do rio Uaupés. Na medida em que muitos grupos antigos que viviam no baixo Uaupés e no Tiquié foram mortos ou fugiram dos europeus, essas áreas foram se esvaziando para serem depois ocupadas por índios vindos do Papuri. Esse é o caso dos Tukano, Desana e Tuyuka que vivem hoje no Tiquié. Todos eles dizem que sua área de origem fica para os lados do Papuri. Esse é também o caso dos Tariana que vivem entre Iauareté e Taracuá: eles mudaram para esses lugares há 150 ou 200 anos, quando vieram do baixo Papuri (Japurá, Aracapá) e de Iauareté.

Ecologia e manejo ambiental no alto e médio rio Negro

O rio Negro é o maior rio de águas pretas do mundo. Os especialistas caracterizam estas águas como extremamente ácidas e pobres em nutrientes. As terras que drenam são de solos muito empobrecidos e lixiviados. As águas do rio Negro são como água destilada levemente contaminada. Sioli (1967) determinou que as nascentes de águas cristalinas são próprias de florestas altas de terras firmes, ao passo que os riachos de águas pretas surgem em áreas de solos extremamente arenosos e de vegetação de caatinga.

Esta pobreza em nutrientes observada nestes rios influi na vida dos peixes. Estes, para se sustentar, obtêm a maior parte de sua alimentação de fontes externas, isto é, a matéria orgânica oriunda principalmente das margens dos rios (vários tipos de insetos, frutas, flores, folhas e sementes). Este material "penetra no sistema aquático como restos flutuantes, lama e detritos" (Chernela, 1986b). O contrário acontece nos rios de águas brancas, que são ricos em nutrientes, como é o caso, por exemplo, do Amazonas e do Solimões.

Estas condições do ambiente fluvial também influenciam na composição das espécies de peixes. No alto rio Negro encontram-se certos peixes de grande porte, como o pirarucu. Por outro lado, os rios desta bacia se caracterizam por um grande número de espécies menores, embora o número de indivíduos por espécie seja relativamente pequeno. De acordo com Goulding, Carvalho e Ferreira (1988), pode-se estimar que neste rio existam mais de 700 espécies de peixes. Isto faz do Negro o tributário com a maior diversidade de peixes do planeta. Esta riqueza transformou regiões desta bacia, como é o caso do município de Barcelos, em áreas de comércio de peixes ornamentais, atividade de barcos conhecidos regionalmente como "piabeiros".

Os principais fatores limitantes dos ambientes de águas pretas são:

1. os níveis extremamente baixos de nutrientes, fenômeno chamado "oligotrofia";

2. o desgaste provocado pelo intenso regime de cheias e vazantes dos rios;

3. a opacidade das águas (isto é, a pobre resolução ótica dos rios);

4. a baixa produtividade de biomassa animal e vegetal;

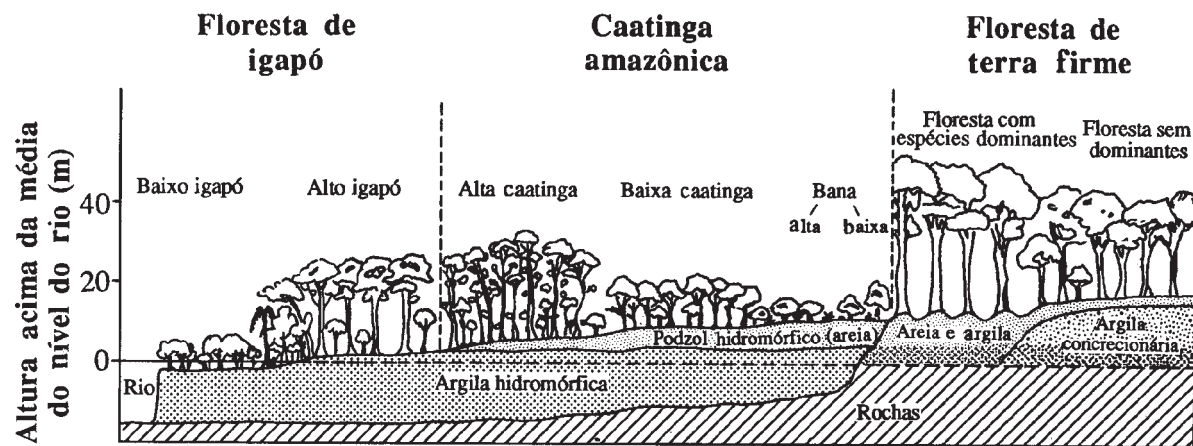
5. a presença maciça de plantas com componentes tóxicos (Moran, 1991: 364).

A bacia do rio Negro apresenta também certa variedade de tipos de vegetação. Os principais tipos são:

1. *Floresta de terra firme*: são as florestas que ocupam terras mais altas e não inundáveis. A altura média destas matas da bacia do rio Negro é inferior à de outras áreas da Amazônia.

Os rios que formam a bacia do Negro estão "encaixados" nas falhas ou fraturas do Complexo Guianense. Correm sobre uma planície ligeiramente ondulada e apresentam inúmeras corredeiras (denominadas regionalmente "cachoeiras"), quando os canais atravessam afloramentos de granito, em desníveis que não ultrapassam oito metros, em média. As cachoeiras mais altas são permanentes, enquanto as mais baixas desaparecem durante as cheias (Radambrasil, 1976; Chernela, 1986b; Meira, 1997).

2. *Campina*, *campinarana* ou *caatinga amazônica*: tipo de floresta baixa, arbustiva, variando entre 6 e 20 metros, que cresce em solos com muita areia branca, inundáveis quando ocorrem as chuvas mais fortes. Esta vegetação é caracterizada por um pequeno número de espécies e alto endemismo (ocorrência de espécies exclusivas). As folhas das plantas da caatinga são duras e rijas, o que torna sua decomposição mais lenta. Na forma mais pobre de caatinga, os arbustos são mais baixos (3 a 7 metros) e esparsos, intercalados com vegetação rasteira (gramíneas);

3. A vegetação de *igapó* é aquela que passa a maior parte do tempo inundada (de 7 a 10 meses por ano). Estas florestas inundáveis possuem um número menor de espécies, se comparadas com as matas de terra firme, mas são mais diversificadas que as caatingas. Os peixes invadem os igapós na época das enchentes, para engordar e desovar, visto que são as áreas mais ricas em alimentos, isto é, frutas, folhas e outras formas de matéria orgânica provenientes da vegetação e das terras inundadas.

Gradiente de vegetação no rio Negro (cf. Clark and Uhl 1987: 5 in Moran, 1990: 164)

Pode-se distinguir ainda áreas de vegetação localizadas nas margens dos rios e que permanecem inundadas durante todo o tempo, denominadas *chavascal*.

As áreas de terra firme, cujas coberturas florestais foram alteradas por ação antrópica e, posteriormente, abandonadas, apresentam matas de crescimento secundário, chamadas *capoeiras*. Resultam da regeneração de áreas desmatadas e utilizadas temporariamente, seja para o cultivo de roças ou formação de povoados.

A distribuição, na região do alto rio Negro, das áreas de terra firme cobertas por florestas, das zonas de caatinga, dos igapós e dos chavascais não é homogênea. Por exemplo, enquanto somente 12% da extensão do rio Uaupés é formada por igapós, quase a totalidade (95%) do percurso do rio Tiquié no Brasil é margeada por florestas sazonalmente inundáveis (Chernela, 1986b).

Esta diversidade de paisagens naturais no alto rio Negro tem uma relação direta com a distribuição e disponibilidade dos recursos naturais importantes para a vida das populações da região (caça, pesca, fibras e palhas para construção e utensílios, terras férteis para a agricultura e assim por diante). As áreas de caatinga amazônica, de igapós, além dos chavascais, são totalmente impróprias para as atividades agrícolas. As primeiras por causa da alta acidez do solo e de sua pobreza em nutrientes que lhes são características; as segundas, devido aos ciclos consecutivos de alagamento e seca que limitam o número de plantas adaptadas a esse tipo de ecossistema. Assim, por exemplo, a mandioca brava (maniva), que é um planta perfeitamente adaptada às características e limitações ecológicas da região do rio Negro (acidez do solo, com baixos níveis de nutrientes) e ocupa, de acordo com Chernela (1986a), aproximadamente 91% das áreas cultivadas pelos índios, não se sustenta em terreno alagado. Por essa razão, os roçados são sempre abertos em terra firme, restringidos aos terrenos altos e, desse modo, longe das zonas de floresta sazonalmente inundadas.

Por outro lado, os igapós, como foi dito, são áreas de reconhecida produtividade pesqueira, sendo preservados para este fim pelos índios. Áreas de igapós são também ricas em cipós e seringa. Já as áreas de caatinga são fontes de palhas, caraná, sororoca etc., matérias-primas para a cobertura de suas casas. Nas zonas de caatinga a caça é extremamente escassa, de acordo com os índios (Buchillet, 1990).

Por fim, as capoeiras são o habitat privilegiado de pequenos animais apreciados pelos índios (cutias, acutivaras), sendo também ricas em plantas medicinais. Quando estão com 20 ou 30 anos, as capoeiras, muitas vezes, são reutilizadas pelos índios para seus roçados. Exigem menor esforço para serem derrubadas e secam com poucos dias de sol, possibilitando sua queima mais rapidamente. As áreas de capoeira também são valorizadas porque existem espécies cultivadas que continuam a dar frutos por muitos anos, como a pupunha, buriti, caju, cucura e outras.

Vê-se assim que as populações indígenas do alto rio Negro exploram um vasto território de modo a encontrar os recursos alimentares, tecnológicos e medicinais imprescindíveis para sua sobrevivência física e social. Dentre estes recursos, pode-se mencionar as folhas de palmeiras para a cobertura das casas, madeira ou casca de árvore para as paredes das casas, tucum e tucumã para cestaria, cordas e fios, venenos de pesca e de caça, etc.

Estas limitações e potencialidades dos ecossistemas do alto rio Negro orientam e determinam, de maneira evidente, os padrões de assentamento, a densidade populacional, bem como a procura de produtos alimentícios e as modalidades de relacionamento e intercâmbio econômico entre os diversos povos dessa região. Em outras palavras, as populações indígenas devem recorrer a "estratégias de diversificação" (Moran, 1990), de modo a melhor explorar os recursos naturais distribuídos em seu território. Tais estratégias empregadas pelas populações indígenas foram desenvolvidas ao longo dos séculos de ocupação e experiência nesta região, e tem lhes possibilitado lidar com a pobreza geral de seu ecossistema, sem degradá-lo e empobrecê-lo, assegurando o equilíbrio ecológico no alto rio Negro. Dentre estas práticas de manejo cuidadoso e racional dos recursos naturais, é de interesse destacar algumas:

1. a exploração econômica de faixas ecológicas diferenciadas impulsiona as relações de trocas econômicas e rituais entre as várias populações indígenas da bacia do rio Negro. Como se viu, os grupos Maku são caçadores-coletores interfluviais, que exploram recursos altamente dispersos num vasto território (a caça). Distintamente, os grupos ribeirinhos do Uaupés, Tiquié, Papuri, Içana e outros grande rios da região são bons horticultores, explorando recursos fixos das roças, e pescadores. Essa exploração privilegiada da floresta ou da agricultura e do rio orienta e fundamenta as relações de troca econômica entre estes diferentes grupos: os Maku trocando carne moqueada e outros produtos florestais (matérias-primas para a fabricação de artesanato, frutas silvestres) por produtos agrícolas (beiju, farinha, coca, pimenta, tabaco etc.) e objetos oriundos dos brancos (machados, terçados e faca, fósforos, sal, pilhas, lanternas, panelas e bacias de alumínio, vestidos e redes etc.). Portanto, essas relações de interdependência econômica levam a uma certa especialização no manejo dos recursos naturais e permitem uma ampla rede de trocas e redistribuição dos víveres e bens necessários para estas populações;

2. a ênfase na agricultura da mandioca brava através do sistema de coivara. Este método corresponde à derrubada de áreas de floresta primária ou capoeira alta numa época certa do ano, que então é deixada para secar e depois queimada, na estação da estiagem. As roças plantadas nestas clareiras da floresta são produtivas durante dois a três anos, depois dos quais a área é gradualmente abandonada, embora ainda seja visitada para a coleta de frutos de ciclo mais longo, como a cucura, o caju e a pupunha. Faz-se a rotação dos cultivos depois de dois ou três anos de uso, assim, cada família possui, no mínimo, três roças em diferentes estágios de seu desenvolvimento, além de continuarem a explorar suas capoeiras. A mandioca brava é uma planta perfeitamente adaptada aos solos ácidos e pobres da bacia do

rio Negro, além de possuir defesas próprias (um veneno chamado cianeto) contra os herbívoros, como a cutia e os porcos do mato. Através de seus derivados (beiju, mingau, farinha, manicuera etc.), fornece entre 85 a 95% do consumo diário de calorias (Chernela, 1986a). Repetindo, este tipo de agricultura é muito bem adaptado ao rio Negro. O contrário pode ser dito de outras práticas, como as culturas intensivas ou a abertura de grandes áreas de floresta para pastagem, que levam inevitavelmente ao rápido esgotamento dos solos e à erosão;

3. a preservação das margens dos rios, percebidas pelos povos indígenas da região como fazendo parte do ecossistema aquático, fornecendo a maior parte dos nutrientes para os peixes. Por isso, os roçados em geral são abertos em áreas de terra firme, longe das margens dos rios, de modo a preservar as principais fontes alimentícias da população pesqueira;

4. a alta especialização das técnicas de pesca (armadilhas fixas como paris, matapis ou cacuris), contribui para contornar a baixa produtividade e a fraca resolução ótica dos rios. Outro fator é o conhecimento profundo das estações através de um elaborado calendário astronômico, que permite acompanhar o regime de cheias e vazantes dos rios e, deste modo, os ciclos migratórios, reprodutivos e alimentícios dos peixes;

5. os mecanismos de circulação e de redistribuição dos recursos naturais entre grupos lingüísticos, através do sistema de alianças matrimoniais baseado na exogamia lingüística, bem como os rituais formalizados de troca de comida e outros bens (dabucurís), que possibilitam o acesso dos indivíduos a recursos naturais não disponíveis num dado território, promovendo a exploração econômica racional em nível regional (Chernela, 1983; Buchillet, 1990; e Moran, 1991).

Um exemplo de manejo ambiental: como os Baniwa classificam os tipos de floresta

As fortes limitações naturais (baixa fertilidade e grande acidez dos solos e águas), como destacado acima, somadas à antigüidade da ocupação desta região pelos povos indígenas, resultaram no desenvolvimento de práticas eficazes e bem adaptadas de manejo dos recursos naturais. Estas práticas são informadas por conhecimentos sofisticados e minuciosos do meio ambiente pelos povos indígenas.

Um bom exemplo para ilustrar essa afirmação é o sistema de classificação utilizado pelos Baniwa para descrever a grande diversidade de tipos de vegetação existentes em seu território tradicional, a bacia do rio Içana. Como seus vizinhos de língua Tukano do rio Uaupés, os Baniwa vivem atualmente às margens dos rios principais, mas con-

tam que seus antepassados não viviam tão próximos aos rios e construíam suas malocas em geral nas cabeceiras dos principais igarapés.

Até os dias de hoje, os Baniwa apontam antigos lugares de moradia atualmente desabitados; muitos dos velhos dizem que ainda chegaram a ver esteios em pé em alguns desses lugares, restos das velhas malocas dos antigos. Na região do alto Içana, uma antiga e importante maloca localizava-se na cabeceira do igarapé Pamari, uma área ocupada desde antigamente pelo subgrupo baniwa *Oalipere-dakenai*, "netos das cinco estrelas", aquilo que os brancos conhecem como a constelação das Plêiades. Contam os *Oalipere-dakenai* que ali foi a moradia de seu primeiro líder, Vetutali, um poderoso guerreiro antepassado de todos os *Oalipere-dakenai* atuais. Conta-se que, no tempo da escravidão, Vetutali e muitos outros Baniwa foram levados como escravos pelos portugueses. Quando o navio que o levava prisioneiro já baixava pelo rio Negro, Vetutali e um companheiro *Hohodene*[1] atiraram-se na água e conseguiram escapar, retornando então para o Içana. Assim como os *Oalipere-dakenai*, os *Hohodene* falam de um líder antepassado chamado Keruaminali que também fora levado pelos brancos, tendo permanecido por algum tempo em Barcelos até conseguir retornar ao Içana. Como Vetutali, Keruaminali, ao regressar à sua terra, foi morar nas cabeceiras de um igarapé, o Uaraná, afluente do rio Aiari.

Os *Oalipere-dakenai* passaram então a ocupar uma grande extensão de terras, delimitada ao sul pelo rio Içana, entre a boca do Pamari até as imediações da atual aldeia de Tamanduá. Ao norte, os limites deste território alcançam o rio Cuiari, já na Colômbia. Os *Hohodene* se estabeleceram na região interfluvial Içana/Aiari, mais precisamente nas cabeceiras dos igarapés Quiari, Uirauassu e Uaraná. Alguns *Oalipere-dakenai* foram morar próximo aos *Hohodene* e desde então há muitos casamentos entre os dois grupos. De acordo com os *Hohodene* e os *Oalipere-dakenai*, a fuga e o retorno desses dois líderes marcam um momento importante de sua história, pois é quando o Içana volta a ser repovoado após um esvaziamento quase absoluto, resultante do tempo da escravidão[2].

Com o tempo e a influência de missionários e comerciantes brancos, os Baniwa foram progressivamente se transferindo de suas antigas malocas, no interior da mata, para as margens do Içana. A população baniwa cresceu muito e os *Oalipere-dakenai*, por exemplo, se espalharam por todo Içana. Os *Hohodene* desceram o Quiari e ocuparam toda a extensão do rio Aiari. Há comunidades baniwa que se estabeleceram em tempos mais recentes até no rio Negro, abaixo de São Gabriel da Cachoeira. Alguns *Oalipere-dakenai* estão morando nas proximidades de Barcelos. Mesmo assim, a área acima descrita continua a ser seu território por excelência, reconhecido pelo conjunto dos grupos baniwa[3].

[1] *Trata-se de um sib baniwa de outra fratria (Dzauinai), ou seja, não é um sib "irmão" dos Oalipere-dakenai, mas um sib "cunhado". A tradução para o termo Hohodene seria "filhos do Inambu".*

[2] *A história completa de Keruaminali, chefe dos Hohodene, deverá em breve ser publicada em um livro de histórias Baniwa, que será o terceiro volume da coleção "Narradores Indígenas do Rio Negro" da FOIRN. As histórias desse livro foram coletadas pelo antropólogo Robin Wright na década de 70 entre os Hohodene do rio Aiari.*

[3] *As oito comunidades aí localizadas (Pupunha Rupitá, Tucumã Rupitá, Jandu-Cachoeira, Mauá-Cachoeira, Trindade, Aracu-Cachoeira, Siuci-Cachoeira e Tamanduá) são todas habitadas por Oalipere-dakenai. Seu líder geral, capitão Augusto Rodrigues, reside em Aracu-Cachoeira. Em 86, quando a empresa de mineração Gold Amazon tentou implantar um equipamento de garimpo na serra do Porco, localizada dentro dos limites da área, mas bem afastada do leito do Içana, foi esse capitão que reuniu seus homens e, como em uma expedição de guerra, expulsou os garimpeiros.*

A intimidade dos Baniwa com essas matas é grande. Todo homem saberá dizer onde se encontram as melhores terras para a colocação de roças, onde procurar frutas e onde buscar a caça. Na área dos *Oalipere-dakenai* há muitas porções de terra firme, e por isso não lhes falta espaço para abertura de novas roças. No entanto, não possuem igapós em suas terras, ao contrário de seus cunhados *Dzauinai* que vivem Içana abaixo, numa região com muitos lagos. Os *Dzauinai* de Juivitera, por outro lado, não tinham terra firme para plantar e atualmente dispõem apenas de uma pequena ilha situada bem no meio do grande igapó existente no médio Içana. Contam que esta ilha foi "feita" pelos *Oalipere-dakenai*, que lhes trouxeram terra em muitas viagens de canoa. Nessa época, as mulheres *Oalipere-dakenai* que se casavam com os *Dzauinai* padeciam por não terem mandioca para fazer beiju suficiente, e foi por este motivo que eles resolveram fazer um lugar para que seus cunhados pudessem colocar melhores roçados.

Próximos aos antigos locais de moradia, os Baniwa apontam também a existência de manchas de terra preta que, quando possível, são aproveitadas para roças por sua boa produção. Há também as velhas capoeiras, de onde se retira uma grande quantidade de remédios. Quer dizer que, além das grandes divisões ecológicas apontadas mais acima – terra firme, campinarana e igapó – os Baniwa demonstram um conhecimento mais fino e detalhado das diferenças nas matas de sua área. Isto está patente, por exemplo, nas narrativas de origem dos vários grupos Baniwa. Numa versão da história sobre a origem dos grupos Baniwa, conta-se que quando o criador Iniaperikuli foi retirando o casal ancestral de cada um dos grupos (Oalipere-dakenai, Hohodene, Dzauinai, Adzanene, etc.) do buraco da cachoeira de Uapui, Hipana, cada um deles foi viver em um local determinado, no centro do mato, lá onde tem *punamarimã*, um patauazal:

> *Metza neema nakenhua nhakahã uaferinaipe*.
>
> Porém fica primeiro aqueles nossos avós.
>
> *Apada ripainaku aukadaliko Punamarimã pidá lipitana*.
>
> Outra terra, no centro do mato, Punamarimã, dizem nome dele.
>
> (cf. Manoel da Silva, comunidade de Uapuí-Cachoeira, julho/1995).

De fato, o que acontece é que as formas como os Baniwa percebem seu ambiente não só contêm as macrodivisões apontadas acima com base em estudos de ecologia, como também promovem um refinamento no interior dessas categorias. Estas unidades "científicas" recebem nomes específicos na língua baniwa: *ramariene* (campinarana), *edzaua* (terra firme) e *arapê* (igapó), embora não designem especificamente o tipo de vegetação ou o tipo de solo, pois referem-se mais precisamente a uma paisagem, com um tipo de vegetação e um tipo de solo

Beto Ricardo/ISA, 1997

Pedro Martinelli, 1997

Comunidade Juivitera, alto Içana.

Pedro Martinelli, 1997

A caminho da roça. Comunidade Matapi, alto Içana.

Beto Ricardo/ISA, 1997

Comunidade Roraima, alto Içana.

O aproveitamento dos recursos naturais pelos Baniwa baseia-se em profundo conhecimento da grande diversidade das matas dos igarapés e dos rios Negro e Içana .

associados. Por exemplo, o termo *ramariene* designa um ambiente "claro", uma característica marcante das formações de campinarana, pois a mata é mais aberta se comparada à terra firme; já o termo *edzaua* designa um lugar apropriado para a abertura de roças. As capoeiras por sua vez são referidas pelo termo *reinhame*, um lugar já "usado". Mas, além disso, há termos na língua baniwa para designar tipos de vegetação específicos, que se referem a uma gama enorme de variações identificadas do interior das categorias acima apontadas. Trata-se de fato de um sistema de classificação baseado, ao que tudo indica, na percepção da dominância de diferentes espécies em porções específicas da mata.

Por exemplo: o termo encontrado na história da criação da humanidade, *punamarimã,* é decomposto em *punama* (= patauá) e *rimã* (= concentração), podendo ser traduzido por "área de patauá", ou mesmo "patauazal". Segundo apontam os Baniwa, o *punamarimã* consiste em um tipo de vegetação específico que ocorre no interior da mata de campinarana, ou seja, a presença de uma espécie dominante indica, nesse sistema, uma subunidade tipológica específica. Segundo afirmam os Baniwa, este recurso classificatório é empregado de modo generalizado, de maneira que todas as diferentes porções de suas matas, na terra firme, na campinarana ou no igapó, recebem nomes específicos. Para se ter uma idéia da extensão desse sistema, vejamos a lista de tipos apresentada a seguir. Temos aí os nomes de 53 tipos diferentes de mata, agrupados segundo sua ocorrência em cada uma das categorias mais gerais, *edzaua*, *ramariene* e *arapé*. Na terceira coluna, apresenta-se algumas características ou usos da planta específica cujo nome é utilizado para designar o tipo de mata e algumas indicações sobre a cor do solo em que aparecem.

Os Baniwa que forneceram a lista que aparece a seguir, disseram que ainda não era completa, mas que ali estavam os tipos mais importantes. Outros tantos tipos ocorreriam com uma freqüência muito baixa. Segundo sua comparação, para a observação de cada um dos tipos existentes em cada uma das três macrocategorias seria necessário caminhar por trinta minutos no igapó, cinco horas na campinarana e dois dias na terra firme. Aí então se poderia ter uma lista completa das categorias empregadas pelos Baniwa para descrever o seu ambiente.

As indicações relativas à cor do solo que aparecem na lista de tipos da floresta de terra firme são baseadas nas afirmações dos informantes segundo as quais estes perfis de vegetação ocorrem em solos cuja cor varia em um gradiente de amarelo a preto. O amarelo a que se referem deve ser tomado em um sentido amplo, mas, de modo importante, indica a ocorrência de terra preta em vários pontos de seu território, como é o caso do tipo *mukulirimã*, que é uma das melhores terras, propícia inclusive para cultivos de milho. Consideram justamente a coloração escura e a textura

Esta listagem foi fornecida ao antropólogo do ISA, Geraldo Andrello, por três homens Baniwa da comunidade de Tucumã Rupitá, localizada no alto Içana e sede da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi): Fernando José, Paulino Alberto Joaquim e Pedro Gabriel da Silva. Foram apenas umas duas horas de conversa, ao longo das quais eles foram lembrando, um a um, todos estes tipos.

Classificação baniwa dos tipos de vegetação

Categorias gerais	Subcategorias	Características/usos
Edzaua (terra firme)	auinharimã	Uacu (árvore grande)/terra amarela argilosa.
	puperririmã	Bacaba, usada para vinho.
	dumarririmã	Umari do mato/terra amarela ou preta.
	muririmã	Madeira leve usada para canoa/terra preta e amarela.
	kauitirririmã	Loiro, usado para canoa e tábuas/terra amarela.
	kadaporirimã	Galhos usados para caniço de pesca/terra amarela e preta.
	kaanerimã	Madeira leve usada para canoa e tábuas/terra amarela.
	idzepurimã	Árvore que dá frutos pretos comestíveis parecidos com cucura/terra amarela.
	achirruparimã	Grande árvore com fruto comestível (não muito apreciado)/ terra amarela.
	uadarimã	Árvore grande com frutos comestíveis/terra amarela.
	mukulirimã	Frutos não comestíveis, a paca come as sementes/uma das melhores terras pretas, propícia para o plantio de banana, batata, pimenta e milho.
	ritauarimã	Grande árvore com reentrância no tronco/terra preta e mais grossa.
	ripoliirimã	Grande árvore com frutos não comestíveis/terra amarelada.
	maipanarririmã	Árvore com frutos comestíveis/terra amarelada.
	maripunenirimã	Palmeira pequena para cobertura de casas/terra preta ou amarela.
	thopirimã	Acariquara, usada como esteio/terra preta ou amarela.
	urrukairimã	A resina é usada para dores corporais, queimada ou em infusão.
	kerrerririmã	Pau-brasil.
	puparimã	Paxiúba, serve para fazer ripas.
	itanalirimã	Grande árvore, usada como travessões.
	mãinhitirimã	Sem utilização, fruto não comestível.
Ramariene (campinarana)	kuriuaiparimã	Arbusto com frutos comestíveis.
	kuiaperimã	Palmeira baixa com frutos comestíveis, a folha é usada para confecção de barracas.
	mapurutirimã	Também ocorre na terra firme, área que se presta a roças pequenas e de baixa produtividade.
	punamarimã	Palmeira muito próxima do açaí (patauá).
	ahiurimã	Grande árvore com frutos não comestíveis.
	rerridzurrorimã	Usado como caibro para construção de casas, ocorre às margens dos igarapés.

Categorias gerais	Subcategorias	Características/usos
cont. *Ramariene* (campinarana)	zakoirimã	Frutos comestíveis e madeira para canoa.
	uariarimãita	Pequena árvore; este tipo de formação é também denominado *rarapokulitarimã*, termo que pode ser traduzido como “concentração de areia”; é uma área em que ocorrem pequenos poços ou lagos formados pela água da chuva.
	uaiterimã	Árvore com frutos não comestíveis, tronco grosso e baixo; formação muito aberta, seca e com muitas orquídeas.
	anerimã	Árvore parecida com o caimbé do cerrado.
	dzauakarimã	Frutos comestíveis para macacos.
	uaparimada	Grande árvore, indica que na área podem ser abertos pequenos roçados de baixa produtividade.
	tinharimã	Palmeira caraná, utilizada para cobertura de casas.
Arapé (igapó)	iteuirimã	Buriti.
	iaririmã	Árvore com envira branca cujos frutos alimentam peixes e pássaros.
	manakerimã	Açaí do igapó.
	puparimã	Variedade de paxiúba.
	mainirimã	Pau de breu.
	katanapiririmã	Tipo de minhoca.
	adarrokunalerimã	Madeira para fazer ralos.
	adapenarimã	Madeira para fazer ralos ou tábuas.
	kodupirimã	A mais alta árvore que ocorre no igapó, serve como abrigo para peixes no período da cheia, ideal para colocar anzóis.
	maporimã	Madeira boa para tábuas.
	marrakerimã	Árvore com frutos doces, consumidos por peixes e pacas.
	kumerimã	Árvore com frutos consumidos por peixes e pássaros.
	ikulidumarerimã	Madeira para fazer remos.
	uacherimã	Árvore que produz uma castanha comestível e possui uma madeira muito resistente.
	iauaririmã	Palmeira jauari, frutos e sementes comestíveis.
	ketepanererimã	Muito parecida com o abacaxi, comida de animais de casco.
	duirridaka	Palmeira baixa com muito espinho e fruto não comestível.
	kadzalida	Chamado molongó, madeira muito leve para barcos e bóias de pesca.
	pitirriurepapidarimã	Cipó que ocorre às margens de igarapés e lagos; além de abrigo de peixes é considerado remédio para diversas feridas.

grossa para a escolha do local onde abrir um roçado. Um outro critério empregado por seus antepassados seria o de degustar a terra: quanto mais azeda mais imprópria à roça, quanto mais saborosa (comparando com o sabor de castanha) mais apropriada. Quanto à campinarana, apontam que em geral o solo é arenoso, à exceção dos tipos *uaparimada*, *mapuruti* e *kuiaperimã* que são sensivelmente mais escuros, prestando-se à abertura de pequenos roçados.

Pesquisas realizadas pelo Projeto Radambrasil na região do rio Negro, nos anos 70, apontaram apenas nove tipos de campinarana para a região como um todo, ao passo que a lista apresentada nas páginas anteriores, baseada no conhecimento dos Baniwa e ainda incompleta, já aponta treze tipos.

No início dos anos 80, um pesquisador norte-americano chamado Michael Doyle esteve fazendo pesquisas ecológicas no rio Içana, passando cerca de um mês entre as comunidades de Tapira-Ponta e Santa Rosa. Em um artigo intitulado "Aspects of Baniwa Medicinal Flora and Ethno-Ecology" (Aspectos da Flora Medicinal e da Etno-Ecologia Baniwa), este pesquisador chamou essas unidades classificatórias de "ecozonas baniwa", indicando que uma espécie útil encontrada nessas unidades empresta a ela seu nome.

Como foi mencionado acima, os Baniwa diferenciam também as capoeiras como um tipo específico no contexto das formações identificadas em seu território, atribuindo-lhes o nome de *reinhame*, "lugar usado".

Nome das espécies que ocorrem exclusivamente nas capoeiras

Espécie	Características/usos
uirrali	Analgésico para dores; a madeira é utilizada para caibros.
kadzane	Remédio para feridas.
tupurruda	Remédio para picada de arraia.
derripi	Palmeira que dá frutos comestíveis e um remédio para estancar o sangue dos machucados.
mapanina	Pequena árvore com usos medicinais não especificados.
remadana	Arbusto pequeno sem uso.
mapani	Árvore pequena sem galhos, uso medicinal para dores corporais.
iteuichi	Árvore cuja seiva é usada como colírio e com cuja casca é produzido um pó para secar feridas.
manapidunari	Árvore que fornece colírio.
kamakali	Fornece corante para arumã e calafete de canoas.
dorrepa	Arbusto sem uso.
turrani	Pequeno arbusto que serve como remédio de vários usos, inclusive para veneno de flechas de zarabatana, doenças de pele e dor de cabeça.
tamarida	Pequena árvore que ocorre também na terra firme, possui um veneno muito poderoso usado para matar tatu.
uarikama	Pequeno arbusto com veneno muito poderoso que, na dosagem certa, é remédio para dor de barriga.

Nas capoeiras identificam um conjunto de espécies que não ocorrem em qualquer um dos ambientes mencionados acima e uma boa parte delas possui uso medicinal (remédios como antídotos para venenos, remédio para dores viscerais, para cortes e feridas, para dores de dentes, diarréias, problemas femininos, colírios, tônicos e fortificantes e remédios para picadas de cobras e insetos). Veja na página ao lado uma lista contendo os nomes baniwa de algumas dessas espécies, também fornecida pelos Baniwa de Tucumã-Rupitá.

Os Baniwa distinguem capoeiras com idade bastante avançada e afirmam que esse tipo de vegetação pode ser até mais alto que a própria mata primária de terra firme, porém com árvores mais finas. Segundo os Baniwa, em qualquer um dos ambientes por eles nomeados, todas as plantas são conhecidas.

Leituras recomendadas:

CHERNELA, Janet Marion (1986 a & b) “Os cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukano)” e “Pesca e hierarquização tribal no alto Uaupés”. In Ribeiro, Berta (Coord.) **Suma Etnológica Brasileira, Vol. 1 Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes/FINEP.

CORREA RUBIO, François (1993) **La Selva Humanizada. Ecología Alternativa en el Trópico Húmedo Colombiano**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología (ICAN), Fondo FEN Colombia, CEREC.

MORAN, Emilio (1990) **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo (1997) “Cosmología como Análisis Ecológico: Una Perspectiva desde la Selva Pluvial”. In **Chamanes de la Selva Pluvial. Ensayos sobre los Indios Tukano del Noroeste Amazónico**. Devon: Themis Books.

RIBEIRO, Berta G. (1995) **Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo**. São Paulo: Companhia das Letras/Edusp.

IV - A HISTÓRIA A PARTIR DA CHEGADA DOS EUROPEUS

Os primeiros encontros

As primeiras notícias trazidas ao mundo dos brancos sobre a existência da bacia do rio Negro ocorreram no século XVI. Fontes históricas desse século, como os relatos de Philip von Hutten e Hernan Perez de Quesada (1538-1541), que realizaram uma viagem pelo rio Orinoco desde a costa atlântica à procura do El Dorado - uma terra rica em ouro cujo centro supostamente ficaria na Serra Parimá -, já apontavam a existência do rio Uaupés, afluente superior do rio Negro.

Em 1542, quando Francisco Orellana desceu pela primeira vez o rio que viria a se chamar Amazonas, o frei Gaspar de Carvajal, escrivão da expedição, referiu-se ao rio "de água negra como tinta", que é o Negro. Esses relatos do século XVI não fazem referência, ainda, à população indígena desse rio.

Somente um século depois, em 1639, é que a foz do rio Negro foi identificada e descrita com mais cuidado. Foi por ocasião da expedição de Pedro Teixeira, que subiu o Amazonas até Quito e voltou de lá com o padre jesuíta Cristóbal de Acuña, que veio para Belém com a incumbência de relatar suas impressões sobre a região e seus habitantes. Na volta, em outubro de 1639, a flotilha portuguesa pretendia subir esse rio com o objetivo de apresar índios, mas os padres Cristóbal de Acuña e André de Artieda argumentaram contra tal empresa, alegando dificuldades de tempo para a viagem de retorno ao Pará.

Os povos indígenas do rio Negro (sobretudo os do baixo e médio curso do rio) mantiveram os primeiros contatos diretos com os brancos já no século XVII, principalmente com os portugueses que penetraram no rio Negro à caça de escravos. Nesse período, povos do alto rio Negro teriam entrado em contato, via comércio intertribal, com objetos da cultura européia (facas, machados, etc), ou seja, possivelmente já sabiam da existência dos brancos mesmo antes de tê-los visto face a face.

Essas referências evidenciam que os portugueses, naquela ocasião, já sabiam que os índios do rio Negro eram numerosos e desejavam capturá-los para servirem como escravos. Cristóbal de Acuña apontou a presença de doze tribos no baixo curso deste rio, caracterizando-as como "belicosas". Desde meados do século XVII, em virtude do decréscimo da população indígena no baixo Amazonas, conseqüência das epidemias de varíola e da escravização, sobretudo dos Tupinambá, sobreveio uma enorme carência de braços para o trabalho nas fazendas e na coleta das "drogas do sertão". Os colonos e missionários de São Luiz e Belém passaram então a incursionar pelo sertão

do rio Negro e Amazonas, capturando escravos índios e massacrando os que resistiam: eram as "tropas de resgate" e as "guerras justas".

No governo de André Vidal de Negreiros, em 1657, partiu de Belém uma tropa comandada por Vital Maciel Parente, acompanhada pelos missionários jesuítas Francisco Velloso e Manoel Pires, com destino aos rios Amazonas e Negro. Esta teria sido a primeira entrada portuguesa no rio Negro. Foram descidos como escravos para o Pará cerca de seiscentas "peças" para "proveito dos particulares". "Peça" era a palavra usada na correspondência oficial daquela época para se referir aos índios e negros comercializados como escravos.

Naquele mesmo ano de 1657, outra tropa voltou ao rio Negro, com quarenta soldados e quatrocentos índios originários do baixo Amazonas, "que iam aos resgates dos escravos". Francisco Gonçalves foi o missionário jesuíta que acompanhou a viagem. Indicou que os índios do rio Negro, de muitas nações diferentes, faziam muitas guerras entre si e contou que passados dez meses de permanência na região "se levantou um contágio do qual todos adoeceram mortalmente", mas ainda chegaram a voltar ao Pará com setecentos escravos. Dessa viagem destacou Antonio Vieira que "chegaram os padres até o rio Negro e por ele acima a alguns gentios que nunca tinham visto portugueses".

Para os índios do rio Negro, a segunda metade do século XVII seria marcada pela chegada mais intensiva de missionários jesuítas e expedições de apresamento. A construção do forte de São José do Rio Negro (onde hoje se encontra a cidade de Manaus), em 1669, representou o primeiro impulso militar português nesse rio, "para manter em respeito a indiada", nas palavras do historiador da Amazônia Arthur Cézar Ferreira Reis, e servir de base para futuras entradas em busca de escravos. Aí passaram a morar índios Baniwa, Baré e Manao.

Existem relatos que informam sobre a quantidade considerável de escravos indígenas levados do baixo rio Negro ainda no século XVII. Até o final desse século, os jesuítas estabeleceram algumas missões no rio Negro, primeiro temporárias e depois permanentes, a partir de 1690 até 1692. Tais missões, na verdade, eram resultado de viagens de tropas de resgate, como a de 1689, feita por André Pinheiro, acompanhada pelo jesuíta João Maria Garzoni. A partir de 1695, com a "repartição das aldeias", o rio Negro ficou sob o domínio da Ordem Carmelita, que aproveitou os aldeamentos jesuítas e os expandiu ao longo dos primeiros anos no rio Negro.

A guerra contra os Manao e a abertura para o alto rio Negro

Havia, naquela época, duas maneiras oficiais de obter escravos indígenas: as "tropas de resgate" e as chamadas "guerras justas". As primeiras, "mandadas para punir

tribos hostis, que tivessem atacado os europeus sem provocações", foram encarregadas de capturar e tomar como escravos o "maior número possível de índios". A segunda maneira consistia em "trocar bens europeus por cativos com os chefes de tribos amigas que efetuavam expedições para fazer escravos". Guerras intertribais e a prática do canibalismo eram consideradas como "causas justas", permitindo às tropas oficiais obter cativos nos povoados aliados ou empreender uma guerra de represália contra as tribos hostis. Estes procedimentos foram permitidos por uma lei de 1688 que, inclusive, definia a participação do Estado no financiamento das "tropas de resgate".

O sistema parece que não teve sucesso no começo, devido ao interesse particular de alguns governadores no apresamento clandestino dos índios. Por esta razão, as tropas oficiais foram pouco freqüentes até a segunda década do século XVIII. Mas, em 1720, as ordens régias reiteraram que a escravização se fizesse através das autoridades públicas. Nesse período também foi decidido que particulares poderiam participar das tropas de resgate do governo para efetuar resgates privados de escravos.

Já em 1723, o novo governador João da Maia da Gama, por ordem expressa do Reino, envia uma tropa oficial, comandada por Manoel de Braga, para adentrar o rio Negro. Esta sobe além da foz do rio Branco, estabelecendo arraial já no interior do território dos Manao. Esta expedição mandou para Belém aproximadamente 700 índios como escravos, boa parte deles provenientes do rio Negro. Estes escravos foram obtidos com a cooperação de chefes indígenas, que trocavam cativos por mercadorias com os portugueses. Em certo momento, porém, os Manao se revoltaram, muito provavelmente devido aos maus tratos que esta tropa dedicava aos índios, matando dois de seus membros. Diante deste fato, o governador promove uma devassa liderada por Belchior Mendes de Moraes, conhecido por sua brutalidade e por andar sempre bêbado.

De acordo com a devassa de Moraes, os Manao e todos os povos habitantes da região, além de serem acusados de canibalismo e incesto, seriam aliados dos holandeses, para quem venderiam escravos, então muito valorizados pelos portugueses. Ajuricaba, o principal chefe Manao, em claro desafio à soberania dos portugueses na região, carregava em sua canoa uma bandeira holandesa. Porém, hoje a idéia mais aceita é a de que os Manao não mantiveram contato permanente com os holandeses e que, portanto, não poderiam ser seus aliados.

Os Manao se encorajaram a manter a supremacia no médio rio Negro, visto que eram muito superiores numericamente aos seus rivais portugueses na região e também porque o comércio com os holandeses era mais vantajoso, ainda que fosse intermediado por outros povos. A procura por escravos pelos portugueses era muito maior do que os Manao poderiam fornecer, ao mesmo tempo que as mercadorias oferecidas em tro-

ca eram piores que aquelas que eles conseguiam no rio Branco, de procedência holandesa.

Bem armados, com armas holandesas e também com as que haviam recebido no comércio com os traficantes de escravos clandestinos do Pará, os Manao enfrentavam os portugueses, atacando missões do rio Negro e levando como prisioneiros os índios aldeados.

Diante dessa situação, dos argumentos da devassa de Moraes e, sobretudo, da falta crônica de mão-de-obra escrava em Belém (devida às epidemias que assolaram a região em 1724/5), o governador declara "guerra justa" dos portugueses contra os Manao. Chegou a solicitar tropas de Lisboa para o Rei, não sendo, porém, atendido. Ajuricaba foi então capturado e, rebelando-se contra a prisão no barco que o transportava para Belém, acabou jogando-se com todos os "ferros" ao rio, onde morreu afogado. Com este ato, Ajuricaba passou a ser considerado, mesmo por seus inimigos portugueses, como um herói.

O pior, no entanto, ainda estava por vir. Belchior Mendes de Moraes é enviado novamente para o rio Negro, desta vez sob o pretexto de combater os Mayapena, supostos aliados dos Manao, que teriam atacado um grupo de soldados e índios que comerciavam escravos. A atuação de Belchior de Moraes foi tão violenta e bárbara que chegou a levantar protestos de autoridades oficiais e de missionários dessa época. Devastou não só os Mayapena, mas todos os outros povos indígenas do médio rio Negro, até aqueles que eram considerados aliados dos portugueses. Os maus tratos eram tantos que estima-se que de cada cem que chegavam vivos no Pará, morriam em média quarenta na viagem.

Apesar das denúncias e apelos para que ele fosse removido do rio Negro, o governador Souza Freire lá o manteve até 1730. O resultado dessa longa guerra foi uma drástica redução da população indígena do médio rio Negro e a fuga e dispersão daqueles que sobreviveram para locais distantes. Um missionário carmelita dessa época escreveu que os afluentes do Negro, como o Xoará, o Cauaburi, o Mariá e o Meguá eram densamente povoados antes da guerra. Em carta ao Rei, o governador afirma que cerca de 2.800 índios foram mortos neste período.

Foi desta forma, através de massacres e violências, que os portugueses abriram passagem pelo rio Negro, finalmente conseguindo alcançar a região do alto Negro e de seus principais afluentes, como o Uaupés, o Içana e o Xié, ainda muito povoados e praticamente não atingidos pelos brancos. Nesse período, os Carmelitas - que chegaram a apoiar a guerra contra os Manao - instalaram aldeamentos até o alto rio Negro, nas proximidades da atual cidade de São Gabriel da Cachoeira. Documentos existentes no Arquivo Público do Pará, sediado em Belém, por exemplo, comprovam que no

período entre 1739-1755 foram trazidos como escravos do rio Negro para Belém índios Baniwa, Maku, Baré, Manao, Tukano, entre outros.

Além dos estragos causados pelas tropas de resgate e pelas chamadas guerras justas, os índios do alto rio Negro confrontaram-se também com as conseqüências das doenças trazidas pelos brancos e com as péssimas condições de vida às quais eram submetidos. Uma epidemia de varíola devastou, em 1740, o alto rio Negro, matando, sem dúvida, grande quantidade de índios, pois as conseqüências de uma epidemia de varíola entre povos sem contato com esta doença são catastróficas. Levando-se em conta o potencial de propagação do vírus da varíola e sua prolongada resistência no meio ambiente, é muito provável que ela se tenha alastrado por certas partes da região sem contato direto com os portugueses, através de tecidos e roupas de algodão. Entre 1749 e 1763, epidemias recorrentes de varíola e sarampo assolaram o alto rio Negro. A de sarampo de 1749 foi tão terrível que passou a ser chamada "o sarampo grande" (ver Buchillet, 1995).

Após a guerra contra os Manao-Mayapena, o médio rio Negro ficou completamente despovoado, seja pelo grande número de mortos, seja pela fuga dos sobreviventes. Alguns anos depois, porém, devido à necessidade de bens dos brancos e medo de novas incursões de resgate, eles abandonaram a estratégia de resistência e procuraram proteção nas missões carmelitas. Nestes locais, os índios pescavam, cultivavam e coletavam produtos da floresta a mando dos carmelitas. Serviam também como guias e empregados nas tropas portuguesas de apresamento de escravos. Até 1755, os Manao continuaram a formar a maioria nesta área, e sua língua permanecia sendo a mais falada, inclusive mais do que a Língua Geral, que posteriormente se tornou a língua franca regional.

Havia uma parte da população Manao que preferia continuar vivendo com autonomia, longe dos centros missionários. Estes que resistiam a se subordinar aos povoados missionários, viram suas forças se esgotando pouco a pouco pelos repetidos ataques portugueses. Este foi o caso do chefe Jacabary do povoado de Castanheiro. Em 1733, esta era uma das poucas comunidades neste trecho do rio, continuando a recusar o convite dos carmelitas de se instalarem na missão. Mas em 1734,

"reduzida já a tão miserável estado, e tão propínqua a acabar de todo, que não tinha o tal Principal mais vassalos que dezessete índios com suas mulheres e alguns filhos, o qual este ano mesmo se ofereceu a vir em companhia dos mais, por ser já tão debilitado e perseguido, que para escapar da última invasão lhe foi necessário dar um filho e uma filha em reféns como resgates da sua própria liberdade".

Em 1733, o então governador José da Serra se depara com reclamações de que a oferta de escravos caíra drasticamente. Havia pedidos de particulares para que fos-

sem restituídas as tropas de resgate anuais. As missões concordam com a recomendação, sendo ainda permitidos, na impossibilidade das incursões realizadas pelo governo, regastes por iniciativa de particulares. O governador estabeleceu que, para evitar a atuação de pessoas como Belchior Mendes de Moraes, seriam indicadas apenas pessoas de boa origem e reputação para a função de cabo de tropa. A bacia do alto rio Negro e seus afluentes, depois das derrotas dos Manao, ficou ainda durante um período sem ser explorada pelos portugueses, pela falta de dinheiro por parte do governo em promover novas incursões.

Em 1739, com o agravamento do problema da escassez de mão-de-obra escrava, um morador do Maranhão, chamado Lourenço Belfort, de origem irlandesa e com grandes negócios, liderou uma tropa de resgate com seus próprios recursos. Belfort atuou no alto rio Negro durante vários anos. Segundo o padre jesuíta italiano Aquilles Avogadri (que trabalhou como capelão das tropas de Belfort), entre 1738 e 1744 uns 8.000 escravos foram por ele examinados e "certificados". Na história do rio Negro, este padre pode ser considerado um dos piores para os índios, preferia ver os índios escravizados no Pará, mas com suas almas salvas pela verdadeira religião, do que livres em suas terras, mas ignorantes de Deus.

Estima-se que até o final da década de 1740, cerca de 20 mil índios foram apresados e descidos do alto rio Negro. Nas listas dos escravos retirados desta região, já estão incluídos em grande número índios Tukano, Baniwa, Baré, Maku, Werekena e outros que vivem hoje em dia nesta região, que eram trazidos para trabalhar em Belém e São Luís (ver Wright, 1991 e 1992).

Em 1744, uma tropa portuguesa comandada por Xavier Mendes de Moraes entra no canal do Casiquiari, a passagem entre o alto rio Negro e o alto Orinoco. No alto Orinoco, encontra uma missão jesuíta, de onde traz seu Superior na viagem de volta, para visitar seus colegas que atuavam no rio Negro. Este padre, que se chamava Manuel Roman, deixou seu testemunho do que ocorria nesta época no alto rio Negro:

"Os danos e mortes que causam para apresar a tantos não se pode saber; o certo é que são mais os que tiram a vida do que aqueles que apresam, porque entram a fogo e sangue entre os índios, matando os que resistem e aprisionando os que não têm força para tanto..." (apud Useche Losada, 1987).

Documentos posteriores comprovam ter sido o rio Negro uma importante fonte de mão-de-obra indígena para o Pará no período colonial. Em 1759, o Padre José de Moraes afirmava que:

> *"he admiravel a fertilidade de gente, que produz este rio e terras vizinhas a elle; pois desde o seu princípio até hoje continuaram os portugueses a tirar índios deste sertão; e na melhor opinião passão de 20 mil almas as que deste*

rio e suas vizinhanças tem tirado os portugueses do Pará em escravos e os Missionários em descimentos quanto baste, com que se tem fornecido as nossas aldeias".

A revolta indígena mais famosa foi a de 1757, liderada pelos principais de Lamalonga no médio rio Negro, que invadiram e destruíram a casa do missionário, jogaram fora os santos óleos da igreja e levaram os ornamentos religiosos, derrubaram a Capela Mor e posteriormente incendiaram toda a povoação. Em seguida, juntaram-se aos revoltosos muitos índios do Lugar de Poiares, os quais invadiram o Lugar de Moreira, matando o missionário carmelita frei Raimundo de Santo Eliseu e várias outras pessoas e também queimando a igreja. Em seguida, marcharam ainda contra a aldeia de Bararoá, então abandonada pelo Destacamento Militar, invadindo a igreja e destruindo a imagem de Santa Rosa, e queimando a povoação. Esta rebelião marca a revolta dos índios contra os missionários, pela ênfase dada à destruição das igrejas e paramentos religiosos e o assassinato do padre carmelita.

O Período Pombalino

Em outubro de 1754, o então governador do Maranhão e Grão Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), comandou uma expedição de 23 barcos com o objetivo de definir os limites do alto rio Negro. Durante a viagem numerosos remadores indígenas fugiram e Mendonça Furtado não conseguiu substituí-los devido ao despovoamento dos centros missionários. Estranhando as aldeias vazias, resultado dos inúmeros descimentos de índios e de uma recente epidemia de varíola, ele atribuiu o fato ao egoísmo dos missionários jesuítas que queriam "guardar os índios para eles". Quando voltou de sua viagem, ele reportou esse fato ao seu meio-irmão, o Marquês de Pombal, então o funcionário mais poderoso da Coroa Portuguesa. Em conseqüência disto, Pombal tomou medidas drásticas em relação aos jesuítas.

O decreto do dia 6 de junho de 1755 retirou o "poder temporal" dos missionários. Suas atividades foram seriamente afetadas pela política do Marquês de Pombal. Eles perderam o controle da administração das aldeias, que então passaram a ser dirigidas por colonos, civis ou militares, que também ganharam o título de "diretores dos índios". Os missionários foram, todavia, autorizados a ficar nos povoados para prosseguir o trabalho de catequese e convencimento dos índios das cabeceiras dos rios e dos igarapés a virem se instalar nessas aldeias do médio e baixo rio Negro. Ainda assim, ocorreu um sensível declínio do trabalho missionário. O Ouvidor Ribeiro de Sampaio, que viajou no Uaupés e no Içana em 1774-75, observou que a população indígena dos centros missionários havia diminuído consideravelmente, fato que atribuiu à falta de atividades dos missionários nesta região.

O Forte de S. Gabriel começou a ser construído em 1761 e reformado em 1764 pelo capitão-engenheiro alemão Felipe Sturm. Em 1765, o mesmo engenheiro desenhou nova planta, no formato que perdurou até a visita de A. Rodrigues Ferreira em 1786.

As aldeias mais prósperas foram elevadas à categoria de povoados ou de vilas, recebendo um nome português, muitas vezes o de um santo. A lei pombalina queria colocar um fim à escravidão e promover a assimilação dos índios à sociedade colonial. O Marquês de Pombal queria dar aos índios os mesmos direitos dos europeus, mas logo entendeu que os colonos dependiam, para sobreviver, do trabalho indígena, tanto para a agricultura como para a extração das drogas de sertão. Instituiu um sistema de trabalho segundo o qual uma parte dos homens de boa saúde trabalharia vários meses por ano na construção de casas nas vilas coloniais, ao passo que os outros cuidariam das plantações. Mas esse sistema de regulação do trabalho não foi respeitado e os índios continuaram sendo explorados pelos colonos. Centenas deles foram levados para as vilas coloniais durante esse período.

"Planta da Fortaleza da Cachoeira Grande de Ryo Negro" (1763). Arquivo Público do Pará.

Nesse período intensificaram-se os descimentos de índios, sendo promovidos novos assentamentos coloniais às margens do Negro e no baixo curso de seus principais afluentes, sob o forte controle dos militares portugueses instalados em fortalezas construídas em 1763 (São Gabriel e São José de Marabitanas). Com base nessas fortalezas, exploradores militares portugueses fizeram exaustivas viagens pelos afluentes superiores do Negro, destacando-se o coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, autor dos primeiros mapas detalhados da região.

O alto rio Negro foi uma das regiões estratégicas do Grão-Pará, no período pombalino, por duas razões fundamentais. A primeira continuou sendo a grande quantidade de índios que a região, agora através dos descimentos, fornecia às vilas e povoados coloniais. Em segundo lugar, a região estava situada na faixa de fronteira entre os impérios coloniais de Portugal e Espanha, conferindo-lhe uma importância geopolítica estratégica ao longo de toda a segunda metade do século XVIII, após a assinatura, em 1750, do Tratado de Madri.

Para os povos indígenas, esse período significou o devassamento quase completo de seu território pelos militares portugueses, e também o aumento da depopulação das aldeias em decorrência dos descimentos, uma forma de escravidão velada que levava os índios ao trabalho nas

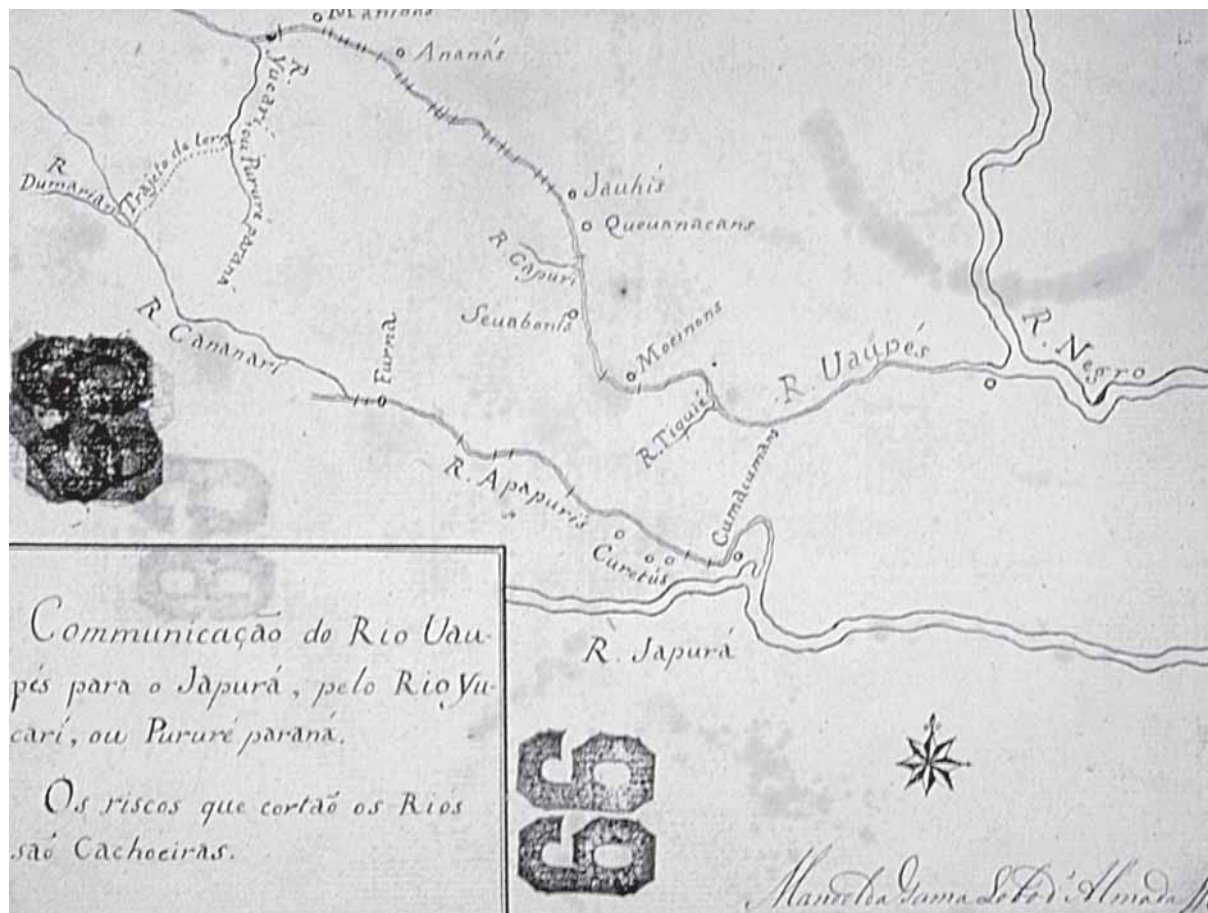
Mapa da região do alto Rio Negro elaborado por Manuel da Gama Lobo d'Almada. Arquivo Público do Pará.

"Mappa em que se mostrão 3. Communicaçoens do Rio Negro p.ª o Japurá por 3 Bocas Superiores á do R. Vaupés : A 1ª pelo R. Xié, 2ª pelo R. Issana, 3ª pelo R. Thomon.
A linha de pontos pretos denota o Caminho que já fica averiguado e reconhecido: Os pontos encarnados mostrão a direcção q. pouco mais ou menos averá a seguir p.ª sahir ao Japurá."

Manuel da Gama **Lobo d'Almada** foi governador do Rio Negro, onde permaneceu entre 1784 e 1795. Realizou diversas expedições por esse rio e seus afluentes, em especial o rio Branco, devido aos conflitos de fronteira com a Guiana.

Mapa elaborado por Lobo d'Almada registrando o rio Uaupés e suas ligações com o rio Japurá.

"Communicação do Rio Uaupés para o Japurá, pelo Rio Yucarí, ou Pururé-paraná. Os riscos que cortão os Rios são Cachoeiras."

O naturalista português **Alexandre Rodrigues Ferreira** chegou na região em 1785. Realizou viagem de reconhecimento ao alto rio Negro até o forte de São José de Marabitanas, entrando também em vários de seus afluentes (Uaupés, Içana, Xié, Dimiti, Cauaburi e Padauiri). Além de naturalista, também tinha encargos oficiais dentro da política do período pombalino (ver Moreira Neto, 1983). Formou coleções de objetos utilizados pelos índios e coleções botânicas e zoológicas. Seu principal trabalho publicado é *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Em 1997 foi realizada em Manaus, no Palácio Rio Negro, uma exposição com objetos coletados pelo autor, atualmente depositados em museu de Portugal.

embarcações e na agricultura. Essa política teve alto custo para os portugueses, pois ocasionou muitas fugas e revoltas de índios aldeados, havendo sempre a necessidade de reposição de braços para a lavoura de anil e mandioca e para o trabalho de coleta de cacau.

Segundo informações de Alexandre Rodrigues Ferreira (1983: 252), por exemplo, "na povoação de Guia (situada no rio Negro a montante de São Gabriel da Cachoeira) '*em fevereiro de 1784 ainda se contavam 101 almas, quando para o mato desertaram 39 por uma vez e 16 por outra vez*'. Em São Marcelino (situada na foz do rio Xié) o Diretor da povoação '*viu-se tão desamparado com a total deserção dos índios, que ordenou que das povoações menos desertas se mudassem para aquela alguns índios e índias desempedidos*'. Os habitantes dessas povoações, pelos registros do

naturalista, eram majoritariamente Baniwa, Baré, Werekena e Xapuena, todos da família Aruak" (Meira, 1997).

Nesse período também ocorreu a consolidação da presença missionária dos Carmelitas no alto rio Negro, um fator que influenciou definitivamente a vida dos índios, como pode ser observado atualmente nas festas católicas de santos padroeiros, sendo a mais importante a de São Joaquim, iniciada ainda no século XVIII.

Pode-se considerar que o conhecimento geográfico e etnológico do alto rio Negro pelos brancos chegou ao seu máximo no período colonial antes do final do século XVIII, principalmente através dos levantamentos militares já referidos, de estudos de

"Nº 1. Igreja Matriz desta V.ª
2. Capella de S. Anna
3. Palacio dos Plenipotenciaria
4. Palacio q antigam. foi Hospilis
5. Cazas feitas para o Governo
6. Rezidencia do R. Vigr. GL e Vigr.
7. Armazem Real
8. Casa da Polisia
9. Quarteis dos officiaes
10. Casa do Ouvidor
11. Quarteis dos officiaes
12. Praça Nova
13. Casa das Armas e Serraria
14. Praça aonde esta o Poleirinho
15. Quarteis da Guarnição desta V.ª
16. Corral das Tartarugas
17. Casa das Canoas
18. Olaria
19. Aldeinha
20. Lugar aonde se ha de fazer a Igr. nova."

Planta da vila de Barcelos, na segunda metade do século XVIII. Arquivo Público do Pará.

Antonio José **Landi** foi um célebre arquiteto italiano que chegou ao Grão-Pará em 1753, fazendo parte da equipe de técnicos da Demarcação, trazidos pelo governador Mendonça Furtado. Morreu em Belém em 1791, tendo projetado importantes obras arquitetônicas da capital do Pará (Meira, 1997).

cientistas e naturalistas como Antonio Landi, Alexandre Rodrigues Ferreira, Alexander von Humboldt, assim como da iconografia legada por Felipe Sturm ou José Cadina.

"Mesmo sob a égide do Diretório Pombalino, em que as 'liberdades dos índios' estavam consagradas formalmente, continuava efetivamente uma significativa parcela da população indígena do Negro submetida aos trabalhos forçados ou compulsórios, submersa em um forte aparato de vigilância e controle no âmbito das povoações e da capital, Barcelos. Aqueles que não se sujeitavam a 'aceitar voluntariamente as leis de Deus e de Sua Majestade' não tinham outra saída que não as fugas, tão freqüentes, como também as rebeliões localizadas" (Meira, 1997).

Um novo programa de exploração

Após o período turbulento da segunda metade do século XVIII, com muitos descimentos, revoltas e fugas de índios, o século XIX trouxe novos problemas para as populações indígenas do rio Negro. Comprovam-no um ofício enviado pelo Presidente da Província do Pará ao Ouvidor do Rio Negro em 1821, a respeito da "civilização e aldeamento dos índios", no qual convoca-o a "punir severamente os comandantes e autoridades que maltratarem os gentios, e aqueles mercadores que os enganarem nas suas permutações, desacreditando assim a moral, que se lhes pretende insinuar".

Desde o início do século XIX a região do rio Negro foi missionada pelo carmelita frei José dos Santos Inocente (1832/52), pelo capuchinho frei Gregório José Maria de Bene (1852/54) e por franciscanos (1880/83), os quais tiveram forte participação, juntamente com militares, na repressão aos índios e na exploração de seu trabalho, principalmente no extrativismo. Suas ações foram contemporâneas à invasão de comerciantes, ditos regatões, no rio Negro, muitas vezes marcada pela violência, quando apresavam-se até mesmo meninos índios para vendê-los a negociantes de Manaus e Belém, como aponta o naturalista Alfred Russel Wallace (em 1853).

Durante os anos de 1835 a 1840, a maior rebelião popular do Brasil, a Cabanagem, iniciada com a tomada da cidade de Belém, chegou até o rio Negro. Isso levou a um processo de repressão aos revoltosos, que foi concluído por volta do ano de 1840. Após esse período, o Comando Militar situado em Belém enviou ao alto rio Negro uma tropa, com o objetivo de reconstruir as fortalezas de São Gabriel e Marabitanas, então em ruínas, cujo trabalho foi inteiramente executado pelos índios. O Comando Militar também criou na região a "Companhia de Trabalhadores", para a qual foram convocados os "índios ladinos", ou seja, aqueles que já sabiam falar português. Esta retomada militar provocou um recrudescimento das relações entre brancos e índios na região, a partir de 1840-42.

No século XIX, os índios continuaram a trabalhar como mão-de-obra na construção das vilas coloniais, na agricultura e na coleta de produtos silvestres. Na década de 1830, comerciantes brasileiros começaram a operar em São Gabriel e Marabitanas e, pelos anos de 1850, quando o sistema mercantil estava bem firmado, eles conduziam um comércio próspero com seus parceiros venezuelanos. Os índios, continuando a ser explorados pelos negociantes e forçados a trabalhar sem pagamento, buscavam refúgio em regiões de difícil acesso. Wallace, que viajou na região do alto rio Negro entre os anos 1850-52, escreveu a respeito do terror que os comerciantes inspiravam aos índios:

> *"(...) à noite chegou apenas uma parte dos habitantes. Sempre que aportam negociantes, ocorre isso: temerosos de serem obrigados a acompanhá-los, alguns índios preferem manter-se ocultos. Muitos dos comerciantes deste rio são da pior espécie. Ameaçando matá-los, obrigam os índios a seguir viagem com eles. Costumam cumprir suas promessas, uma vez que se consideram fora do alcance daquela diminuta fração de lei que mesmo no rio Negro ainda luta para subsistir"* (1853 [1979]).

As atividades missionárias na região do alto rio Negro reiniciaram-se em 1832, com a chegada no Uaupés do carmelita frei José dos Santos Inocente com a intenção de revigorar os povoados missionários. Este fez numerosas viagens na região até ficar doente e voltar definitivamente para Manaus em 1852.

Várias epidemias de varíola e de sarampo devastaram, neste século, extensas partes do rio Negro, provocando a fuga em massa dos índios dos povoados e das vilas coloniais. Nesses períodos de repetidas epidemias, as febres intermitentes, por vezes caracterizadas como "malignas" ou "perniciosas", contribuíram muito para a alta mortalidade na região (ver Buchillet, 1995).

Em 1850, a antiga Capitania do Rio Negro foi transformada em Província do Amazonas. Seu primeiro governador, Bento de Figueiredo de Tenreiro Aranha, querendo desenvolver os recursos econômicos da nova província, decretou, dentro de uma política chamada de civilizatória, um sistema de serviço do trabalho público. Todos os índios seriam regularmente mandados para Manaus para trabalhar sem pagamento na construção das casas da capital. O Decreto de 24 de julho de 1845 tinha recriado o posto de Diretor dos Índios, mas essa nova função nada tinha a ver com a precedente criada pelo Marquês de Pombal, em 1755, que tinha o propósito de colocar um fim na escravidão indígena (o que não se realizou, como vimos). Com o novo Diretório, os índios foram submetidos ao trabalho obrigatório, acabando por perder todos os seus direitos. Uma das tarefas principais dos diretores dos índios era convencer estes, via de regra pela força, a se deslocarem para os povoados e vilas coloniais,

onde serviam de mão-de-obra nos trabalhos de construção ou extração de recursos naturais.

Quando Tenreiro Aranha assumiu a Presidência da Província do Amazonas, havia numerosos movimentos de migração da população indígena do alto rio Negro para a Venezuela, fato esse que ele atribuiu ao abandono da região pelos missionários e às numerosas epidemias de sarampo e de febres que dizimavam a população indígena nesta época. Antes de retornar definitivamente para Manaus (em 1852), o frei José dos Santos Inocente escreveu:

> *"Este anno tem estado este rio* [o Uaupés] *um tanto envenenado: tem morrido muita gente de febres malignas, e de sarampo que é uma dor de coração não havendo por aqui uma pessoa que entenda de medicina e assim se vai acabando o resto do povo do rio Negro, que só de viva voz poderei dizer a V.Sa. o deplorável estado, em que se achão estas povoações por falta de quem lhes aplique algum remédio" (apud Tenreiro Aranha, 1907:4-27).*

O governador Tenreiro Aranha encarregou então o capuchinho Gregório José Maria de Bene do trabalho de catequese e "civilização" dos índios do alto rio Negro, ordenando-lhe vigiar particularmente os povoados fronteiriços com a Venezuela, de modo a impedir a migração indígena. Nomeou, em seguida, um antigo morador da região, Jesuíno Cordeiro, então tenente do corpo de Polícia de São Gabriel - considerado "um mestiço muito ignorante" (ver Wallace, 1853 [1979]:224) - como Diretor das Aldeias do Uaupés e do Içana e a quem encarregou de mandar regularmente para Manaus um certo número de índios para os trabalhos de construção. Pediu-lhe também para tentar convencer os índios a deixarem de morar em regiões recuadas e de difícil acesso para viver nos povoados ou nas vilas situadas nas margens dos rios maiores. Jesuíno Cordeiro e Gregório Maria de Bene foram muito ativos na região, fundando e restaurando juntos vinte e um povoados no Uaupés, quatro no Tiquié e dois no Papuri.

Este processo levou, no século XIX, a um esvaziamento de muitas comunidades indígenas dos rios Uaupés, Içana e Xié, cujas famílias eram levadas à força para o baixo e médio rio Negro. Muitos índios foram envolvidos na exploração extrativa e submetidos a trabalhos compulsórios. Isto deu início a uma migração forçada, sobretudo dos Tukano, Desana e Tariana, que foram transportados pelos comerciantes desde o alto Uaupés, para trabalharem nos seringais do rio Negro.

Baseado em documentos da Diretoria e Missões de Índios, Tenreiro Aranha (1907: 63-65) apontou as razões que levaram esses índios para o médio e baixo rio Negro:

> *"Em 1º logar aos excessos e abusos de autoridades continuadamente praticados nas deligencias incumbidas pelos commandantes da fronteira do Cucuhi* [Cucui] *dos fortes de São Gabriel e Marabitanas, e dos destacamentos mili-*

tares do Içana, Ipunoré [Ipanoré], *Ichié* [Xié] *e Chibarú, e manifestados com mais vexame ainda, quando executada ou pelo commandante de companhia do corpo de Trabalhadores de São Gabriel, com o fim de recrutar índios para o serviço público, nas obras da capital, e das fortificações das províncias, pelo subdelegado de polícia do districto, ou pelo inspector de qualquer um de seus quarteirões para equipagem de canoas do correio ou do expresso militar.*

2º As deshumanas caçadas effectuadas pelos subdelegados de policia de qualquer districto ou pelo inspector de quarteirão respectivo, em comissão de recrutador de menores para aprendizes marinheiros, degeneradas estas em violentas pega-pegas de curumis e cunhantãs dentro do próprio domicilio, e nas povoações, para dá-los de presente, como chirimbabos, aos potentados das capitaes do Amazonas, Pará e do Império.

3º A immoral e criminosa pratica do regatão de levar de sítio em sítio, com fins illicitos mercantis ao meio social, ainda que bárbaro, mesmo selvagem, do indio, que nem ao menos falava o nhengatu, de envolto com suas mercadorias o vício de embriaguez, a prostituição, os crimes de furto, roubo, homicidio e de reduzir pessoas livres à escravidão, comprando do pai, a troco das mesmas mercadorias, filhos e filhas; do marido a mulher e do tuchaua os desnaturados pais e desbriados maridos, para os vender depois aos seringueiros e pescadores de pirarucu, peixe boi e tartaruga, à moeda corrente.

4º A prevaricação inaudita do director ou do missionário, salvando as honrosas excepções que locupleta-se dos brindes remettidos pelo governo, para serem gratuitamente distribuidos aos índios, com a permuta que, em seu próprio interesse, faz delles por salsa, cupaiba, piassaba, puchuri, borracha, caoutchouc, breu, baunilha, carajurú, farinha, cumarú, tucum em ramas, fio e redes, curahuá em rama, etc.

5º Ao seringueiro, do baixo rio Negro, que interna-se nas vastas bacias do Uaupés e Içana, remonta suas cachoeiras, devassa suas florestas, assalta casa a casa dos seus índios, e viola o lar de cada uma das famílias destes, para seduzir com fementidas promessas de lucros vantajosos o dono da casa, o irmão, o sobrinho, cunhado e filho, fiando mercadorias á elles, ás suas mulheres, ás filhas, irmãs, cunhadas e sobrinhas.

É esta a peior causa, porque excita um a um, por meio da cachaça, já embriagados, a promoverem dabucuris saturnaes, no meio das quaes prostitue-lhes enlevadas por essas barbaras e debochadas dansas, esposa, filha, cunhada, sobrinha.

Depois da festa, no dia seguinte, isola do marido a esposa, do pae os ternos filhinhos, do filho o pae e a mãe extremecidos, do irmão a irmã, da qual é o amparo, e os conduz para os seringaes dos districtos de Santa Isabel, S. Joaquim, Thomar, Moreira, Barcellos e Carvoeiro.

Contractados por tempo de poucos meses, ali os seduz ao captiveiro para nunca mais deixarem que volvam á sua casa e nesta continuarem a zelar e arrimar suas famílias, cuidar de suas roças, pescarias e caçadas, evitar que fique reduzida ao mais triste e desolador abandono..."

Esta violência e migração forçada tem perdurado por mais de 100 anos na região, sendo poucas as famílias que conseguiram retornar aos seus lugares de origem, nos rios Uaupés, Papuri, Tiquié, Içana e Xié, sendo esta a principal razão da atual presença de significativa população de descendentes desses grupos no médio e baixo rio Negro, pois que no período colonial os que ali viviam foram dizimados ou fugiram.

Em algumas ocasiões, os índios se revoltaram contra este tipo de tratamento e efetuaram expedições vingativas contra os brancos. Jesuíno Cordeiro não vacilou em se utilizar de soldados brasileiros ou mesmo de índios de outras etnias da região para reprimir as rebeliões. Não vacilou também em fazer prisioneiro um velho tuxaua que havia proibido às pessoas de seu grupo abandonar seu sítio tradicional. A repressão aos Karapanã teria sido motivada, segundo frei Gregório Maria de Bene, por um ataque desses índios contra um povoado kubeo onde se encontrava então o tenente Cordeiro mas, sobretudo, segundo Wallace, com o propósito de tomar cativos (meninos e mulheres) "para presentear uns amigos de Barra". Com efeito, as autoridades de Barra (atual Manaus) estimulavam os viajantes, comerciantes e militares a raptar crianças de ambos os sexos para vendê-las como domésticas na cidade.

Estas revoltas se expressavam também através de movimentos religiosos. Alguns deles pregavam a libertação da opressão política e econômica dos brancos através de líderes religiosos, mas em geral foram reprimidos com violência. A primeira notícia de um messias indígena é de 1857. Venâncio, um pajé Baniwa muito poderoso e originário da Venezuela, instalou-se no rio Içana. Era doente, tinha catalepsia (doença em que a pessoa fica com os músculos rígidos e imóveis, como se estivesse morto). Começou a organizar reuniões onde dançava e pregava uma nova religião: profetizava o fim do mundo por um fogo que somente pouparia os índios do Içana e seus adeptos; anunciava a libertação dos índios da sujeição econômica e política aos brancos. Sua reputação começou a chegar até o rio Uaupés, onde fez numerosos adeptos. As autoridades de São Gabriel ouviram falar dele e ameaçaram-no de cadeia. Fugiu então para a Venezuela com alguns de seus discípulos mas, como havia feito numerosos adeptos, as reuniões prosseguiram.

Em 1889, quando três de seus discípulos animavam uma reunião num povoado do Içana, administrando batismos e casamento, foram surpreendidos por um destacamento de soldados que chegou para aprisioná-los. Antes de ir embora, os soldados anunciaram aos índios a chegada de um outro destacamento militar que "iria acabar com eles". A notícia se espalhou em toda a região. Pouco depois, o então comandante da base militar de Cucuí, Joaquim Firmino Xavier, que queria recrutar índios para a construção de uma fortaleza, encontrou todos os povoados do rio Içana desertos. Os índios, convencidos que Xavier chegara para exterminá-los, haviam fugido para o centro do mato. Houve vários outros episódios messiânicos na região, que foram reprimidos com violência pelos militares, que viam neles uma conspiração contra os brancos e suas instituições (ver Wright, 1981).

Muitos desses aspectos da história do século XIX desdobraram-se no início do século XX. A presença dos "regatões" intensificou-se e a exploração do trabalho indígena nos seringais, piaçabais e balatais se generalizou.

O tempo da borracha

A exploração da borracha, que atingiu o alto rio Negro no final do século XIX até meados do século XX, se intensificou devido à grande demanda decorrente das duas grandes guerras mundiais. Este período representou um novo ciclo de exploração e maus tratos aos índios. Eles continuaram a ser levados à força para os seringais, geralmente localizados no curso inferior do rio Negro, onde eram submetidos ao trabalho forçado e vitimados pelas repetidas epidemias de varíola, de sarampo e febres palustres (ver Buchillet, 1995).

Neste período, a exploração da borracha com capital inglês e peruano foi desenvolvida principalmente pela companhia Peruvian Amazon Company (1904), que dominava zonas de seringa no Brasil, Colômbia e Peru, submetendo a trabalhos compulsórios mais de 60.000 índios. Na região do Uaupés, as atividades de brasileiros, colombianos e peruanos se estenderam aos afluentes mais importantes e foram apoiadas pela Casa Arana (1908). A mão-de-obra utilizada pela Casa Arana é fundamentalmente indígena e sua sobre-exploração gera protestos mundiais (ver Correa, 1996: 31-32).

Foi nesta época que se deu o florescimento da cidade de Manaus como centro de comércio e exportação da borracha, dominada pelos "barões da borracha". Para se ter uma idéia do crescimento da cidade, em 1840 Manaus contava com 8.300 habitantes, passando a 70.000 no início do século (ver Meira, 1997).

Os movimentos dos líderes religiosos também recomeçaram. A partir de 1880, um pajé Arapaso do baixo Uaupés, que se fazia chamar Vicente Christo, começou a con-

Oswaldo Cruz também indica em seu relato a continuidade da migração forçada dos índios oriundos da região do alto rio Negro para o médio e baixo, afirmando que "quando os proprietários de seringais do rio Negro têm necessidade de novos fregueses vão procurá-los muitas vezes além de São Gabriel, no rio Caiari [Uaupés], muito habitado, e além, nos limites com a Venezuela" (1913: 16 apud Meira, 1997).

tar que se comunicava com Tupã (Espírito do Trovão) e com os mortos. Pregava o fim da exploração pelos patrões de borracha e sua expulsão da região. Anunciava a chegada de missionários que os protegeriam dos patrões, dos militares e dos comerciantes. Proclamava ainda a chegada de uma nova ordem social, na qual os índios seriam os patrões e os brancos seus escravos. Houve vários outros movimentos deste tipo na região no início deste século, todos reprimidos com violência pelos militares (ver Wright, 1981).

As atividades dos missionários recomeçaram em 1880 com a chegada do frei franciscano Venâncio Zilocchi que se instalou na antiga missão de Taracuá (curso inferior do Uaupés) mas, como já era velho e cansado, ele efetuou poucas viagens na região. Ele foi responsável pela criação de quatro povoados no curso inferior do rio Tiquié. Em 1881, o frei Mathieu Camioni juntou-se a ele e, em 1882, também o frei Giuseppe Illuminato Coppi. Este último instalou-se no povoado Tariana de Ipanoré (baixo Uaupés) onde construiu uma igreja, casas, escola, cadeia e força de polícia. Impôs o sistema de trabalho obrigatório. Os índios deviam consagrar um dia da semana à construção das casas para as autoridades religiosas e militares, da Igreja e da cadeia. Os franciscanos tentaram acabar com as atividades dos pajés locais e passaram a controlar os regatões, que somente podiam comerciar com os índios com sua autorização.

As fontes históricas descrevem o frei Illuminato Coppi como um homem violento, intolerante, não hesitando em ridicularizar os costumes e as crenças indígenas. Em várias ocasiões, ele expôs à vista das mulheres e das crianças as máscaras e os instrumentos de música sagrados, que eram proibidos de ser vistos por elas. Obteve as máscaras e os instrumentos de um índio ameaçando-o de cadeia. A última provocação de Coppi ocorreu no dia 6 de novembro de 1888 em Ipanoré, tendo levado à revolta dos índios do local e à expulsão dos missionários franciscanos.

Coppi convidou as mulheres para uma missa à noite. Requisitou a ajuda do frei Camioni, ordenando a este ficar perto da porta da igreja de modo a impedir a saída delas. Levantando de repente uma máscara de Jurupari, Coppi a mostrou para as mulheres que se puseram a gritar e a tentar fugir. Mas Camioni lhes interditava a porta. Ouvindo os gritos das mulheres, os homens, que tinham ficado do lado de fora da Igreja, correram e conseguiram abri-la. As mulheres aproveitaram para fugir na mata. Os pajés aproximaram-se do padre Coppi para tomar dele as máscaras e os instrumentos de música sagrados. Pelo que parece, um deles tentou atirar nele, sem êxito, visto que a espingarda travou. Aproveitando o momento de confusão que se seguiu, Coppi conseguiu livrar-se dos índios, com golpes de crucifixo, e foi ajudar o padre Camioni que estava lutando com vários outros. Os dois conseguiram fugir e nunca mais voltaram para a região.

De acordo com Coudreau (1887), os pajés impuseram à população de Ipanoré um mês inteiro de jejum, já que as máscaras haviam sido profanadas. Depois da saída dos missionários, os índios abandonaram os centros missionários para voltar às suas malocas. As atividades missionárias na região somente recomeçaram em 1915, com a chegada dos salesianos.

No início deste século, instalou-se na ilha de Bela Vista (baixo rio Uaupés) a família Albuquerque, vinda do nordeste do Brasil. Um dos membros dessa família, Manduca, que recebeu o titulo de Diretor dos Índios pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), ficou tristemente célebre pelos abusos e maus tratos que infligiu aos índios da região. É responsável por vários estupros e mortes de índios. Morreu no Rio de Janeiro com uma doença desconhecida. Conta-se na região que um pajé Desana do rio Tiquié teria feito contra ele uma "cerimônia", provocando-lhe uma doença incurável. Muito doente, Manduca foi buscar tratamento de saúde em Manaus e, em seguida, no Rio de Janeiro onde teria morrido, sem que se conseguisse descobrir a natureza da sua doença (Buchillet, 1990).

Em 1908, o Bispo de Manaus, Dom Frederico Costa, realizou sua viagem pastoral ao alto rio Negro e Uaupés. Em Taracuá, os índios pediram-lhe: - "ajuda-nos ou esses homens vão acabar com a gente!" -, referindo-se não somente aos membros da família Albuquerque e aos comerciantes brasileiros ou colombianos que saqueavam as aldeias indígenas, levando mulheres e crianças como escravos, como também aos militares das bases de Cucuí, Marabitanas e São Gabriel, que organizavam contra os índios várias expedições punitivas, sem que sequer soubessem claramente o motivo delas.

A viagem de Dom Frederico Costa no alto rio Negro foi a origem da criação da Prefeitura Apostólica do Rio Negro em São Gabriel da Cachoeira. A decisão foi tomada pelo Papa Pio X, em 1914, que também atribuiu à Congregação Salesiana de Dom João Bosco a responsabilidade pela catequese dos índios.

O tempo dos internatos salesianos e das missões evangélicas

Quando os salesianos chegaram no alto rio Negro, as populações indígenas desta região estavam à mercê dos comerciantes. O antropólogo Curt Nimuendajú, ao percorrer os rios Içana, Aiari e Uaupés em 1927, relata o clima de terror em que viviam os índios, vítimas dos abusos dos comerciantes colombianos e brasileiros, que mantinham os índios no sistema de patronagem, sendo forçados a pagar dívidas que nunca expiravam e obrigando-os ainda a suportar humilhações e abusos contra suas mulheres.

Descrevendo o povoado de Yutica (localizado no rio Uaupés), este autor fala de um tal *"Antonio Maia, que lá mantém uma taberna e cujos empregados estão cons-*

Curt Unkel nasceu na Alemanha em 1883 e chegou no Brasil em 1903. Recebeu o nome **Nimuendajú** dos índios Apapokuva-Guarani, em 1906. Em 1922, naturalizou-se brasileiro. Entre 1905-1939 visitou vários povos indígenas no Brasil, escrevendo mais de trinta trabalhos. Esteve na região do alto rio Negro em 1927 trabalhando para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

O major Lopes de Sousa **Boanerges** empreendeu, a convite do general Cândido Rondon, a campanha de Inspeção de Fronteiras na área do alto rio Negro, nas divisas com Venezuela e Colômbia, em 1928. Novamente a chamado de Rondon, passa a integrar, em 1945, o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, onde permanece por nove anos. A partir de seus diários da viagem de 1928, publicou, trinta anos depois, um livro sobre a região: *Do Rio Negro ao Orenoco – A Terra, O Homem*.

tantemente em caminho para extorquir nas malocas dos índios o pagamento das "dívidas" do Barreto [comerciante colombiano] e para arrumar novas contas nas costas destes infelizes, a fim de obrigá-los ao serviço do seu patrão. Enquanto assim, os seus empregados afligem as malocas vizinhas. Maia pessoalmente emprega o sistema em Yutica, auxiliado por um certo João Lima, que os índios me indicaram como dos peores estupradores de meninas que afligem as suas malocas" (1950).

Esta situação foi testemunhada por muitos outros viajantes que passaram nesta região, como o antropólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, em sua viagem entre 1903-1905, o bispo de Manaus Dom Frederico Costa, em 1907 e o Marechal Boanerges Lopes de Sousa, em 1928, todos se deparando com os mesmos fatos.

Já a partir de 1914, que é o início da atuação dos salesianos com a viagem de reconhecimento feita pelo pe. Giovanni Balzola, os missionários salesianos passaram a reagir aos abusos dos comerciantes, construir suas missões e interferir na vida dos índios. Assim, conseguiram frear as atividades dos comerciantes, liberando os índios pouco a pouco do trabalho forçado e outros abusos.

A congregação de Dom Bosco se mostrou muito bem organizada, com objetivos e estratégias claras e pessoal bem disposto, bem preparados para as "dificuldades desta

Theodor **Koch-Grünberg,** antropólogo, visitou a região do alto rio Negro entre 1903 e 1905. Passou pela maior parte dos rios Içana, Aiari, Uaupés, Querari, Cuduiari, Tiquié, Pirá-paraná e muitos outros. Deixou um importante trabalho de documentação sobre a cultura material, malocas, as histórias e a situação dos povos indígenas no início deste século. Seu livro foi publicado em alemão pela primeira vez em 1909. Foi traduzido recentemente (1995) para o espanhol, na Colômbia.

Arquivo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira

Os missionários salesianos chegaram ao alto rio Negro em 1914.

missão apostólica". Gradativamente, foi se instalando em pontos cruciais para o controle deste território: inicialmente em São Gabriel (1914), depois em Taracuá (1923), no rio Uaupés, junto à foz do Tiquié, onde já havia uma concentração populacional e era lugar de passagem de quem vinha do rio Tiquié; seguida por Iauareté (1929), na confluência dos rios Uaupés e Papuri ; em Pari-Cachoeira (1940), local até onde o rio Tiquié é navegável por barcos maiores e de uma grande maloca dos Tukano, que já era de certa centralidade no âmbito regional; Tapuruquara ou Santa Isabel (1942); e Assunção do Içana (1952). O antropólogo Nimuendajú, a serviço do SPI, em 1927, transmitiu sua impressão sobre a Missão Salesiana de Taracuá:

> *"A primeira vista se reconhece que se trata de uma empresa que dispõe de recursos suficientes para se estabelecer definitivamente. A igreja é seguramente a melhor de todo o Alto Rio Negro. Ao lado dela levanta-se o solido e espaçoso edificio da missão, com diversas dependências. Num alto, atraz, vê-se o posto meteorológico. Em certo contraste com estas construções modernissimas estão as choças dos índios, em numero de 7, colocadas pela beira do rio e que me pareciam muito inferiores às suas malocas primitivas".*

Nimuendajú, no entanto, embora reconhecesse que, "das quatro calamidades que pesam sobre os índios: colombianos, negociantes brasileiros, delegados egoístas e missionários intolerantes, estes últimos sejam ainda mais facilmente suportáveis", criticou a intolerância dos salesianos em relação aos índios e à cultura indígena.

fotos: Arquivo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira

À direita da igreja, ao fundo, o internato dos meninos, defronte ao qual, aparece o das meninas. Em primeiro plano, a Santa Casa.

Antiga Missão Salesiana (ao lado) no povoado de Taracuá (acima), no rio Uaupés.

fotos: Arquivo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira

Padre José Domitrovich e chefes tukano do Uaupés (1934).

Alunos e missionários do Internato de São Gabriel.

Aula no Internato de Taracuá, rio Uaupés.

D. Pedro Massa, prelado em São Gabriel, com alunos do Internato de Taracuá.

As primeiras décadas da atuação destes missionários foram marcadas por um grande ímpeto e contundência. Sem dúvida, significou uma redução dos abusos dos patrões que até então predominavam. Mas, por outro lado, os salesianos também se serviram do estado de submissão e de temor no qual se encontravam estes povos para implementar seu projeto, supostamente "civilizador". Demonstrando um profundo menosprezo pelas formas de organização e pensamento dos índios, procuraram desde o começo dizimar as manifestações culturais destes povos. Esta postura frente à cultura indígena é facilmente observada nas diversas publicações dos salesianos.

A atuação dos salesianos desde o começo foi baseada na truculência e na perseverança. A truculência da chegada, do anseio em batizá-los e em destruir todos os sinais da diferença. A perseverança em erguer os centros missionários, no esforço de levar as crianças de suas casas para serem educadas nos internatos da Missão. Os salesianos se apoiavam na convicção de que só conseguiriam mudar os índios de maneira eficaz com a ênfase no sistema educacional, voltado para as crianças e jovens, que já era uma marca do trabalho desta congregação.

Consideravam que só lograriam penetrar na consciência dos adultos e velhos através de seus próprios filhos, depois que estes tivessem sido formados numa educação cristã e rigorosa. A eficácia deste método se devia ao fato de que as crianças que iam para as Missões se afastavam de seu lugar de origem e de sua família e eram formadas quase que exclusivamente a partir do ideário e das rotinas da Missão.

A vida das crianças na Missão era marcada por um rigor e disciplina extremos: os horários de todas as atividades eram rígidos e deviam ser obedecidos, a separação dos sexos era absoluta, era expressamente proibido o uso dos idiomas indígenas, até mesmo por aqueles recém-chegados que não falavam uma só palavra do português.

Esta situação condiz com relatos dos índios a respeito de suas experiências como alunos dos salesianos. Alguns contam, hoje em dia, episódios significativos da vida nestas casas. Por exemplo, relatam que num período em que um certo padre alemão ficou como diretor da casa de Pari-Cachoeira as crianças não podiam tomar banho ao acordar, prática indispensável na rotina dos índios. Na igreja havia a divisão dos sexos, cada um ficava de um lado, ao entrar não se podia sequer olhar para o lado e, durante toda a celebração, todos deveriam manter os olhos fixos no oficiante, senão poderiam ser agredidos com tapas ou castigos, e assim por diante. Enfim, tratava-se de um ambiente completamente estranho à realidade local, no qual idéias tais como as de pecado, indecência e infração eram projetadas sobre os atos mais simples.

Os salesianos também insistiram muito, e acabaram tendo êxito, em convencer os índios a abandonarem suas malocas e a se estabelecerem em povoados compostos de casas separadas para cada família, sob os falsos pretextos de promiscuidade sexu-

Para a década de 30, existe um importante registro cinematográfico sobre a região e as florescentes missões salesianas. Trata-se do documentário "Inspectoria de Fronteiras" (60', 1938, Ministério da Guerra), de autoria do major Luís Thomas Reis, realizado no âmbito das atividades da Primeira Comissão Demarcadora de Limites. A Cinemateca Brasileira, em São Paulo, possui cópia deste filme em vídeo.

al e falta de higiene. A destruição da maloca era, aliás, um dos pontos principais do programa de "civilização" e integração, na sociedade nacional, dos índios do alto rio Negro.

Desestimularam também os índios Tukano e Baniwa a praticar os rituais de iniciação masculina, conhecidos na região como rituais de Jurupari. Empreenderam campanhas de difamação e de ridicularização das atividades dos pajés locais, proibiram o consumo de bebidas alucinógenas, tiraram das malocas indígenas enfeites e instrumentos de música cerimoniais. Um exemplo disto é o acervo atual do museu salesiano de Manaus, que inclusive detém várias flautas de Jurupari. Os índios do alto rio Negro se confrontaram, assim, com uma outra forma de violência e desrespeito à sua cultura.

De qualquer forma, em razão da sua instalação permanente no alto rio Negro, e devido ao fato de constituírem, neste período, a única infra-estrutura de assistência aos índios, as Missões Salesianas ampliaram pouco a pouco suas atividades, passando a assumir, por um período, o controle sanitário, da educação e do comércio na região.

O vídeo documentário "A fibra da floresta: extrativismo na Amazônia" (direção de Elizeu Ewald, produção Escom, SP, 1994) registrou o processo de produção e comercialização da piaçava do rio Negro até as fábricas de vassoura no sul do país.

A Segunda Guerra Mundial trouxe de volta o interesse pela borracha e levou a uma nova penetração externa na região. Os índios foram de novo levados para trabalhar nos seringais da Colômbia e da Venezuela. Mais tarde, comerciantes, tanto brasileiros quanto colombianos, passaram a recrutar os índios para explorar outros produtos florestais principalmente piaçava, cipó, castanha, sorva e outros. Como no passado, continuaram a ser explorados pelos brancos. O geógrafo brasileiro José Cândido Carvalho, viajando pelo rio Negro em 1950, testemunhou :

> *"(...) certos brancos exploram demasiadamente os índios, obrigando-os a levarem uma vida de verdadeira escravidão. Vão aos altos rios, contratam índios por três meses e, uma vez no médio ou baixo rio Negro, são os mesmos retidos por três anos ou mais. A alegação é sempre a mesma, i.e., o pagamento de contas inexistentes, forjadas a bico de pena, cheias de menções de bugigangas que mais serviriam para brinquedos de crianças, todas vendidas por preços astronômicos. Essa é, sem duvida alguma, uma das razões mais fortes do despovoamento do médio e baixo rio Negro, preferindo os índios ficar nas cabeceiras dos afluentes do rio, ou embrenhar mata a dentro ou, então, procurar as Missões, onde são, aliás, um número muito reduzido"* (1952).

A situação no Içana se distingue daquela do Uaupés. A criação de missões salesianas nos rios Negro e Uaupés, a partir de 1914, ajudou a controlar a situação de exploração dos índios, mas parece ter tido efeitos mínimos no Içana. A presença direta dos salesianos no Içana só ocorreu a partir dos anos 50. O regime extrativista continuava em operação, intensificando-se durante a Segunda Guerra Mundial, e as histórias de vida Baniwa em grande parte contam de seu trabalho para os patrões.

No final da década de 1940, Sophia Muller, uma missionária evangélica norte-americana da Missão Novas Tribos (MNT), iniciou a evangelização dos Kuripako na Colômbia, estendendo esse trabalho entre os Baniwa do Içana em 1949 e 50. Pelo menos no início, a conversão dos Baniwa ao evangelismo tinha todos os sinais de um movimento milenarista. Com suas mensagens anticatólicas e pregando a redenção e o fim dos sofrimentos, converteu vários grupos indígenas do Içana. Muitos Baniwa consideravam Muller como uma messias, vinham de todos os lados para ouvir a sua pregação e se converter à nova fé.

Muito prejudicados pelo sistema dos patrões e regatões, embora procurassem se manter longe dos brancos, os Baniwa aceitaram o evangelismo como uma forma de resistência à dominação branca. Movimentos milenaristas entre os Baniwa, Tukano e Werekena já haviam ocorrido no século XIX. Alguns líderes messiânicos profetizaram a destruição do mundo por um grande incêndio; outros, a inversão da ordem sócio-econômica existente, após a qual os brancos seriam empregados dos índios. As narrativas orais relativas àquele tempo deixam claro que os messias baniwa colocavam seu poder contra a opressão econômica e a política dos brancos. Os Baniwa lembram Garrido como o patrão mais poderoso de seu tempo, e também se lembram do terror e perseguição dos militares do Forte de Cucuí que, na virada do século, caçavam os índios do Içana e Uaupés para servir de remadores, invadiam malocas, roubavam produtos comerciais dos índios, enganavam trabalhadores indígenas e também faziam contrabando. À semelhança dos seringueiros colombianos do Uaupés dessa época, os militares eram temidos, como provam os registros de aldeias inteiras buscando refúgio em áreas inacessíveis ou fugindo logo que viam surgir um branco.

A chave para a sobrevivência Baniwa estava na sua autonomia em relação à influência devastadora do contato. Neste período foi construída a Missão Salesiana de Assunção, no baixo Içana, na tentativa de conter o avanço evangélico. Não chegou, porém, a influenciar nas comunidades evangélicas a montante. Assim foi produzida uma divisão entre crentes e católicos que perdura até hoje.

As comunidades indígenas evangélicas do Içana integram um sistema denominado Igrejas Bíblicas Unidas, administrado por anciãos e diáconos indígenas, escolhidos localmente. Por trecho do rio, um grupo de comunidades compartilha mensalmente, em sistema de rodízio, de uma Santa Ceia. Semestralmente, ocorrem as “Conferências”, eventos promovidos pelas comunidades de dois trechos contíguos de Santa Ceia e aberta a convidados. A rádio Transmundial transmite semanalmente um programa em baniwa. Em 1998, a MNTB mantinha missionários brasileiros em Tunuí, São Joaquim e Jerusalém.

Beto Ricardo/ISA

Culto dominical na Comunidade Panã-panã, no alto Içana.

O tempo das estradas, do ouro e do Calha Norte

O ano de 1970 foi um marco importante para a história recente da Amazônia brasileira. O governo federal, então controlado pelos militares, anunciou publicamente o *Plano de Integração Nacional (PIN)*, um programa de obras de infra-estrutura com o objetivo de integrar geopoliticamente a região ao resto do país, com efeitos também na região do alto rio Negro.

Entre 1972 e 1975 os primeiros efeitos do PIN apareceram na chamada "Cabeça do Cachorro", com a instalação de postos da Funai e a chegada de militares do Batalhão de Engenharia e Construção e trabalhadores de empresas contratadas para a abertura da BR-307 (ligação entre S. Gabriel e Cucuí) e de um trecho da rodovia Perimetral Norte (BR-210), hoje abandonada. Neste período, a população da cidade de São Gabriel da Cachoeira teria triplicado.

O processo de reconhecimento, ainda que parcial, dos direitos territoriais dos índios do alto e médio rio Negro pelo governo federal, levou 25 anos e custou esforços consideráveis das comunidades indígenas, suas organizações e seus aliados, os quais vicejaram no marco da Constituição Federal promulgada em outubro de 1988. Foi preciso atravessar um período de grande turbulência marcado, a nível regional, por um ciclo de invasões de garimpeiros e empresas de mineração e, a nível nacional, pela resistência de setores militares à demarcação de terras indígenas extensas e contínuas na faixa de fronteira internacional.

A luta pela demarcação no alto rio Negro - Em 1971, lideranças indígenas do Alto Tiquié e Uaupés, incentivadas pelos missionários católicos, começaram a reivindicar a demarcação de suas terras.

As respostas da Funai às reivindicações dos índios do alto rio Negro pelos seus direitos territoriais foram lentas. Em 1975, o antropólogo da Funai Peter Silverwood-Cope propôs a criação de um Território Federal Indígena do Alto Rio Negro, considerando o número de povos e habitantes indígenas da região e apoiado no artigo 26 do Estatuto do Índio (Lei n° 6.00173). Mas esta proposta não prosperou. Em 1979, baseada na divisão paroquial instaurada pelos salesianos, a Funai declarou de "ocupação indígena", mas não demarcou, três áreas contíguas: Pari-Cachoeira (1.020.000 ha), Iauareté (990.000 ha) e Içana-Aiari (896.000 ha). Neste mesmo ano, lideranças do Tiquié encaminharam para a Funai uma proposta de delimitação do alto rio Negro como área única, o que foi reiterado em 1981, com o apoio técnico da antropóloga Dominique Buchillet.

Enquanto as reivindicações indígenas sumiam em Brasília, duas novidades trariam mudanças de fato para a vida de muitas comunidades da região: o fechamento dos internatos salesianos e a "descoberta" de ouro na Serra do Traíra.

Em 1979, com o corte das verbas federais, os salesianos decidiram desativar o sistema de internatos. O processo de colapso dos internatos levou alguns anos. O primeiro a ser fechado foi o internato masculino da sede da missão em São Gabriel da Cachoeira. Em 1984, um relatório da missão salesiana registrava ainda 501 alunos internos. Entre 1985 e 1987 foram fechados os internatos de Iauareté, Taracuá, Pari-Cachoeira e Assunção do Içana, assim como o feminino de São Gabriel.

Vincent Carelli/acervo ISA

D. Miguel Alagna, prelado de São Gabriel, fotografado em seu gabinete (1987), tendo ao fundo um retrato do brigadeiro Eduardo Gomes. Durante seu mandato episcopal, os internatos foram fechados e cessou o binômio FAB-missões. Seu sucessor, d. Valter Ivan Azevedo, que assumiu em 1988, deu novo rumo às atividades da Igreja Católica na região, embora a maioria dos missionários esteja dedicada às atividades nas áreas de educação escolar e atendimento de saúde. Em 1998, a Diocese de São Gabriel contava com 16 padres, dos quais dez salesianos, oito irmãos, cinco seminaristas e 39 freiras. Entre 1992 e 1998, foram ordenados quatro padres indígenas.

O outro fato foi a descoberta de ouro na Serra do Traíra por índios Tukano do Tiquié, em 1983, dando início a uma "febre" que se alastrou por vários pontos da região por mais de uma década, deslocando índios e atraindo, inicialmente, garimpeiros de outras partes do país e moradores de São Gabriel e, em seguida, empresas de mineração, que invadiram a Serra do Taíra e a região do alto Içana.

Os impactos dessas mudanças se fizeram sentir, por exemplo, no rápido crescimento da população da cidade de São Gabriel da Cachoeira a qual teria duplicado, passando para 4.500 habitantes, segundo estimativas de agosto de 1985. O "inchaço" de São Gabriel se deveu, em parte ao efeitos colaterais da "febre" do ouro, mas também ao fato de que, privadas dos internatos, muitas famílias tiveram que "abrir" casas na cidade para abrigar seus filhos durante o ano letivo.

Nas comunidades do Tiquié, por exemplo, virou rotina o fluxo constante de homens em direção à Serra do Traíra. Nos períodos de férias escolares, as excursões ao garimpo incluíam mulheres e crianças.

Em outubro de 1985 surgiu o primeiro conflito grave na Serra do Traíra, quando índios mataram três garimpeiros, depois de várias tentativas de negociações pacíficas. Com a entrada em cena de empresas de mineração, o formato dos conflitos rapidamente se alterou. A Paranapanema e a GoldAmazon tinham seus interesses protocolados junto ao Departamento de Produção Mineral (DNPM) em Brasília e contavam com o apoio de autoridades federais e estaduais. No campo, mantinham milícias privadas para controlar suas áreas de interesse e afastar os garimpeiros, o que contribuiu para obterem o apoio de lideranças indígenas.

Diante desta situação de disputa entre mineradoras e garimpeiros pela Serra do Traíra, considerada na época a nova galinha dos ovos de ouro depois de Serra Pelada

no Pará, os índios continuavam reclamando a demarcação de suas terras. O governo federal, porém, nada decidia. Aliás, já em 1982, uma comissão militar, em visita à região, havia revelado aos índios que o Exército se opunha à demarcação de terras indígenas localizadas na faixa de 60 km da fronteira internacional. Foi o primeiro sinal de uma dificuldade que levaria mais de dez anos para ser superada na cúpula do governo federal.

Nesse quadro, a Funai se limitava a prosseguir os estudos para a identificação das áreas indígenas da região do alto rio Negro: em 1984, fez uma proposta de delimitação de Taracuá (1.616.000 ha), em 1985, do Cubate (1.023.000 ha) e do Içana-Xié (480.000 ha). Ainda em 1985, foi proposta a inclusão, na Área Indígena Pari-Cachoeira, da região da Serra do Traíra, reconhecida como de posse permanente dos índios Maku, cuja superfície passou a ser, então, de 2.069.000 ha.

Aos poucos, os técnicos e a direção da Funai acolhiam o que era óbvio para os índios: a necessidade do governo federal reconhecer e demarcar uma terra extensa e contínua, que abarcasse o alto rio Negro e seus principais formadores.

Em janeiro de 1985, índios de várias etnias reunidos em Taracuá encaminharam uma nova proposta de delimitação da região do alto rio Negro (com 8.150.000 ha). No mesmo ano, um Grupo de Trabalho da Funai elaborou uma proposta de delimitação da região do alto rio Negro como reserva indígena contínua com idêntica superfície. Essa proposta foi ratificada no ano de 1986 por outro GT-Funai.

Mas enquanto crescia a mobilização indígena, apoiada por setores democráticos da sociedade brasileira, em tempo de pré Assembléia Nacional Constituinte, e as propostas da Funai para o alto rio Negro coincidiam com a área única reivindicada pelos índios, cresciam as resistências dos setores militares e as dificuldades para que uma decisão favorável fosse tomada pelo governo federal.

Em 1986, cada vez mais se fazia sentir a presença do Conselho de Segurança Nacional (CSN) nas decisões referentes ao ordenamento territorial e à política fundiária federal na Amazônia. O poder administrativo de decisão da Funai foi esvaziado e houve um bloqueio das demarcações de terras indígenas extensas e contínuas situadas na faixa de fronteira.

A estratégia militar na época era reconhecer os direitos territoriais indígenas reduzindo-os às áreas "permanentemente ocupadas" pelos índios, isto é, as aldeias e o seu entorno, e diminuindo ao máximo a "aderência" das terras indígenas à linha da fronteira internacional. Dessa maneira, seriam abertos "espaços" para a ocupação das fronteiras por outros segmentos da população nacional. Essa tese seria derrotada no Congresso Nacional e o texto finalmente aprovado e incluído na Constituição Federal promulgada em outubro de 1988, consagrava o princípio de que os índios têm direitos

originários e usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo ao Estado reconhecê-las e demarcá-las.

Mas enquanto se formulava e se debatia a nova Constituição em Brasília, a região do alto rio Negro foi o principal laboratório dos militares para a implantação, na prática, da estratégia de demarcar, reduzindo e fragmentando, as terras indígenas na faixa de fronteira. Durante os anos de 1986 e 1987, ocorreu um intenso processo de negociação, entre a cúpula do CSN e os Tukano do Tiquié, o qual culminou com a realização de uma grande assembléia de lideranças, em abril de 87.

No dia 4 de junho de 1986, os líderes indígenas da Associação da União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié (Ucirt), se reuniram, em Brasília, com o gal. Bayma Denys (secretário geral do CSN), o ministro do Interior (Ronaldo Costa Couto) e o presidente da Funai (Romero Jucá Filho) e reivindicaram, mais uma vez, a demarcação das suas terras como área contínua. O CSN rechaçou a proposta, argumentando que era impossível demarcar terras indígenas na faixa, agora de 150 km, de fronteira internacional, por razão de segurança nacional, assim como em função do (avançado) "estado de aculturação" dos índios. Propôs, então, aos líderes indígenas, a criação de "Colônias Agrícolas Indígenas", onde cada família teria um lote, com seu título de propriedade. A proposta do CSN foi discutida e refutada em uma assembléia extraordinária convocada pela Ucirt, nos dias 8 e 9 de junho de 1986.

No final de abril de 1987, mais de 300 líderes indígenas de várias etnias reuniam-se em São Gabriel da Cachoeira, na II Assembléia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro, com o apoio financeiro do CSN e a presença de representantes do governo federal (em particular do CSN), do governo do Estado, da Igreja Católica, de empresas mineradoras, assim como membros de organizações indigenistas. Em pauta três assuntos principais: o recém-chegado Projeto Calha Norte (PCN), as atividades das empresas de mineração e a regularização das terras indígenas.

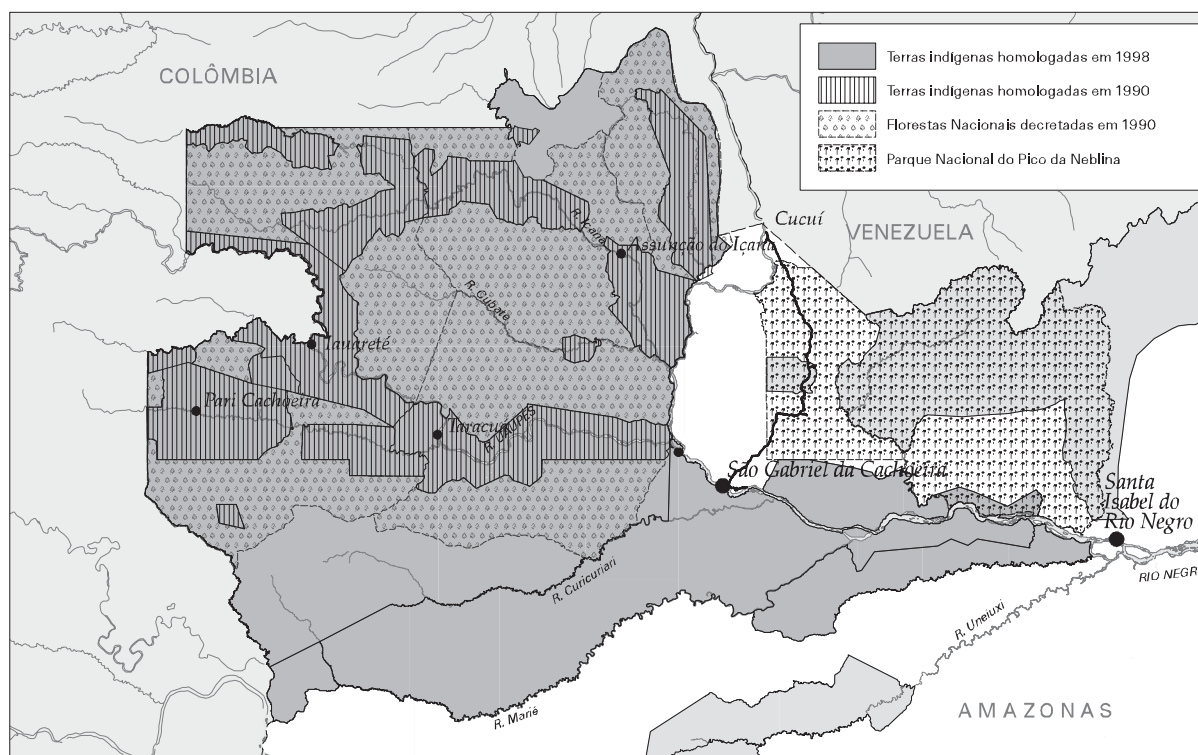
Beto Ricardo/ISA

II Assembléia dos Povos Indígenas do Rio Negro em São Gabriel (abril/87): fundação da FOIRN.

Apesar das divergências sobre as promessas de benefícios sociais do PCN, a Assembléia Indígena foi unânime em reivindicar a demarcação urgente de uma área única do alto rio Negro, recusando a proposta do CSN de dividir a área em Colônias Agrícolas Indígenas e introduzir colonos não-indígenas. Nessa ocasião, foi fundada a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), cuja missão principal era lutar pela demarcação da área única.

Diante do impasse, o CSN recuou e propôs uma solução intermediária, aceita pelos líderes da Ucirt, no Tiquié: o governo federal reconheceria terras indígenas como um mosaico composto por Colônias Indígenas e por Florestas Nacionais (Flonas). Ou seja, as Áreas Indígenas seriam " ilhas" (isto é, Colônias) interligadas por Florestas Nacionais, nas quais os índios poderiam explorar os recursos naturais ou autorizar que terceiros o fizessem. Em troca, o governo federal prometia aos "índios aculturados" assistência técnica e econômica.

O CSN usou os mesmos argumentos para convencer líderes indígenas das outras áreas do alto rio Negro a aceitar a fórmula das áreas-mosaico. Foram criados vários grupos de trabalho, com representantes da Funai, do Iteram, do Incra, do IBDF, do Exér-

cito, do CSN, assim como das comunidades indígenas (servindo como intérpretes), para proceder ao levantamento de dados sócio-econômicos "com vistas à demarcação e definição das atividades a serem incrementadas com recursos do Projeto Calha Norte" nas Áreas Indígenas Pari-Cachoeira, Taracuá , Iauareté, Içana-Aiari, Içana-Xié, Cubate e Balaio. Desses diferentes levantamentos de dados sócio-econômicos, realizados nos anos de 1987 e 1988, resultou o fracionamento da região do alto rio Negro em duas Áreas Indígenas, 12 Colônias Indígenas e 11 Flonas.

Essas propostas foram confirmadas mais tarde, através de portarias interministeriais: a Portaria n° 012, de 26 de janeiro de 1988, declarou como de "posse permanente" dos índios das famílias lingüísticas Tukano oriental e Maku a Terra Indígena de Pari-Cachoeira (com a superfície total de 1.152.000 ha), subdividida em três Colônias Indígenas e duas Flonas, excluindo a maior parte da Serra do Traíra. Nos dias 6 e 7 de março de 1989, mais cinco portarias (n°s 25 a 29) delimitaram duas Áreas Indígenas destinadas aos "índios não aculturados", nove Colônias Indígenas (para os "índios aculturados") e nove Flonas.

Porém, no final do ano, uma nova portaria interministerial (n° 088, de 29/11/89) implodiu unilateralmente a precária "unidade" do mosaico negociado com os índios, modificando a delimitação da "Terra Indígena Pari-Cachoeira" e passando a reconhecer de "posse permanente" dos índios somente a superfície das três Colônias Indígenas, agora transformadas em "Áreas Indígenas".

No dia 23 de novembro de 1989, os decretos presidenciais n°s 98.437, 98.438 e 98.439, homologaram a demarcação administrativa de três Áreas Indígenas em Pari Cachoeira (Pari-Cachoeira I, II e III); e o decreto presidencial n° 98.440 criava as Flonas Pari-Cachoeira I e II. No dia 9 de março de 1990, onze decretos presidenciais (n°s 99.094 a 99.104) homologaram a demarcação administrativa de áreas indígenas nas antigas reservas de Iauareté, Taracuá, Içana-Xié, Içana-Aiari e Cubate. Como no caso de Pari-Cachoeira, as Colônias Indígenas foram transformadas em Áreas Indígenas. Por fim, no mesmo dia, nove decretos presidenciais (n°s 99.105 a 99.113) criaram as Florestas Nacionais Cubate, Urucu, Xié, Içana-Aiari, Cuiari, Içana, Piraiauara, Taracuá I e Taracuá II.

Dessa forma, a demarcação das terras indígenas do alto rio Negro, empreendida no tempo do PCN, resultou numa redução drástica dos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal de 1988, pois somente reconheceu o usufruto exclusivo dos índios sobre "ilhas" descontínuas as quais, somadas, totalizavam uma superfície de 2.600.594 ha, ou seja, aproximadamente 32% das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios do alto rio Negro e já reconhecidas pela Funai em 1985 e 1986.

As "ilhas" chegaram a ser demarcadas fisicamente, porém a maioria dos marcos de concreto colocados pelo Exército foram arrancados pelos índios e jogados nos rios.

Os direitos indígenas na Constituição Federal

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada pelo Congresso Nacional em 5 de outubro de 1988, estabelece direitos dos povos indígenas através de um Capítulo específico “Dos Índios” no Título “Da Ordem Social” e outros dispositivos:

Capítulo VIII – “Dos Índios”

art. 231 **–** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º **-** São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
§ 2º **-** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
§ 3º **-** O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados das lavras, na forma da lei.
§ 4º **-** As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.
§ 5º **-** É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
§ 6º **-** São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser a lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.
§ 7º **-** Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.
art. 232 **–** Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

OUTROS DISPOSITIVOS

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo II – Da União

art. 20 **–** São bens da União:
XI **–** as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
art. 22 **–** Compete privativamente à União legislar sobre:
XIV **–** populações indígenas.

TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo I – Do Poder Legislativo - Seção II – Das Atribuições do Congresso Nacional

art. 49 – É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

Capítulo III – Do Poder Judiciário - Seção IV – Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

art. 109 – Aos juízes federais compete processar e julgar:

XI – a disputa sobre direitos indígenas

Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça - Seção I – Do Ministério Público

art. 129 – São funções institucionais do Ministério Público:

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

TÍTULO VII – DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

art. 176 – As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o caput deste artigo somente poderão ser efetuados mediante a autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL

Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto - Seção I – Da Educação

art. 210 – Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Seção II – Da Cultura

art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

"ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS"

art. 67 – A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

O tempo das organizações indígenas e a demarcação das terras

A reação indígena não se limitou a destruir os marcos das "ilhas". Através de suas nascentes organizações, os índios foram reclamar na Justiça, valendo-se dos dispositivos da nova Constituição Federal em vigor.

Em 1990, acolhendo os protestos e reivindicações encaminhados pelas associações indígenas filiadas à FOIRN, e com base no laudo antropológico de D. Buchillet, o Ministério Público Federal propôs uma Ação Declaratória (nº 271-AD 90.3970-3), perante a Justiça Federal em Brasília, contra a União Federal, Funai e Ibama, com o objetivo de reconhecer a ocupação tradicional dos índios do alto rio Negro sobre uma área contínua com 8.150.000 ha, de acordo com as propostas da Funai (1985/86). Pedia-se também a revogação dos decretos que criaram as 14 Áreas Indígenas e as 11 Flonas.

Em 1992, o juiz da 8ª Vara Federal, dr. Iran Velasco, encarregado de julgar a Ação Declaratória, requereu uma perícia antropológica, indagando sobre a época de ocupação indígena da região, a população indígena atual, o grau e as modalidades de relacionamento entre as diferentes etnias, a importância do habitat natural para a auto-sustentação dos povos da região, o impacto da presença militar, dos garimpeiros e demais atividades econômicas sobre os padrões de vida e costumes tradicionais, e o impacto da criação das Florestas Nacionais. O laudo final da antropóloga da Funai Maria Auxiliadora Cruz de Sá Leão, baseado numa viagem realizada entre maio e junho de 1992, com a antropóloga D. Buchillet, incluía um mapa demonstrativo da ocupação e utilização sócio-econômica da área pela população indígena, um mapa da localização dos povoados dos grupos indígenas de fala Tukano Oriental, Aruak e Maku e outro demonstrativo das áreas de ocupação/moradia e de utilização sócio-econômica indígena das áreas denominadas pelo governo federal como Flonas.

Em 1991, abriu-se um novo caminho legal para a revisão das "ilhas" demarcadas no alto rio Negro até 1989, com a definição de uma nova sistemática de demarcação de terras indígenas pelo governo do então presidente Fernando Collor de Mello. Entre os novos procedimentos administrativos para as demarcações previstos pelo Decreto nº 22 (de 4 de fevereiro de 1991), o artigo 3º estabelecia que os trabalhos de identificação e demarcação realizados até então poderiam ser considerados somente com a aprovação dos grupos indígenas interessados e, em seu artigo 11º, facultava ao órgão federal de assistência a revisão das terras indígenas aprovadas ou demarcadas com base na legislação anterior.

Desse modo, em maio de 1992, o então presidente da Funai, Sidney Possuelo, assinaria um despacho aprovando as conclusões de um novo parecer técnico preparado por antropólogos do órgão que reunificava as Áreas Indígenas descontínuas, bem como englobava em sua superfície as áreas das Flonas, estabelecendo mais uma vez

os limites da chamada Área Indígena Alto Rio Negro, conforme o desejo dos índios.

Em junho de 1992, lideranças indígenas do rio Negro estiveram na Funai e na Procuradoria Geral da República buscando agilizar o processo de demarcação da AI Alto Rio Negro. Durante o encontro com o procurador da República Aristides Junqueira, o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Bráz de Oliveira França, entregou-lhe uma carta a ser encaminhada ao presidente da República, solicitando a demarcação imediata dos oito milhões de hectares que compõem a Área do Alto Rio Negro: "Nós não queremos que os militares diminuam nossas terras e nos tratem como pessoas sem capacidade. Nossa terra não se chama Flona".

Os índios signatários da carta reivindicaram a demarcação do alto rio Negro como área única e a revogação dos decretos que criaram as Flonas, argumentando que: "quando os militares chegaram, prometeram demarcação, transporte, saúde, barcos, postos de saúde e projetos econômicos que nos dariam rendimentos; falaram também sobre a terra, que partiriam em pedacinhos, um para cada povo, ficando todos com os índios". Somente depois os índios vieram a saber que os "pedacinhos" chamados Flonas haviam sido efetivamente subtraídos de suas terras.

FOIRN e associações filiadas

Beto Ricardo/ISA

FOIRN (1987) - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

AAISARN (1996) - Associação dos Agentes Indígenas de Saúde do Alto Rio Negro

Alto Rio Negro e Xié

ACIRNE (1988) - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro

ACIRX (1989) - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié

AIP (1989) - Associação Indígena Potyra-Kapuano

AINBAL (1991) - Associação Indígena do Balaio

Médio Rio Negro

ACIBRN (1990) - Associação das Comunidades Indígenas do baixo Rio Negro

CACIR (1993) - Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas

ACIMRN (1995) - Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro

Rio Içana e Aiari

ACIRI (1988) - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana

AMAI (1990) - Associação das Mulheres de Assunção do Içana

OIBI (1992) - Organização Indígena da Bacia do Içana

ACIRA (1995) - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Aiari

UNIBI (1997) - União das Nações Indígenas do Baixo Içana

Baixo Rio Uaupés e Tiquié

ACITRUT (1986) - Associação das Comunidades Indígenas de Taracuá, Rios Uaupés e Tiquié

AMITRUT (1989) - Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié

UNIRT (1990) - União das Nações Indígenas do Rio Tiquié

ACIRU (1991) - Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari

CRETIART (1992) - Conselho Regional das Tribos Indígenas do Alto Rio Tiquié

CIPAC (1995) - Comunidade Indígena Pari-Cachoeira

OIBV (1996) - Organização Indígena de Bela Vista

Alto Rio Uaupés e Papuri

UNIDI (1988) - União das Nações Indígenas do Distrito de Iauareté

AMIDI (1994) - Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauareté

ONIMRP (1994) - Organizações Indígenas do Médio Rio Papuri

UNIARP (1994) - União das Organizações Indígenas do Alto Rio Papuri

UNIRVA (1996) - União das Nações Indígenas do Rio Vaupés Acima

OICI (1997) - Organização Indígena do Centro Iauareté

ATIDI (1997) - Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauareté

COIDI (1997) - Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté

Com o encaminhamento do despacho do presidente da Funai ao Ministério da Justiça, a responsabilidade quanto ao andamento do processo do alto rio Negro passou às mãos do ministro da Justiça, o qual detinha o poder para assinar uma portaria declarando a área como de posse permanente indígena para fins de demarcação.

Já no governo de Itamar Franco, em agosto de 1993 - mais de um ano após a publicação do Despacho do presidente da Funai no Diário Oficial da União -, o então ministro da Justiça Maurício Correa viria a encaminhar uma Exposição de Motivos à Presidência da República, na qual recomendava a revisão administrativa da demarcação das terras indígenas no alto rio Negro para anular os atos anteriores que criaram as "ilhas" e as Flonas.

Paralelamente, a Advocacia Geral da União foi também chamada pelo Ministério da Justiça a dar um parecer sobre a possibilidade de demarcação de Áreas Indígenas contínuas na faixa de fronteira. Durante o ano eleitoral de 1994 e o primeiro ano do governo FHC pouco se fez com relação à demarcação de terras indígenas no Brasil como um todo e o caso do rio Negro ficou novamente paralisado.

Beto Ricardo/ISA

Radar da Aeronáutica em São Gabriel da Cachoeira, que fará parte do Sivam.

Em outubro de 1995, em passagem pela cidade de São Gabriel da Cachoeira para a inauguração da unidade local do Sivam, o ministro da Justiça do novo governo, Nelson Jobim, acompanhado de Márcio Santilli, então presidente da Funai, reuniu-se com as lideranças indígenas do rio Negro na sede da FOIRN. Nessa ocasião, o ministro ficou sabendo que, em março, a FOIRN havia feito um acordo com o Ministério da Aeronáutica/SAE e Funai, cedendo uma parcela a noroeste da TI Médio Rio Negro II para construção de uma mini-hidrelétrica, em troca de apoio para a demarcação das terras.

O ministro também antecipou o parecer da Advocacia Geral da União e assegurou que não havia qualquer impedimento jurídico quanto à demarcação de Áreas Indígenas em zonas de fronteira, ressalvando que, assim como uma propriedade privada, uma área de domínio público localizada na fronteira estaria sujeita a limitações relativas à defesa do território nacional. Ficaria assegurada, por exemplo, a possibilidade de realização de operações militares nessas áreas.

O ministro Jobim prometeu visitar o rio Negro outra vez para tirar dúvidas sobre a extensão das delimitações propostas pela Funai, especialmente as terras do médio rio Negro (ver adiante). Porém, esta visita não aconteceu. Em Brasília, o ministro procedeu a consultas ao alto escalão militar e tomou a decisão, finalmente, de reconhecer os direitos territoriais dos índios do alto e médio rio Negro, submetendo as propostas de delimitação ao chamado direito de contestação previsto no polêmico Decreto 1.775 (de 06/01/96), de sua autoria.

A definição das Terras do médio rio Negro, Téa e Apapóris – A luta pela demarcação das Terras Indígenas do médio rio Negro, rio Téa e Apapóris começou bem mais tarde do que na região dos formadores do alto rio Negro e passou por um movimento de afirmação da identidade étnica de comunidades consideradas pelas autoridades federais como "caboclas".

Paulo Santos/Interfoto

Foz do Curicuriari: "nós também somos índios"!

O movimento indígena começou a despontar na região do médio rio Negro, abaixo de São Gabriel, no final dos anos 80, depois da fundação da FOIRN. Em outubro de 1990, a II Assembléia da ACIBRN, na foz do Curicuriari, colocou em pauta o reconhecimento dos direitos territoriais e a situação das invasões garimpeiras. No final do ano, o antropólogo Márcio Meira, do Museu Göeldi, a serviço da Procuradoria Geral da República, fez um levantamento na calha do rio Negro, entre a foz do Uaupés e Santa Isabel. Registrou 66 sítios e comunidades indígenas, com 2.241 pessoas e fez uma proposta para a demarcação da Terra Indígena Médio Rio Negro com 2.142.000 hectares.

Em seguida à realização deste trabalho, o MPF propôs, a exemplo do que fizera com relação ao alto rio Negro, uma Ação Declaratória contra a União Federal e a Funai pelo reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades indígenas da região. A Funai saiu do imobilismo e instituiu um Grupo de Trabalho, incluindo os antropólogos Ana Gita de Oliveira (coordenadora), Jorge Pozzobon e Márcio Meira, que viajaram pela região ao longo do mês de janeiro de 1994, realizando reuniões em várias comunidades. Um GT complementar esteve na região do rio Apapóris em abril de 1994. O Relatório Antropológico, entregue à Funai em junho, recomendava a demarcação de três terras contíguas: TI Médio Rio Negro (Processo Funai/BSB/1564/94); TI Rio Téa (Processo Funai/BSB/1565/94) e TI Rio Apapóris (Processo Funai/BSB/1563/94), o que foi encampado pela presidência da Funai com a publicação no Diário Oficial da União de 22/08/94 dos despachos números 36, 37 e 38.

Essa primeira metade da década de 90 foi marcada, no médio rio Negro, por invasões garimpeiras que desestabilizaram a vida de várias comunidades. Até 1991,

as invasões garimpeiras estavam localizadas no Pico da Neblina, passando pelo médio rio Negro e subindo pelo Cauaburi, além dos focos na Serra do Traíra, via Curicuriari, e no alto Içana.

Em 1992, os garimpeiros passaram a explorar o leito do Cauaburi, em direção ao rio Negro. Em novembro, uma comissão criada pela prefeitura de São Gabriel da Cachoeira constatou a presença de 200 balsas no Cauaburi, operadas por 2.500 garimpeiros que tinham o apoio do prefeito de Santa Isabel e utilizavam mercúrio, provocavam desmatamento e produziam lixo, entre outras conseqüências nefastas. Uma operação da Polícia Federal retirou os garimpeiros do Cauaburi, mas logo eles voltaram e se instalaram no médio rio Negro.

Em janeiro de 1993, a invasão garimpeira no médio rio Negro estava consolidada, com mais de 350 balsas e dragas entre a foz do Cauaburi e o Marié. Vila Nova e Bacabal, comunidades de içaneiros evangélicos, foram ocupadas por garimpeiros. Em setembro, nova operação da PF retirou os garimpeiros e novas invasões, de menor escala, têm ocorrido de maneira crônica.

As decisões do governo federal – Finalmente, entre dezembro de 1995 e maio de 1996, o ministro de Estado da Justiça, Nelson Jobim, declarou de posse permanente dos índios e determinou à Funai a demarcação administrativa de cinco Terras Indígenas contíguas na região do alto e médio rio Negro, situadas nos municípios amazonenses de São Gabriel da Cachoeira, Japurá e Santa Isabel:

Terra Indígena Médio Rio Negro I (Portaria nº 1.558, de 13/12/95);

Terra Indígena Médio Rio Negro II (Portaria nº 1.559, de 13/12/95);

Terra Indígena Rio Téa (Portaria nº 106, de 13/02/96);

Terra Indígena Rio Apapóris (Portaria nº 313, de 17/05/96); e

Terra Indígena Alto Rio Negro (Portaria nº 301, de 17/05/96).

O governo do Estado do Amazonas contestou judicialmente quatro das cinco Terras, através de mandado de segurança impetrado junto ao STJ, em 30/11/94, antes mesmo da edição das portarias declaratórias. O STJ concedeu liminar paralisando o processo, mas depois julgou contra o pedido do Estado do Amazonas, liberando a demarcação. O Estado do Amazonas recorreu da decisão ao STF e obteve outra liminar. A Comunidade Indígena Curicuriari habilitou-se nos autos, através dos advogados do ISA, solicitou e obteve uma decisão judicial liberando a demarcação.

Depois do Decreto 1.775, apenas a Terra Médio Rio Negro I sofreu contestação da parte da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, em 1996, considerada sem fundamento pelo Ministério da Justiça.

A demarcação física e a homologação – Superadas todas as dificuldades políticas e administrativas, em junho de 1996 a Funai convocou uma reunião, realizada na sede da FOIRN, em São Gabriel, para tratar de questões preliminares e do modelo de demarcação física das cinco Terras Indígenas reconhecidas oficialmente.

Nessa ocasião, algumas recomendações da FOIRN e do Instituto Socioambiental (ISA) foram aceitas pela Funai: (1) como se trata de uma "área única" formada por terras contíguas, a demarcação física deveria ser feita considerando os limites externos do polígono formado pelas cinco terras e o fato de que a maior parte desses limites coincide com a linha de fronteira internacional Brasil/Colômbia, já demarcada; (2) não havia necessidade de se abrir picadas nos cerca de 238 km de linhas secas existentes nos limites internos entre as terras indígenas, como também na área de superposição e nas linhas limítrofes comuns, entre a Terra Indígena Médio Rio Negro II e o Parque Nacional do Pico da Neblina; (3) o processo de demarcação deveria ser mobilizador e participativo em todos os níveis, incluindo reuniões nas comunidades, produção de material informativo e o aproveitamento de mão-de-obra indígena.

Pedro Martinelli, abr. 97

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em visita a S. Gabriel em agosto de 96, recebeu da diretoria da FOIRN o pedido para que o governo federal agilizasse a demarcação (1), cujo processo teve início com uma apresentação pública durante a Semana do Índio, em abril de 97 (3). Durante todo o ano, através de 21 frentes de trabalho, equipes FOIRN/ISA visitaram todas as comunidades das terras em demarcação (2, 4 e 5).

(1)

Lula Marques/Folha Imagem

(3)

JP Capobianco/ISA, abr. 97

(4)

Pedro Martinelli, out. 97

(2)

Pedro Martinelli, out. 97

(5)

Paulo Santos/Interfoto, jul/97

A participação indígena no processo de demarcação se deu em todos os níveis: na Coordenação Geral, na Coordenação Operacional e nas atividades de campo, com a abertura de picadas e plaqueamento (6 e 8). Uma empresa contratada pela Funai fez o rastreamento dos pontos geodésicos (7). Todas as comunidades receberam cópia e puderam conferir o mapa das terras em demarcação (9), cujos decretos de homologação foram entregues pelo ministro da Justiça, Renan Calheiros, em plena Assembléia da FOIRN, em abril de 98 (10).

(6)
Beto Ricardo/ISA

(7)
Luís Antônio dos Santos

(8)
Paulo Santos/Interfoto, jul/97

(9)
Beto Ricardo/ISA

(10)
Beto Ricardo/ISA

A Funai de Brasília abriu mão da administração direta da demarcação e, diante desta situação, a FOIRN se manifestou oficialmente, em agosto de 1996, indicando o Instituto Sociambiental para assumir a tarefa. No mesmo período, em visita às instalações militares em São Gabriel da Cachoeira, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, recebeu das mãos do então presidente da FOIRN, Braz França Baré, no dia 23/08, uma carta solicitando que o governo federal agilizasse os trâmites para a demarcação física e homologação das cinco terras indígenas da região.

Atendendo solicitação da Funai, o ISA e a FOIRN formularam um projeto denominado *Consolidação da Demarcação Física e Formulação de um Plano de Proteção e Fiscalização*, o qual foi apresentado e negociado diretamente com a sede do órgão em Brasília, durante o segundo semestre de 1996, no quadro do *Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal* (PPTAL) do *Programa Piloto para as Florestas Tropicais do Brasil* (PP-G7).

Resultou um modelo de demarcação dividido em duas partes. Coube a uma empresa, contratada pela Funai, o rastreamento e materialização de 38 pontos geodésicos, com a abertura de clareiras e colocação de marcos e placas, e coube ao ISA/FOIRN e associações filiadas a execução de um conjunto de atividades de consolidação, incluindo o plaqueamento dos pontos de acesso, a abertura de picadas e colocação de marcos nas linhas secas e a mobilização e informação das comunidades indígenas e da sociedade envolvente. Estas atividades foram organizadas em 21 frentes de trabalho e realizadas entre abril de 1997 e abril de 1998.

Finalmente, no dia 15 de abril de 1998, durante a VI Assembléia Geral da FOIRN, em São Gabriel da Cachoeira, o ministro da Justiça entregou os decretos de homologação das cinco terras indígenas demarcadas, o que foi comemorado pelas lideranças como uma vitória histórica.

Concluída esta etapa, a FOIRN e associações filiadas, com apoio de várias parcerias, passaram a se dedicar ao grande desafio de construir um programa de etnodesenvolvimento de longo prazo para a região do alto e médio Rio Negro, com atividades de proteção, fiscalização, capacitação técnica, expressão cultural e sustentabilidade das comunidades indígenas (manejo agroflorestal, piscicultura, comercialização de artesanato e outros produtos, implantação de escolas indígenas, capacitação de agentes indígenas de saúde, publicação de trabalhos de autores indígenas e outras).

Leituras recomendadas

BUCHILLET, D., (1995) “Contas de vidro, enfeites de branco e ‘potes de malária’”. **Série Antropologia.** Brasília : Depto. de Antropologia, UnB.

MEIRA, M. (org.), (1994) **Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia**. São Paulo : NHII-USP/ Fapesp.

RICARDO, B. (ed.) (1991) Capítulo “Noroeste Amazônico”. In **Povos Indígenas no Brasil – 1987/ 1990**. São Paulo : ISA.

RICARDO, B. (ed.) (1996) Capítulo “Noroeste Amazônico”. In **Povos Indígenas no Brasil – 1991/ 1995**. São Paulo : ISA.

WRIGHT, R. (1992) “História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas”. In Carneiro da Cunha, M., **História dos Índios no Brasil**. São Paulo : Fapesp/Companhia das Letras/SMC-SP, pp. 253-266.

WRIGHT, R. (no prelo) No tempo da Sofia: história e cosmologia da conversão Baniwa. In **Religiões Indígenas e Cristianismo no Brasil. Perspectivas Antropológicas**. Campinas : Editora da Unicamp.

Diário Oficial
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
IMPRENSA NACIONAL BRASÍLIA — DF

DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 1998

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Alto Rio Negro, localizada nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e no art. 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente dos grupos indígenas Tukano, Desana, Kubeo, Wanáno, Tuyuca, Pira-Tapuia, Miriti-Tapuia, Arapaço, Karapanã, Bará, Siriano, Makuna, Baniwa, Kuripako, Baré, Warekena, Tariano, Maku-Dâw, Maku-Hupdâ, Maku-Yuhupdâ e Maku-Nadâb, a seguir descrita:

a Terra Indígena denominada ALTO RIO NEGRO, com superfície de sete milhões, novecentos e noventa e nove mil, trezentos e oitenta e um hectares, dezesseis ares e oitenta e três centiares e perímetro de um milhão, novecentos e cinco mil, novecentos e sessenta metros e sessenta e três centímetros, situada nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá, Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites: OESTE/NORTE: partindo do Ponto Digitalizado PD 09, de coordenadas geográficas 01°05'07,76" S e 69°24'57,33" WGr, localizado na confluência do Igarapé Piranha com a margem esquerda Rio Apapóris, segue-se a montante pelo referido rio, até o Marco MF 1931-3, de coordenadas geográficas astronômicas 01°04'10,0" S e 69°25'57,0" WGr., localizado na confluência do rio Apapóris com o rio Traíra; daí, segue-se pelo limite internacional do Brasil com a Colômbia, até o Marco MF 1935-10, de coordenadas geográficas astronômicas 01°10'01,28" N e 67°05'12,06" WGr; LESTE: do marco antes descrito, segue-se por uma linha reta com azimute e distância geodésicos de 129°54'43,3" e dez mil, duzentos e oitenta e cinco metros e trinta e quatro centímetros, até o Marco SAT-41, de coordenadas geográficas geodésicas 01°06'22,607" N e 67°01'04,235" WGr., localizado na nascente do rio Xié-Mirim; daí, segue-se a jusante do referido rio até o Ponto Digitalizado PD-02, de coordenadas geográficas 00°59'35,32" N e 67°09'27,91" WGr., localizado na sua confluência com o rio Xié; daí, segue-se a jusante pelo referido rio até o Ponto Digitalizado PD-03, de coordenadas geográficas 00°55'49,08" N e 67°12'05,02" WGr., localizado na confluência do rio Xié com o rio Negro; daí, segue-se a jusante pela margem direita do rio Negro, até o Marco SAT-42, de coordenadas geográficas geodésicas 00°05'31,472" N e 67°20'19,909" WGr., localizado na confluência do rio Uaupés; daí, segue-se por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 180°41'28",6 e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco metros e dez centímetros, até o Marco SAT-69, de coordenadas geográficas

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO

TERRA INDÍGENA ALTO RIO NEGRO

geodésicas 00°19'18,739" S e 67°20'37,768" WGr., localizado na margem direita do rio Curicuriari; SUL: do marco antes descrito, segue-se a montante pelo referido rio, até o Ponto Digitalizado PD-04, de coordenadas geográficas de 00°43'12,05" S e 68°36'28,41" WGr., localizado na confluência do rio Dji com o rio Curicuriari; daí, segue-se a montante pelo rio Dji até o Marco SAT-70, de coordenadas geográficas geodésicas 00°45'17,964" S e 68°46'34,525" WGr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue-se por uma linha reta com azimute e distância geodésicos de 242°29'26",4 e quarenta e sete mil, cento e sessenta e quatro metros e quinze centímetros, até o Marco SAT-71, de coordenadas geográficas geodésicas 00°57'07,215" S e 69°09'07,476" WGr., localizado na margem esquerda do rio Mariê; daí, segue-se por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 243°42'00",4 e trinta e um mil, novecentos e cinqüenta e oito metros e noventa e sete centímetros, até o Marco SAT-76, de coordenadas geográficas geodésicas 01°04'48,222" S e 69°24'34,166" WGr., localizado na margem esquerda do igarapé Piranha; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto Digitalizado PD 09, início da descrição deste perímetro. As coordenadas geográficas expressas neste memorial descritivo são geo-referenciadas ao datum SAD-69, com exceção daquelas referentes aos marcos de fronteira, que são Astronômicas. A base cartográfica utilizada refere-se às folhas: NA-19-X-C, NA-19-X-D, NA.19-Y-B, NA.19-Z-A, SA.19-V-B, SA.19-X-A, NA.19-Z-B, NA.19-Y-D, NA.19-Z-C, NA.19-Z-D, SA.19-X-B, SA.19-V-D; Escala 1: 250.000 – RADAM – 1976/77.

Parágrafo único. Fazem parte da Terra Indígena Alto Rio Negro todas as ilhas localizadas no rio Negro, entre a foz do rio Uaupés e a foz do rio Xiê.

Art. 2º A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nºs 98.437 a 98.439, de 23 de novembro de 1989, que homologaram as demarcações administrativas das Áreas Indígenas Pari-Cachoeira I, Pari-Cachoeira II e Pari-Cachoeira III, e os de nºs 99.094 a 99.104, de 9 de março de 1990, que homologaram as demarcações administrativas das Áreas Indígenas Maku, Yauaretê I, Yauaretê II, Xiê, Içana-Aiari, Cuiari, Médio Içana, Içana Rio Negro, Cubaté, Taracuá e Kuripaco, no Estado do Amazonas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

Diário Oficial
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
IMPRENSA NACIONAL BRASÍLIA — DF

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO

TERRA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO I

DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 1998

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Médio Rio Negro I, localizada nos Municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira e Japurá, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1°, da Lei n.° 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e no art. 5° do Decreto n.° 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente dos grupos indígenas Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Miriti-Tapuia, Arapaço, Baniwa, Kuripako, Baré, Tariano, Makú-Dâw, Makú-Yuhupdâ a seguir descrita:

a Terra Indígena denominada MÉDIO RIO NEGRO I, com superfície de um milhão setecentos e setenta e seis mil, cento e trinta e oito hectares, noventa e nove ares e sessenta e oito centiares e perímetro de um milhão, quatrocentos e noventa e sete mil, trezentos e trinta e dois metros e nove centímetros, situada nos Municípios de Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Japurá, Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do Marco SAT-71, de coordenadas geográficas geodésicas 00°57'07,215" S e 69°09'07,476" WGr., localizado na margem esquerda do rio Mariê, segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 62°29'16,3" e quarenta e sete mil, cento e sessenta e quatro metros e vinte centímetros, até o Marco SAT-70, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 45' 17,964" S e 68° 46' 34,525" WGr., localizado na confluência do rio Dji com um igarapé sem denominação; daí, segue pelo rio Dji, a jusante, até o Ponto Digitalizado PD-04, de coordenadas geográficas 00°43'12,05" S e 68°36'28,11" WGr., localizado na confluência com o rio Curicuriari; daí, segue por este, a jusante, até o Marco SAT-69, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 19' 18,739" S e 67° 20' 37,768" WGr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 00°41'28,4" e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco metros e quarenta e um centímetros, até o Marco SAT-42, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 05' 31,471" N e 67° 20' 19,909" WGr., localizado na margem esquerda do rio Uaupés, junto à confluência com o rio Negro e próximo à comunidade de São Joaquim; daí, segue pelo rio Negro, a jusante, passando pelo Marco SAT-BZ1, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 23' 22,835" S e 66° 26' 14,981" WGr., localizado em sua margem direita, próximo à comunidade Cahundé, até o Marco SAT-56, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 20' 32,135" S e 65° 26' 56,468" WGr., localizado na confluência oom o igarapé Uainumalé. LESTE: do marco antes descrito segue pelo igarapé Uainumalé, a montante, até o Marco SAT-58, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 27' 30,980" S e 65° 28' 15,708" WGr., localizado próximo de sua cabeceira. SUL: do marco antes descrito segue por uma linha reta com azimute e distância geodésicos de 278°51'07,3" e trinta mil, seiscentos e dezoito metros e cinqüenta centímetros, até o Marco SAT-59, de coordenadas geográficas geodésicas 00°24' 57,599" S e 65° 44'34,124" WGr.; daí, segue por uma linha reta

com azimute e distância geodésicos de 236°49'31,8" e seis mil, oitocentos e cinqüenta e quatro metros e vinte e três centímetros, até o Marco SAT-60, de coordenadas geográficas geodésicas 00°26'59,707" S e 65°47'39,661" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta, com azimute e distância geodésicos de 293°44'31,1" e nove mil, oitocentos e sessenta e um metros e três centímetros, até o Marco SAT-61, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 24' 50,449" S e 65° 52' 31,579" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta, com azimute e distância geodésicos de 243°14'42,8" e nove mil, trezentos e cinqüenta e cinco metros e vinte e seis centímetros, até o Marco SAT-62, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 27' 07,563" S e 65° 57' 01,739" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Massarapi; daí, segue por linha reta, com azimute e distância geodésicos de 265°28'26,0" e trinta e seis mil, quatrocentos e dezesseis metros e quarenta e cinco centímetros, até o Marco SAT-63, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 28' 41,124" S e 66° 16' 35,785" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta, com azimute e distância geodésicos de 216°03'28,1" e doze mil, setecentos e trinta metros e setenta e um centímetros, até o Marco SAT-64, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 34' 16,196" S e 66° 20' 38,123" WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 244°28'50,3" e dois mil, seiscentos e dezesseis metros e noventa e sete centímetros, até o Marco SAT-65, de coordenadas geográficas geodésicas 00°34'52,902" S e 66°21'54,501" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Sucuriju; daí, segue por este, a jusante, até o Ponto Digitalizado PD-07, de coordenadas geográficas 00°26'30,79" S e 66°25'00,89" WGr., localizado na confluência com o rio Mariê; daí, segue por este, a montante, passando pelos seguintes marcos: SAT-68, de coordenadas geográficas geodésicas 00°47'55,045" S e 66°54'17,661" WGr., localizado na confluência com o igarapé Macóara; SAT-BZ2, de coordenadas geográficas geodésicas 01°05'20,629" S e 67°48'44,408" WGr., localizado na confluência com o igarapé Turi e SAT-69A, coordenadas geográficas geodésicas 01°20'38,933" S e 68°28'05,427" WGr., localizado na confluência com o rio da Costa, até o Marco SAT-72, de coordenadas geográficas geodésicas 01°10'56,715" S e 69°02'56,720" WGr., localizado na confluência do rio Mariê com o igarapé Trabalho. OESTE: do marco antes descrito segue pelo rio Mariê, a montante, até o Marco SAT - 71, início da descrição deste perímetro. A base cartográfica utilizada refere-se às folhas: NA.19-Z-D, SA.19-V-B, SA.19-X-A, SA.19-X-B, e SA.20-V-A - Escala 1:250.000 – RADAM – 1980.

Parágrafo único. Fazem parte da Terra Indígena Médio Rio Negro I todas as ilhas localizadas no rio Negro entre a foz do rio Uaupés e a foz do igarapé Uainumalé, Marco SAT-56. As coordenadas geográficas expressas neste memorial descritivo são geo-referenciadas ao datum SAD-69.

Art. 2° A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2°, da Constituição.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 1998; 177° da Independência e 110° da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO

TERRA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO II

DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 1998

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Médio Rio Negro II, localizada nos Municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e no art. 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente dos grupos indígenas Tukano, Desana, Pira-Tapuia, Miriti-Tapuia, Arapaço, Baniwa, Kuripako, Baré e Tariano a seguir descrita:

a Terra Indígena denominada MÉDIO RIO NEGRO II , com superfície de trezentos e dezesseis mil, cento e noventa e quatro hectares, noventa e oito ares e noventa centiares e perímetro de quatrocentos e trinta e um mil, oitocentos e três metros e oitenta e sete centímetros situada nos Municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do Marco SAT-45, de coordenadas geográficas geodésicas 00º00'01,980" N e 66º46'32,687 WGr., segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 90º13'10,3" e dezoito mil, noventa e três metros e noventa e quatro centímetros, até o Marco SAT-46, de coordenadas geográficas geodésicas 00º 00'00,277" S e 66º36'47,547" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Foibará; daí segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 100º38'07,7" e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e quatro metros e dois centímetros, até o Marco SAT-47, de coordenadas geográficas geodésicas 00º02'40,074" S e 66º22'42,291" WGr., daí segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 105º14'03",8 e dez mil, oitocentos e noventa e um metros e cinqüenta e dois centímetros, até o Marco SAT-48, de coordenadas geográficas geodésicas 00º04'13,251" S e 66º17'02,445" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Muruini; daí segue a jusante por este até o Ponto Digitalizado PD-05, de coordenadas geográficas de 00º03'30,77" S e 66º08'09,51" WGr., localizado na confluência deste igarapé com o rio Cauaburi; daí segue a jusante pelo referido rio até o Marco SAT-49, de coordenadas geográficas geodésicas 00º10'58,823" S e 65º58'17,788" WGr., localizado na margem esquerda do rio Cauaburi na confluência com um igarapé sem denominação; daí segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 74º31'08,2" e quinze mil, oitocentos e treze metros e setenta e três centímetros, até o Marco SAT-50, de coordenadas geográficas geodésicas 00º08'41,401" S e 65º50'04,936" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 107º12'28,4" e oito mil, trezentos e sessenta e sete metros e cinqüenta e sete centímetros, até o Marco SAT-51, de coordenadas geográficas geodésicas 00º10'01,995" S e 65º45'46,447" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Paricá;

daí segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 113°35'49,1" e dez mil, duzentos e cinco metros e sessenta centímetros, até o Marco SAT-52, de coordenadas geográficas geodésicas 00°12'15,001" S e 65°40'44,001" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Castanho; daí segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 115°03'31,3" e onze mil, cento e vinte e quatro metros e setenta e um centímetros, até o Marco SAT-53, de coordenadas geográficas geodésicas 00° 14'48,405" S e 65°35'18,097" WGr.; daí segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 59°13'12,4" e dezenove mil, quinhentos e sete metros e dezenove centímetros, até o Marco SAT-54, de coordenadas geográficas geodésicas 00°09'23,401" S e 65°26'16,106" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Bararã. LESTE: do marco antes descrito, segue a jusante pelo igarapé Bararã até o Ponto Digitalizado PD-06, de coordenadas geográficas 00°11'28,72" S e 65°25'00,22" WGr.; localizado na confluência deste com o igarapé Inambu; daí segue pelo igarapé Inambu a jusante até o Marco SAT-55, de coordenadas geográficas geodésicas 00°17'36,260" S e 65°25'40,636" WGr., localizado na sua confluência com o rio Negro. SUL: do marco antes descrito, segue a montante pela margem esquerda do rio Negro até o Marco SAT-BZC de coordenadas geográficas geodésicas 00°17'12,112" S e 65°37'17,266" WGr, localizado na margem esquerda rio Negro; daí segue a montante pela margem esquerda do referido rio até o Marco SAT-43, de coordenadas geográficas geodésicas 00°09'30,293" S e 66°51'23.916" WGr., localizado na margem esquerda do rio Negro na confluência com o igarapé Jaboti. OESTE: do marco antes descrito, segue a montante pelo igarapé Jaboti até o Marco SAT-44, de coordenadas geográficas geodésicas 00°04'19,032" S e 66°48'50,821" WGr., localizado na cabeceira deste igarapé; daí segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 28°02'53",9 e nove mil, oitenta e três metros e noventa e três centímetros, até o Marco SAT-45, início da descrição deste perímetro. As coordenadas geográficas expressas neste memorial descritivo são georeferenciadas ao datum SAD-69. A base cartográfica utilizada refere-se às folhas: NA.19-Z-D,SA.19-X-B e SA.20-V-A - ESC 1:250.000 - RADAM – 1980.

Art. 2° A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2°, da Constituição.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 1998; 177° da Independência e 110° da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 1998

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio Téa, localizada nos Municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1°, da Lei n.° 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e no art. 5° do Decreto n.° 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente dos grupos indígenas Makú-Nadâb, Tukano, Desana, Piratapuia e Baré, a seguir descrita:
a Terra Indígena denominada RIO TÉA, com superfície de quatrocentos e onze mil, oitocentos e sessenta e cinco hectares, tinta e dois ares e sete centiares e perímetro de seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e oito metros e trinta e sete centímetros, situada nos Municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, que se circunscreve aos seguintes limites: NORTE/LESTE: partindo do o Marco SAT-63, de coordenadas geográficas geodésicas 00°28'41,124" S e 66°16'35,784" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; segue por linha reta , com azimute e distância geodésicos de 85°28'21,1" e trinta e seis mil, quatrocentos e dezesseis metros e quarenta e seis centímetros, até o Marco SAT-62, de coordenadas geográficas geodésicas 00°27'07,562" S e 65°57'01,738" WGr., localizado na cabeceira do igarapé Massarapi; daí, segue por linha reta, com azimute e distância geodésicos de 63°14'42,1" e nove mil, trezentos e cinqüenta e cinco metros e vinte e dois centímetros, até o Marco SAT-61, de coordenadas geográficas geodésicas 00°24'50,449" S e 65°52'31,579" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta, com azimute e distância geodésicos de 113°44'29,8" e nove mil, oitocentos e sessenta e um metros e seis centímetros até o Marco SAT-60, de coordenadas geográficas geodésicas 00°26'59,707" S e 65°47'39,660" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta, com azimute e distância geodésicos de 56°48'15,7" e seis mil, oitocentos e cinqüenta e nove metros e cinqüenta e quatro centímetros até o Marco SAT-59, de coordenadas geográficas geodésicas 00°24'57,598" S e 65°44'34,124" WGr.; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 98°49'52,0" e trinta mil, seiscentos e trinta e oito metros e vinte e um centímetros até o Marco SAT-58, de coordenadas geográficas geodésicas 00°27'30,980" S e 65°28'15,708" WGr., localizado na nascente de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo referido igarapé até o Marco SAT-56, de coordenadas geográficas geodésicas 00°20'32,135" S e 65°26'56,468" WGr., localizado na sua confluência com o rio Negro; daí, segue a jusante pelo referido rio até o Marco SAT-57, de coordenadas geográficas geodésicas 00°30'22,697" S e 65°08'38,984" WGr., localizado na confluência do rio Negro com

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO

TERRA INDÍGENA RIO TÉA

o rio Téa. SUL: do marco antes descrito segue a montante pelo rio Téa até o Ponto Digitalizado PD-08, de coordenadas geográficas de 00°54'15,46" S e 66°28'58,31" WGr., localizado na confluência do igarapé Embari; daí, segue a montante pelo referido igarapé até o Marco SAT-66, de coordenadas geográficas geodésicas 00°55'45,977" S e 66°43'25,518" WGr., localizado na cabeceira do referido igarapé. OESTE: do marco antes descrito segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 267°25'45,2" e três mil, trezentos e nove metros e cinqüenta e nove centímetros, até o Marco SAT-67, de coordenadas geográficas geodésicas 00°55'50,810" S e 66°45'12,454"WGr.; localizado na margem direita de um igarapé sem denominação; daí, segue a jusante pelo referido igarapé até o Marco SAT-68, de coordenadas geográficas geodésicas 00°47'55,044" S e 66°54'17,661" WGr., localizado na confluência do referido igarapé com o rio Mariê; daí, segue a jusante pelo referido rio até o Ponto Digitalizado PD-07, de coordenadas geográficas 00°26'30,79" S e 66°25'00,89" WGr., localizado na confluência do referido rio com um igarapé sem denominação; daí, segue a montante pelo referido igarapé até o Marco SAT-65, de coordenadas geográficas geodésicas 00°34'52,902" S e 66°21'54,500" WGr., localizado na cabeceira do referido igarapé; daí, segue por linha reta com azimute e distância geodésicos de 64°28'49,9" e dois mil, seiscentos e dezesseis metros e noventa e sete centímetros até o Marco SAT-64, de coordenadas geográficas geodésicas 00°34'16,196" S e 66°20'38,122" WGr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta, com azimute e distância geodésicos de 36°03'27,0" e doze mil, setecentos e trinta metros e setenta e um centímetros, até o Marco SAT-63, início da descrição deste perímetro. As coordenadas geográficas expressas neste memorial descritivo são geo-referenciadas ao datum SAD-69. A base cartográfica utilizada refere-se às folhas: SA-19-X-B, SA-20-V-A, escala 1:250.000, RADAM.

Parágrafo único. Fazem parte da Terra Indígena Rio Téa as ilhas do Rio Negro situadas entre a foz do Igarapé Uainumalé, no Marco SAT-56,e a foz do Rio Téa, no Marco SAT-57.

Art. 2° A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2°, da Constituição.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 1998; 177° da Independência e 110° da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

DECRETO DE 14 DE ABRIL DE 1998

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Rio Apaporis, localizada no Município de Japurá, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, § 1°, da Lei n.° 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e no art. 5° do Decreto n.° 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente dos grupos indígenas Makú-Yuhupdâ, Tukano, Yepa Mahsã, Desana e Tuyuka, assim descrita:

a Terra Indígena denominada RIO APAPORIS, com superfície de cento e seis mil, novecentos e sessenta hectares, trinta e três ares e setenta e sete centiares e perímetro de cento e setenta mil, trezentos e sessenta e nove metros e vinte e cinco centímetros situada no Município de Japurá, Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do Ponto Digitalizado PD 09, de coordenadas geográficas 01°05'07,76" S e 69°24'57,33" WGr; localizado na confluência do igarapé Piranha com a margem esquerda rio Apapóris, segue-se a montante pelo referido igarapé, até o Marco SAT-76, de coordenadas geográficas geodésicas 01°04'48,222" S e 69°24'34,165" WGr., localizado na sua margem esquerda; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 63°41'52,5" e trinta e um mil, novecentos e cinqüenta e oito metros e noventa e cinco centí metros, até o Marco SAT-71, de coordenadas geográficas geodésicas 00°57'07,214" S e 69°09'07,476" WGr., localizado na margem direita do rio Marié. LESTE: do marco antes descrito, segue pela margem direita do rio Marié, a jusante, até o Marco SAT-72, de coordenadas geográficas geodésicas 01°10'56,715" S e 69°02'56,719" WGr, localizado na foz do igarapé Trabalho. SUL: do marco antes descrito, segue pela margem esquerda do igarapé Trabalho, a montante, até o Ponto Digitalizado PD-01, de coordenadas geográficas de 01°11'54,06" S e 69°10'32,17" WGr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação; daí, segue por este, a montante, até o Marco SAT-73, de coordenadas geográficas geodésicas 01°12'52,804" S e 69°13'41,594" WGr., localizado na sua margem esquerda; daí, segue por uma linha reta, com azimute e distância geodésicos de 176°46'03,4" e cinco mil, setecentos e vinte e sete metros e oitenta e cinco centímetros, até o Marco SAT-74, de coordenadas

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO

TERRA INDÍGENA RIO APAPÓRIS

geográficas geodésicas 01°15'58,989" S e 69°13'31,147" WGr., localizado na nascente do igarapé Preguiça; daí, segue por este, a jusante, margem direita, até o Marco SAT-75, de coordenadas geográficas geodésicas 01°21'56,105" S e 69°23'45,252" WGr., localizado em sua foz no rio Apapóris. OESTE: do marco antes descrito, segue pelo rio Apapóris, a montante, até o Ponto Digitalizado PD 09, início da descrição deste perímetro. As coordenadas geográficas expressas neste memorial descritivo são geo-referenciadas ao datum SAD-69. A base cartográfica utilizada refere-se às folhas: SA.19-V-B e SA.19-V-D - ESC.1:250.000 - RADAM – 1975.

Art. 2° A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2°, da Constituição.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 1998; 177° da Independência e 110° da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Renan Calheiros

V - BIBLIOGRAFIA CITADA

ANDRELLO, Geraldo (1996) "Área Indígena Alto Rio Negro renasce das cinzas". In **Povos Indígenas no Brasil 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental.

ARHEM, Kaj (1981) **Makuna social organization: a study in descent, alliance, and the formation of corporate groups in the north-western Amazon**. Stockholm: Almqvist & Wiksell. (Uppsala Studies in Cultural Anthropology).

ATHIAS, Renato (1995) **Hupdë-Maku et Tukano – Les Rélations Inégales entre deux Societés du Uaupés Amazonien (Brésil)**. Tese (Doutorado) - Université de Paris X (Nanterre).

ATHIAS, Renato (1997) "Análise das representações de doenças contagiosas entre os Hupde-Maku do Alto Rio Negro (Amazonas)". Inédito.

BÉKSTA, Casimiro J. (1988) **A maloca Tukano-Dessana e seu simbolismo**. Manaus: Secretaria de Estado da Educação e Cultura. (Amazonas: Cultura Regional, 5).

BIDOU, Patrice (1976) **Les fils de l'Anaconda Céleste (les Tatuyo): étude de la structure socio-politique**. Tese (Doutorado) - Universitè de Paris.

BRÜZZI Alves da Silva, Alcionílio (1962) **A civilização indígena do Uaupés**. São Paulo: Centro de Pesquisas de Iauareté.

BUCHILLET, Dominique (1983) **Maladie et mémoire des origines chez les Desana du Uaupés (Brésil)**. Tese (Doutorado em Etnologia) - Universidade de Paris X.

BUCHILLET, Dominique (1990) **Os índios da região do alto rio Negro: história, etnografia e situação das terras**. Laudo antropológico apresentado à Procuradoria Geral da República (inédito, revisado em 1996).

BUCHILLET, Dominique (1991) "Pari-Cachoeira: o laboratório Tukano do projeto Calha-Norte". In **Povos Indígenas do Brasil. Aconteceu Especial 1987/88/89/90**. São Paulo: CEDI.

BUCHILLET, Dominique (1995) "Contas de vidro, enfeites de branco e 'potes de malária'". **Série Antropologia**. Brasília: Departamento de Antropologia, UnB.

CABALZAR FILHO, Aloisio (1995) **Organização social Tuyuka**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVAJAL, Alonso de Rojas e Cristóbal de ACUÑA (1941) **Descobrimento do rio das Amazonas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. (Brasiliana, 203).

CARVALHO, José Cândido (1952) **Notas de viagem ao rio Negro**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil.

CHERNELA, Janet Marion (1983) **Hierarchy and Economy in the Uanano (Kotiria) Speaking Peoples of the Middle Basin**. Tese de Doutorado – Columbia University.

CHERNELA, Janet Marion (1986a) "Os cultivares de mandioca na área do Uaupés (Tukano)". In Ribeiro, Berta (Coord.) **Suma Etnológica Brasileira, Vol. 1 Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes/FINEP.

CHERNELA, Janet Marion (1986b) "Pesca e hierarquização tribal no alto Uaupés". In Ribeiro, Berta (Coord.) **Suma Etnológica Brasileira, Vol. 1 Etnobiologia**. Petrópolis: Vozes/FINEP.

CHERNELA, Janet Marion (1993) **The Wanano indians of the brazilian Amazon: a sense of space**. Austin: University of Texas.

CORREA RUBIO, François (1982) **Estructura social entre las comunidades indigenas de la region del Vaupes colombiano**. Palestra proferida no Departamento de Antropologia, Facultad de Ciencias Humanas, Universidad Nacional de Colombia, Santafé de Bogotá.

CORREA RUBIO, François (1992) **Relatos Míticos Cubeo**. Bogotá: SCC.

CORREA RUBIO, François (1993) **La Selva Humanizada. Ecología Alternativa en el Trópico Húmedo Colombiano**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología (ICAN), Fondo FEN Colombia, CEREC.

CORREA RUBIO, François (1996) **Por el camino de la Anaconda Remedio: dinámica de la organización social entre los Taiwano del Vaupés**. Santafé de Bogotá : Universidad Nacional de Colombia; Colciencias.

COSTA, Dom Frederico (1909) **Carta Pastoral de Dom Frederico Costa, Bispo do Amazonas a seus amados diocesanos**. Fortaleza.

COUDREAU, Henri A. (1887) **La France équinoxiale: Voyage à travers des Guyanes et l'Amazonie**. Paris: Challamel.

CRUZ, Oswaldo (1913) **Relatório sobre as condições médico-sanitárias do valle do Amazonas**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

DIAKURU & KISIBI (1996) **A mitologia sagrada dos Desana-Wari Dihputiro Põrã**. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN. (Narradores Indígenas do Rio Negro, 2).

EMPERAIRE, L., PINTON et SECOND, G. (1998) "Gestion de la diversité varietale du manioc en Amazonie du nord-ouest, Brésil". **Natures, Sciences et Societés**, Paris 6(2).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1983) **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: MPEG/CNPq.

FOIRN/ISA (1997) **Projeto Consolidação da Demarcação Física e Formulação de um Plano de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa e Rio Apapóris**. São Gabriel da Cachoeira/São Paulo.

FULOP, Marcos (1954) "Aspectos de la Cultura Tukana – Cosmología". **Revista Colombiana de Antropologia** Vol. 3.

FULOP, Marcos (1956) "Aspectos de la Cultura Tukana – Mitología". **Revista Colombiana de Antropologia** Vol. 5.

GALVÃO, Eduardo (1959) "Aculturação Indígena no Rio Negro". **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, nº 7. Belém.

GOLDMAN, Irving (1963) **The Cubeo: indians of the northwest Amazon**. Urbana: University of Illinois.

GOULDING, Michael, CARVALHO, Mirian Leal e FERREIRA, Efrem G. (1988) **Rio Negro, Rich Life in Poor Water. Amazonian Diversity and Foodchain Ecology as Seen Through Fish Communities**. Hague: SPB Academic Publishing bv.

HUGH-JONES, Christine (1979) **From the Milk River: spatial and temporal processes in the northwest Amazonia**. Cambridge: Cambridge University Press.

HUGH-JONES, Stephen (1979) **The palm and the pleiades: initiation and cosmology in northwest Amazonia**. Cambridge: Cambridge University Press.

HUGH-JONES, Stephen, CARMICHAEL, Elizabeth, et al. (1985) **The Hidden Peoples of the Amazon**. London: British Museum Publications.

JACKSON, Jean (1983) **The fish people. Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia**. Cambridge: Cambridge University Press.

JOURNET, Nicolas (1995) **La Paix des Jardins**. Paris: Instituto de Etnologia do Museu do Homem.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor (1995) **Dos años entre los indios: viajes por el noroeste brasileño, 1903/1905**. Santafé de Bogotá: Universidad Nacional. 2 v. (versão original em alemão, 1909).

LABORDE, Alfonso Torres (1969) **Mito y cultura entre los Barasana**. **Un grupo indígena tukano del Vaupés**. Bogotá: Universidad de los Andes.

LANGDON, Thomas (1975) **Food restrictions in the medical system of the Barasana and Taiwano indians of the colombian northwest Amazon**. Tese (Doutorado) - Tulane University.

LOPES DE SOUSA, Boanerges (1959) **Do Rio Negro ao Orenoco**. **A Terra – O Homem**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura.

MEIRA, Márcio (1991) **Laudo Antropológico Área Indígena Baixo Rio Negro**. Belém, MPEG.

MEIRA, Márcio (1993) **O tempo dos patrões**: **extrativismo da piaçava entre os índios do rio Xié (Alto Rio Negro).** Dissertação (Mestrado) – UNICAMP.

MEIRA, Márcio (org.), (1994) **Livro das Canoas**: **documentos para a história indígena da Amazônia**. São Paulo: NHII-USP/FAPESP.

MEIRA, Márcio (1996) "História, economia e sociedade: os índios do rio Xié e a extração da piaçava". **Anais do Arquivo Público do Pará**, vol. 1, t. 1, Belém.

MEIRA, Márcio (1997) **"Índios e Brancos nas Águas Pretas**. **Histórias do Rio Negro**". Inédito.

MORAN, Emilio (1990) **A Ecologia Humana das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes.

MORAN, Emilio (1991) "Human adaptive strategies in amazonian blackwater ecosystems". **American Anthropologist** 93 (2).

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (1983) "Introdução". In Ferreira, Alexandre Rodrigues, **Viagem Filosófica ao Rio Negro**. Belém: MPEG/CNPq.

MULLER, Sophie (1952) **Beyond Civilization**. Chico, Ca : Browngold Publications.

MÜNZEL, Mark (1969-74) "Notas preliminares sobre os Kaboré (Maku entre o rio Negro e o Japurá)". **Revista de Antropologia**, vol. 17-20 (1ª parte).

NEVES, Eduardo Góes. **Paths in Dark Waters**: **Archaeology as Indigenous History in the Upper Rio Negro Basin, Northwest Amazon.** Departament of Anthropology, Indiana University, 1988.

NIMUENDAJÚ, Curt (1950) "Reconhecimento dos rios Içana, Ayarí e Uaupés. Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos Índios do Amazonas e Acre, 1927". **Journal de la Societé des Americanistes de Paris**, 39: 125-183.

OLIVEIRA, Ana Gita de (1981) **Índios e brancos no alto rio Negro**. **Um estudo da situação de contato dos Tariana**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, Ana Gita de (1995) **O Mundo Transformado**. **Um Estudo da Cultura de Fronteira no Alto Rio Negro**. Belém: MPEG.

PÉREZ, Antonio (1988) "Los Bale (Baré)". In Lizot, Jacques (Ed.), **Los Aborigenes de Venezuela**. **Vol. III Etnologia Contemporanea II**. Caracas: Fundación La Salle de Ciencias Naturales/Monte Avila Editores.

PIEDADE, Acácio (1997) **Música Ye'pâ-masa**: **por uma antropologia da música no Alto Rio Negro**. Dissertação (Mestrado) - UFSC.

POZZOBON, Jorge (1983) **Isolamento e endogamia**: **observações sobre a organização social dos índios Maku**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POZZOBON, Jorge (1992) **Parenté et démographie chez les indiens Maku.** Paris : Univ. Paris VII.

PROJETO RADAMBRASIL (1976) **Levantamento de Recursos Naturais** (vol. 11: Folha NA.19 Pico da Neblina). Rio de Janeiro: MME/DNPM.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo (1968) **Desana. Simbolismo de los Indios Tukano del Vaupés**. Bogotá: Universidad de los Andes.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo (1975) **The Shaman and the Jaguar: a Study of Narcotic Drugs among the Indians of Colombia**. Filadelfia: Temple University Press.

REICHEL-DOLMATOFF, Gerardo (1997) **Chamanes de la Selva Pluvial. Ensayos sobre los Indios Tukano del Noroeste Amazónico**. Devon: Themis Books.

REID, Howard (1979) **Some Aspects of Movement, Growth and Change among the Hupdu Maku Indians of Brazil**. (Doutorado) - University of Cambridge, Faculty of Archaeology and Anthropology.

REIS, Arthur Cezar Ferreira (1931) **História do Amazonas**. Manaus.

RIBEIRO, Berta G. (1995) **Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo**. São Paulo: Companhia das Letras - Edusp.

RIBEIRO, Berta e TOLAMÃN KENHIRI (1987) "Chuvas e constelações: o calendário econômico dos índios Desana". **Ciência Hoje** 6 (36).

RICARDO, Carlos Alberto (1991). "Jogo duro na Cabeça do Cachorro". In **Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90**. São Paulo: CEDI.

ROJAS SABANA, Filintro Antonio (1997) **Ciencias naturales en la Mitología Curipaco**. Secretaria de Educación y Cultura, Departamento del Guainía/Programa Fondo Amazónico/Fundación Etnollana/Programa Coama.

SIOLI, Harald (1967) "Studies in Amazonian waters". **Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica (Limnologia)**.

SCHULTZ, Harald (1959) "Ligeiras Notas sobre os Maku do Paraná Boá-Boá". **Revista do Museu Paulista**, 11.

SILVERWOOD-COPE, Peter (1990) **Os Makú. Povo caçador do noroeste da Amazônia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

SWEET, David (1974) **A Rich Realm of Nature Destroyed: the Middle Amazon Valley, 1640-1750**. (Doutorado) - The University of Wisconsin.

TENREIRO ARANHA, Bento de Figueiredo (1907) "As explorações e exploradores do rio Uaupés". **Archivo do Amazonas**, Vol. 1, nº 3. Manaus.

UMUSI PÃRÕKUMU & TÕRÃMU KEHIRÍ (1995) **Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kehíripõrã**. São Gabriel da Cachoeira: UNIRT/FOIRN. (Narradores Indígenas do Rio Negro, 1).

WALLACE, Alfred Russel (1979 [1853]) **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Belo Horizonte: Edusp/ Livraria Itatiaia Editora.

WRIGHT, Robin (1981) **History and Religion of the Baniwa Peoples of the Upper Rio Negro Valley**. 2 vol. Tese (PhD) - Standford University.

WRIGHT, Robin (1991) "Indian Slavery in the Northwest Amazon". **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, 7 (2).

WRIGHT, Robin (1992) "História indígena do noroeste da Amazônia: hipóteses, questões e perspectivas". In Carneiro da Cunha, Manuela, **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/SMC-SP, pp. 253-266.

WRIGHT, Robin (no prelo) No tempo da Sofia: história e cosmologia da conversão Baniwa. In **Religiões Indígenas e Cristianismo no Brasil. Perspectivas Antropológicas**. Campinas: Editora da UNICAMP.